

**Relatório de estágio no Departamento de Cidadania Global e  
Desenvolvimento da Fundação Gonçalo da Silveira**

Educação para o Desenvolvimento: um caminho de transformação e cidadania  
global

**Maria João Carreira Laranjeiro**

**Relatório de Estágio de Mestrado em  
Ciência Política e Relações Internacionais**

Especialização em Relações Internacionais

**Maio de 2018**

**Relatório de estágio no Departamento de Cidadania Global e  
Desenvolvimento da Fundação Gonçalo da Silveira**

Educação para o Desenvolvimento: um caminho de transformação e cidadania  
global

**Maria João Carreira Laranjeiro**

**Relatório de Estágio de Mestrado em  
Ciência Política e Relações Internacionais**

Especialização em Relações Internacionais

**Maio de 2018**

# **Relatório de estágio no Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento da Fundação Gonçalo da Silveira**

Educação para o Desenvolvimento: um caminho de transformação  
e cidadania global



Maria João Carreira Laranjeiro

**Maio de 2018**

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizado sob a orientação científica dos Professores Doutores Pedro Aires Oliveira e José Lúcio, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e sob a orientação local do Dr. Hugo Cruz Marques, técnico de projetos do Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento da Fundação Gonçalo da Silveira.

*Para a minha mãe, Maria João, e para o meu pai, João.*

*Para o meu avô, José Laranjeiro.*

“Se não amamos o nosso irmão a quem vemos, como podemos  
amar a Deus a quem não vemos?”

(1 Jo 4,20)

## **Agradecimentos**

Obrigada,

Ao Professor Pedro Aires Oliveira, pela confiança,

Ao Professor José Lúcio, pela amizade,

À Teresa, pela liderança e boa-disposição,

À Rita, pela energia,

Ao Jorge, pelos conselhos,

Ao Hugo, pelas reflexões,

À Sandra, pelo otimismo,

À Anita, pela cumplicidade,

À Filipa C. e à Filipa S., pela estima,

À Direção da FGS, Pe. Filipe Martins sj e Rosário Farmhouse, pela simpatia,

Aos religiosos da PPCJ, em particular ao Pe. Provincial José Frazão Correia sj, pela receptividade,

Aos colegas do Centro Inaciano do Lumiar, pelo acolhimento,

Aos meus pais, João e Maria João, pelo amor incondicional e pela paciência ilimitada,

Às minhas irmãs, Susana e Marina, pelo apoio,

À minha tia Natividade, pelo constante cuidado,

Às minhas tias, Irmã Adélia e Irmã Conceição Laranjeiro, pela fé,

Aos meus avós, na Terra e no Céu, pela ternura,

Ao meu namorado Juvenal, porque o mundo é infinitamente mais bonito quando me dás a mão,

À Margarida, pela generosidade (e pelas várias revisões do texto!),

Aos meus amigos, pelos incentivos,

Aos meus professores, do Jardim de Infância à Universidade, pela paixão pela Educação,

Ao Papa Francisco, pela inspiração,

A Ele, por ser caminho, verdade e vida.

## Resumo

A Educação para o Desenvolvimento (ED) ou Educação para a Cidadania Global (ECG), entendida como um processo ativo de sensibilização, formação e mobilização da sociedade para a participação nos assuntos internacionais relacionados com o desenvolvimento humano sustentável, foi afirmada como uma das três prioridades da política externa portuguesa de cooperação, no documento *Visão estratégica para a Cooperação Portuguesa 2014-2020*.

Enquadradas por estas opções políticas, diversas Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) levam a cabo projetos e atividades visando contribuir para o aumento do conhecimento sobre os problemas do desenvolvimento pela sociedade portuguesa. Entre estas destaca-se a Fundação Gonçalo da Silveira (FGS), uma ONGD portuguesa promovida pelos jesuítas portugueses.

Neste sentido, no âmbito do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, realizou-se um estágio curricular na FGS entre os meses de outubro de 2016 e março de 2017, em que se trabalhou diretamente em dois projetos de ED/ECG, *Desafios Globais* e *Ca(u)sa Comum*, e deu apoio a outros dois, *Sinergias ED* e *Alternativas*.

O presente relatório de estágio divide-se em três partes. Na primeira apresentam-se dois debates teóricos, um sobre o conceito de desenvolvimento e outro sobre o conceito de ED. A segunda parte é dedicada à apresentação da FGS, começando por enquadrar sucintamente a Companhia de Jesus e a Província Portuguesa, para posteriormente abordar a sua breve história, caracterização e cultura institucional. Por fim, da terceira parte consta a componente prática do relatório, descrevendo-se os projetos, participação nestes e aprendizagens.

**Palavras-chave:** Educação para a Cidadania Global, Educação para o Desenvolvimento, Fundação Gonçalo da Silveira, ONGD, jesuítas.

## Abstract

Development Education or Global Citizenship Education, seen as an active process for awareness, training and society mobilization for the engagement in international affairs related to sustainable human development, has been asserted as one of the three priorities of the portuguese external policy for cooperation, as proposed in the *Strategic Vision for the Portuguese Cooperation 2014-2020*.

Considering these political options, many Non-Governmental Development Organizations (NGDO) are conducting projects and activities aiming to increase current knowledge of portuguese society on the many issues surrounding development. Amongst these, the present work highlights Fundação Gonçalo da Silveira (FGS) – a Portuguese NGDO promoted by Portuguese Jesuits.

In this sense, and as part of the master's degree in Political Science and International Relations, a curricular internship was carried out at FGS between October 2016 and March 2017, where direct activities were developed in two Development Education projects, *Desafios Globais* and *Ca(u)sa Comum*, and support was provided to another two, *Sinergias ED* and *Alternativas*.

This internship report is divided in three parts. In the first part two theoretical debates are presented, one about the concept of development, and the other one about the concept of Development Education. The second part is dedicated to presenting FGS, starting with a short contextualization of Society of Jesus and Portuguese Province, and later its brief history, characterization and institutional culture. The third part concerns the practical segment of the internship, describing the projects, the student's involvement and learning process.

**Key-words:** Global Citizenship Education, Development Education, Fundação Gonçalo da Silveira, NGDO, jesuits.



## Índice

Agradecimentos.....	6
Resumo .....	7
Abstract .....	8
Índice.....	9
Siglas.....	12
1. INTRODUÇÃO .....	14
1.1. Enquadramento do estágio .....	14
1.2. Pertinência da área de trabalho .....	15
1.3. Estrutura do relatório e metodologia.....	16
2. DESENVOLVIMENTO: CONCEITOS E DEBATES .....	18
2.1. Debates sobre desenvolvimento.....	18
2.2. A Educação para o Desenvolvimento .....	25
3. A FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA.....	31
3.1. A Companhia de Jesus .....	31
3.2. A Província Portuguesa.....	32
3.3. Breve história da Fundação Gonçalo da Silveira.....	34
3.4. Caracterização da instituição .....	38
3.5. Ideologia e cultura institucional.....	40
4. O ESTÁGIO NA FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA .....	42
4.1. Enquadramento do estágio .....	42
4.2. Os projetos.....	42
4.2.1. Desafios Globais.....	43
4.2.2. Ca(u)sa Comum.....	49
4.2.3. Sinergias ED.....	55
4.2.4. Alternativas .....	58
4.3. Outras atividades desenvolvidas no estágio .....	60
4.3.1. Participação geral na vida da instituição.....	60
4.3.2. Colaboração com o DCG&D: para além dos 4 projetos.....	61
4.3.3. Colaboração com o DCRI.....	62
4.3.4. Colaboração com a Diretora Executiva .....	63
4.3.5. Centro de Documentação da FGS (CD-FGS) .....	64
4.3.6. Preparação do Relatório de Estágio e acompanhamento dos professores ....	65
4.4. Avaliação.....	65

4.4.1.	Avaliação do estágio .....	65
4.4.2.	Autoavaliação .....	69
5.	CONCLUSÃO .....	72
5.1.	Educação e Política: espaço de complexidade.....	72
5.2.	A ED/ECG e a solidariedade .....	73
5.3.	Um balanço da experiência de estágio e da investigação associada .....	75
5.4.	Notas finais .....	76
6.	BIBLIOGRAFIA.....	77
	ANEXOS .....	83
	Anexo 1: Mapa da atual divisão territorial da Companhia de Jesus.....	84
	Anexo 2: Mapa da intervenção da FGS entre 2004 e 2014 .....	85
	Anexo 3: Origem do financiamento da FGS em 2017 .....	86
	Anexo 4: Fundamentação da Educação para o Desenvolvimento segundo Alejandra Boni e Agustí Pérez-Foguet.....	87
	Anexo 5: Relação entre processos e projetos de ED na FGS.....	88
	APÊNDICES .....	89
	Apêndice 1: Nota biográfica sobre o Padre Gonçalo da Silveira .....	90
	Apêndice 2: Listagem dos projetos da FGS financiados pelo Estado português .....	92
	Apêndice 3: Organograma dos Órgãos Sociais e dos Departamentos da FGS .....	95
	Apêndice 4: Ajuda Humanitária e de Emergência realizada pela FGS .....	96
	Apêndice 5: Redes e parceiros da FGS.....	97
	Apêndice 6: Projeto <i>Desafios Globais</i> : Atividades .....	103
	Apêndice 7: Projeto <i>Desafios Globais</i> : Imagens do recurso pedagógico “Trabalho Hoje e no Futuro” (A1.3) .....	106
	Apêndice 8: Projeto <i>Desafios Globais</i> : Fotografias da ação de formação do recurso pedagógico “Trabalho Hoje e no Futuro” (A1.4).....	107
	Apêndice 9: Projeto <i>Desafios Globais</i> : Cartaz do XII Encontro Nacional de ECG e algumas fotografias (A1.5).....	108
	Apêndice 10: Projeto <i>Ca(u)sa Comum</i> : Atividades .....	109
	Apêndice 11: Projeto <i>Ca(u)sa Comum</i> : Fotografias do I e II Encontro Cidadania Global e Ecologia Integral (A1.1.).....	112
	Apêndice 12: Projeto <i>Ca(u)sa Comum</i> : Grupo de partilha “Cidadania Global e Ecologia Integral” (A1.2) .....	113
	Apêndice 13: Projeto <i>Ca(u)sa Comum</i> : Fotografias do I e II Encontro <i>Ca(u)sa Comum</i> com professores e educadores (A2.1) .....	114
	Apêndice 14: Projeto <i>Sinergias ED</i> : Atividades .....	115

Apêndice 15: Projeto <i>Sinergias ED</i> : Fotografias do I Encontro entre IES e OSC (A1.3)	119
Apêndice 16: Projeto <i>Alternativas</i> : Atividades	120
Apêndice 17: Projeto <i>Alternativas</i> : Imagem da página digital dos <i>Scholar-Activist Project Awards</i>	124
Apêndice 18: Cronograma	125
Apêndice 19: Exemplo de um Relatório Quinzenal	125
Apêndice 20: Entrevista a Teresa Paiva Couceiro	132
Apêndice 21: Entrevista a Jorge Cardoso	144
Apêndice 22: Entrevista a Hugo Cruz Marques	155

## Siglas

A – Atividade

ACIDI – Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural

AHE – Ajuda Humanitária e de Emergência

CAS – Comissão de Apostolado Social da Província Portuguesa da Companhia de Jesus

CD – Cooperação para o Desenvolvimento

CD-FGS – Centro de Documentação da Fundação Gonçalo da Silveira

CEAUP – Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

CICL – Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

CIL – Centro Inaciano do Lumiar

CISA – Centro de Investigação Santo Agostinho da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica de Moçambique

CJ – Companhia de Jesus

CREU – Centro de Reflexão e Encontro Universitário - Inácio de Loyola

CUPAV – Centro Universitário Padre António Vieira

CV – Associação Casa Velha – Ecologia e Espiritualidade

DCG&D – Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento

DCRI – Departamento de Cidadania Global e Relações Institucionais

DGE – Direcção-Geral de Educação

DSI – Doutrina Social da Igreja

ECG – Educação para a Cidadania Global

ED – Educação para o Desenvolvimento

EI – Ecologia Integral

ENED – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE – Escola Superior de Educação

ESECS-IPL – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria

ESELx – Escola Superior de Educação de Lisboa

FCSH/NOVA – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

FEC – Fundação Fé e Cooperação

FGS – Fundação Gonçalo da Silveira

GENE – *Global Education Network Europe*  
GIAN – *Global Ignatian Advocacy Network*  
IES – Instituição de Ensino Superior  
ILM – Iniciativas Locais de Mudança  
IP – Instituição Pública  
JRS – *Jesuit Refugee Service*  
ME – Ministério da Educação  
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros  
OE – Objetivo Específico  
OG – Objetivo Geral  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OSC – Organização da Sociedade Civil  
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PPCJ – Província Portuguesa da Companhia de Jesus  
PPONGD – Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento  
RE – Resultado Esperado  
UC – Unidade Curricular  
UCM – Universidade Católica de Moçambique  
UCP – Universidade Católica Portuguesa

# 1. INTRODUÇÃO

*“The world faces global challenges, which require global solutions. These interconnected global challenges call for far-reaching changes in how we think and act for the dignity of fellow human beings. It is not enough for education to produce individuals who can read, write and count. Education must be transformative and bring shared values to life. (...) Technological solutions, political regulation or financial instruments alone cannot achieve sustainable development. It requires transforming the way people think and act. Education must fully assume its central role in helping people to forge more just, peaceful, tolerant and inclusive societies. It must give people the understanding, skills and values they need to cooperate in resolving the interconnected challenges of the 21st century.”* (UN Secretary-General 2012, 20)

O aceleramento do processo de globalização que tem marcado as últimas décadas provocou mudanças estruturais no mundo, ao nível político, económico, tecnológico, cultural, social e agudizou desequilíbrios dramáticos já existentes, como a pobreza, a desigualdade e os problemas ambientais. É hoje reconhecido que os desafios globais implicam respostas à mesma escala. O repto lançado em 2012 pelo Secretário-Geral da ONU foi peremptório: para o século XXI é necessário uma Educação centrada em valores de justiça, paz e solidariedade. No entanto, a Educação continua sem reformar muitas das suas práticas, dando primazia ao ensino de competências técnicas – por vezes obsoletas –, não dando espaço para o pensamento crítico transformador das realidades (Consórcio Conectando Mundos 2009, 47-48).

Não há dúvida que existe uma relação muito forte entre Educação, política e desenvolvimento. A este respeito, Óscar Jara afirma que a Educação “tem uma relação estrita com a ética”, pois “a educação e a política são os instrumentos da ética” (Jara 2009, 34). O presente trabalho de mestrado tem como pano de fundo este debate e pretende contribuir para a reflexão em curso sobre o papel da Educação para o Desenvolvimento.

## 1.1. Enquadramento do estágio

No segundo ano do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – especialização em Relações Internacionais, ministrado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (FCSH/NOVA), foi selecionada a opção de realização de Estágio com Relatório no âmbito da componente não letiva do mestrado. Esta escolha prendeu-se com o desejo de aprofundar o processo de aprendizagem através da prática profissional, pois o exercício da prática possibilita que os alunos tomem conhecimento da realidade profissional, testem e apliquem conhecimentos e desenvolvam competências aplicadas ao mundo do trabalho.

Segundo as regras do referido mestrado da FCSH/NOVA<sup>1</sup>, este estágio é efetivado numa instituição de acolhimento de relevância para a área de mestrado, tendo a duração de 800 horas de contacto, às quais são acrescentadas 32 horas de orientação tutorial. Indo ao encontro dos interesses profissionais, académicos e pessoais da mestranda, foi escolhida a ONGD jesuíta Fundação Gonçalo da Silveira como instituição de acolhimento do estágio, visto esta ter correspondido a todos os critérios que a mestranda havia definido: 1) ter capacidade de acolher o estágio de outubro 2016 a março 2017, 2) trabalhar nas áreas de Cooperação e Educação para o Desenvolvimento, 3) localizar-se em Lisboa e 4) ter inspiração cristã.

Deste modo, foram realizados contactos prévios por *e-mail* nos meses de Julho e Agosto de 2016, para aferir o eventual interesse por parte da FGS em acolher o estágio, seguidos de uma reunião de apresentação da proposta a 2 de agosto, entre a aluna, a Diretora Executiva Teresa Paiva Couceiro e o coordenador do Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento, Jorge Cardoso, onde foram apresentados os objetivos do estágio: 1) obter uma experiência profissional em projetos, 2) conhecer a realidade de trabalho de uma ONGD portuguesa, 3) aprofundar os conhecimentos sobre cooperação e educação para o desenvolvimento, nomeadamente compreender as suas ligações e diferenças. Após aceitação da proposta por parte da FGS e aprovação da faculdade, foi acordado o calendário e horário de estágio: iniciou-se a 3 de outubro 2016 e terminou a 31 de março 2017, sendo o cargo desempenhado o de Técnica Estagiária de Projetos no Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento (DCG&D), tal como previsto no plano de estágio.

## **1.2. Pertinência da área de trabalho**

Para além das vantagens associadas à realização de um estágio, já referidas, considera-se que as áreas de trabalho envolvidas são pertinentes, quer para a área de mestrado em causa – Relações Internacionais –, quer no âmbito da atual política externa portuguesa de cooperação e política de educação.

A área central do estágio, a Educação para o Desenvolvimento (ED), definida como “um processo educativo constante que favorece as inter-relações sociais, culturais, políticas e económicas entre o Norte e o Sul, e que promove valores e atitudes de solidariedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global responsável. Consiste, em si mesma, num processo ativo de aprendizagem que pretende sensibilizar e mobilizar a sociedade para as

---

<sup>1</sup> Diário da República, 2ª série, nº151 de 5 de agosto de 2015, pp. 21788-21792.

prioridades do desenvolvimento humano sustentável” (IPAD 2006, 45), encontra-se presente no documento *Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa* de 2005, onde foi afirmada como prioridade da Cooperação Portuguesa por ser “fundamental criar conhecimento e sensibilizar a opinião pública portuguesa para as temáticas da cooperação internacional e para a participação ativa na cidadania global” (IPAD 2006, 28). Em 2014 foi reafirmada como uma das três prioridades na *Visão estratégica para a Cooperação Portuguesa 2014-2020* (Presidência do Conselho de Ministros 2014, 25).

A ED encontra-se hoje orientada pela Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e dispõe de fundos próprios atribuídos, a que a sociedade civil se candidata para a realização de projetos, através da linha de financiamento à Educação para o Desenvolvimento do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. Ademais, prevê-se a inclusão do Referencial de Educação para o Desenvolvimento<sup>2</sup> no projeto-piloto da disciplina de Educação para a Cidadania, para o ano letivo de 2018-2019.

### **1.3. Estrutura do relatório e metodologia**

Para a realização do relatório foi necessário definir uma metodologia orientadora. Desde o primeiro momento que se optou por dividir o presente documento em três grandes partes, nas quais se recorre a diferentes metodologias de trabalho.

A primeira parte, “Desenvolvimento: conceitos e debates”, divide-se em dois capítulos, sendo o primeiro sobre a evolução do conceito de desenvolvimento, em termos políticos, académicos e ideológicos, dando-se também espaço a uma leitura deste conceito à luz da Doutrina Social da Igreja (DSI). A segunda discussão teórica debruça-se sobre o conceito de Educação para o Desenvolvimento, suas origens e significados. Para ambos os capítulos utilizaram-se fontes bibliográficas secundárias e primárias sobre os temas, incluindo publicações oficiais do Governo Português e de instituições europeias e documentação do Vaticano para a DSI.

A segunda parte, “A Fundação Gonçalo da Silveira”, é dedicada à FGS, começando por um breve enquadramento da História da Companhia de Jesus e da Província Portuguesa redigida a partir da análise de literatura sobre os jesuítas, historiográfica e não só, para, de seguida, se explicar o surgimento da FGS enquanto ONGD jesuíta em 2004. Posteriormente apresenta-se uma caracterização da instituição em termos formais e um texto sobre a sua ideologia e cultura institucional. As fontes utilizadas relativas à FGS foram os Relatórios de

---

<sup>2</sup> Elaborado através de uma parceria entre a Direcção-Geral de Educação, o CIDAC e a FGS.



Atividades, desde 2004 até a 2017, assim como entrevistas estruturadas realizadas a três elementos da equipa da FGS.

Na terceira parte, “O estágio na Fundação Gonçalo da Silveira”, descrevem-se os 4 projetos em que a estagiária participou e o respetivo envolvimento, assim como outras atividades e tarefas realizadas no estágio. Ademais, inclui-se ainda a avaliação do estágio e a autoavaliação da estagiária. Neste sentido, esta parte corresponde ao estágio prático em si, pelo que as fontes foram essencialmente primárias, nomeadamente o *dossier* dos projetos, o diário de bordo da própria estagiária e os relatórios quinzenais que foram sendo elaborados ao longo dos vários meses, complementadas com algumas referências bibliográficas acerca dos temas dos projetos. De forma a complementar a informação veiculada no relatório, apresenta-se no final diversos anexos e os apêndices.

## **2. DESENVOLVIMENTO: CONCEITOS E DEBATES**

### **2.1. Debates sobre desenvolvimento**

O conceito de desenvolvimento é complexo na sua concepção e aplicação, sendo que “é um dos mais importantes e polémicos conceitos nas Ciências Sociais” (Amaro 2003, 37), tendo sido amplamente debatido nas últimas décadas por académicos, políticos ou técnicos de organizações internacionais e não-governamentais.

A primeira definição de desenvolvimento, associada à 1ª Década do Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, nos anos 60, estava associada apenas ao crescimento económico<sup>3</sup>. Nos anos 70, com a 2ª Década do Desenvolvimento, o conceito passa a incluir o desenvolvimento social, nomeadamente as condições de vida em matérias de saúde ou habitação, para além do económico (desenvolvimento socio-económico)<sup>4</sup>. Na 3ª Década do Desenvolvimento (anos 80) assistiu-se a um novo entendimento da política interna como um dos factores principais explicativos do sub-desenvolvimento e, consequentemente, a uma maior preocupação em dar resposta às necessidades básicas das populações, mas no final destas décadas o balanço era muito negativo<sup>5</sup>.

Nos anos 90, o conceito de desenvolvimento passou a ser pensado do ponto de vista do desenvolvimento humano, dando especial atenção ao investimento nas áreas da educação, saúde, questões demográficas e ambiente. Em 1990, a ONU declarou ser esta a 4ª Década do Desenvolvimento, a qual fica marcada pelas críticas ao modelo de desenvolvimento ocidental, o que abre espaço “a propostas ou projetos alternativos (...) fundados em considerações ecológicas, culturais e científicas, que contestam os caminhos que a mudança social tem prosseguido” (Murteira 1990, 70). A afirmação da componente ecológica nos debates sobre desenvolvimento está também bem patente na introdução do conceito de desenvolvimento sustentável que “tem a sua origem na percepção da impossibilidade de um crescimento sem limites e da compreensão de que certas formas de utilização dos recursos

---

<sup>3</sup> Acreditando-se que podia ser potenciado nos países menos desenvolvidos pela ajuda ao desenvolvimento proveniente dos países desenvolvidos.

<sup>4</sup> Afirmo Eduardo Paz Ferreira que “nos finais da década de setenta do século XX, era absolutamente patente a necessidade de afastar o papel central atribuído ao Produto Interno Bruto, substituindo-o por aproximações que o conjugassem com indicadores de progresso social e índices compostos que levassem em consideração diversos aspetos relacionados com a qualidade de vida” (Ferreira 2004, 98).

<sup>5</sup> As condições de vida nos países em desenvolvimento tinham piorado e o endividamento externo tinha crescido (Afonso 1995, 24-26).

naturais levariam à sua exaustão, envolvendo a impossibilidade de as gerações futuras deles poderem usufruir” (Ferreira 2004, 93)<sup>6</sup>.

Na viragem do século a ONU proclamou os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em torno de oito áreas consideradas prioritárias<sup>7</sup> acompanhadas de metas concretas a atingir até 2015. Atualmente, vigoram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>8</sup>, que devem orientar as políticas nacionais e internacionais de todos os países do mundo até 2030.

Em termos de debates teóricos, nos anos 2000 estes centraram-se em Amartya Sen e na sua obra *Desenvolvimento como liberdade* (1999), que aproxima o desenvolvimento dos direitos humanos e “abre caminho para superar a visão dicotómica entre direitos humanos e desenvolvimento (...) passando a integrá-los numa mesma matriz” (Ferreira 2004, 93). Neste sentido, “*development requires the removal of major sources of unfreedom: poverty as well as tyranny, poor economic opportunities as well as systematic social deprivation, neglect of public facilities as well as intolerance or overactivity of repressive states*” (Sen 2000, 4), assumindo-se que esta perspetiva implica “uma visão substancial do desenvolvimento” (Ferreira 2004, 93).

Mais recentemente surgiram ideias disruptivas, como a defesa do decrescimento por razões essencialmente ecológicas, em obras como *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno* de Serge Latouche, publicado em 2007, em que se defende a necessidade de construção de uma economia local autónoma e de definição de políticas públicas mais democráticas e participativas, que não percam de vista os maiores problemas das populações mas que tenham como objetivo a diminuição da produção para níveis abaixo dos limites dos ecossistemas, abandonando “uma fé ou religião, a da economia, do progresso e do desenvolvimento, de rejeitar o culto irracional e quase idólatra do crescimento pelo

---

<sup>6</sup> Este conceito tem na sua origem o documento *Our Common Future*, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecido como Relatório Brutland. No entanto inicialmente não foi muito bem aceite por alguns líderes de países em desenvolvimento que consideravam que a inclusão da componente ambiental lhes traria um fator adicional de dificuldade no seu processo de desenvolvimento, pois ficariam limitados em questões como construções de barragens, agricultura ou construção de infraestruturas que requerem frequentemente a desflorestação.

<sup>7</sup> 1) Pobreza extrema e fome; 2) Ensino primário; 3) Igualdade de género; 4) Mortalidade infantil; 5) Saúde materna; 6) VIH/SIDA; 7) Sustentabilidade ambiental; 8) Parcerias para o desenvolvimento.

<sup>8</sup> 1) Erradicar a pobreza; 2) Acabar com a fome; 3) Vida saudável; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de género; 6) Água e saneamento; 7) Energias renováveis; 8) Trabalho digno e crescimento económico; 9) Inovação e infraestruturas; 10) Reduzir as desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Produção e consumo sustentáveis; 13) Combater as alterações climáticas; 14) Oceanos, mares e recursos marinhos; 15) Ecossistemas terrestres e biodiversidade; 16) Paz e justiça; 17) Parcerias para o desenvolvimento.

crescimento” (Latouche 2011, 19)<sup>9</sup>. Também da parte de pensadores da América Latina surge o contributo para este debate, relacionando o conceito de desenvolvimento com o de *buen vivir* (Cardoso (ed.) 2014, 124).

Algumas religiões do mundo refletiram igualmente sobre este tema, apresentando “*religious conceptions of development as alternatives to technocratic (neo)liberal development*” (Carbonnier 2013, 4). Uma destas, a Igreja Católica, acompanhou de perto as discussões académicas e políticas, mostrando que não ficou alheia ao debate sobre desenvolvimento, apresentando uma doutrina de desenvolvimento humano integral (Carbonnier 2013, 4). Deste modo, surgiram diversos documentos de relevância, sendo que, na ótica de Manuel Castillejo, a reflexão da Doutrina Social da Igreja (DSI) sobre o desenvolvimento divide-se em três fases: a primeira com os Papas Pio XI, Pio XII e João XXIII; a segunda marcada pelo Concílio Vaticano II e pela encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI; e a terceira desde João Paulo II (Castillejo 1993, 635-638). Os primeiros que se destacam aqui são as encíclicas de 1961, *Mater et Magistra*, e de 1963, *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII, onde se apontam as desigualdades no plano internacional, se afirma que as “relações entre as nações (...) devem submeter-se à verdade e à justiça (...) [e] estreitar-se mediante a ação solidária de todos” (João XXII *apud* Stilwell (coord.) 2002, 236) e se defende o direito ao desenvolvimento e a incumbência de todos os homens em contribuir para a paz e para o progresso (Conselho Pontifício «Justiça e Paz» 2005, 76-77).

Em 1965 a Constituição Conciliar *Gaudium et Spes*, resultante do Concílio Vaticano II, assinala claramente o subdesenvolvimento como um grave desequilíbrio económico, mas especialmente social (Castillejo 1993, 637). Ainda no pontificado do Papa Paulo VI, surge um documento de grande modernidade e universalismo, a encíclica *Populorum Progressio* de 1967, onde se apela a uma “ação organizada para o desenvolvimento integral do homem e para o desenvolvimento solidário da humanidade” (Paulo VI *apud* Stilwell (coord.) 2002, 399), antecipando o conceito de desenvolvimento integral. Assim, declara-se nesta encíclica que a visão cristã do desenvolvimento “não se reduz a um simples crescimento económico”, pois “para ser autêntico, deve ser integral, (...)”

---

<sup>9</sup> O conceito de decrescimento aqui em causa não é sinónimo de crescimento negativo, com todas as consequências negativas que isso apresenta (desemprego, diminuição das proteções sociais...) mas sim entendido como um paradigma que se opõe ao crescimento económico baseado no atual modelo de consumismo, crédito, publicidade e ciclo de vida curto dos bens. Para implementar este conceito defende-se um projeto político baseado nos conceitos de reavaliar, reconcetualizar, reestruturar, redistribuir, relocar, reduzir, reutilizar e reciclar (Arancibia 2012, 194-195).

promover todos os homens e o homem todo” (Paulo VI *apud* Stilwell (coord.) 2002, 403)<sup>10</sup>. Já no que respeita ao desenvolvimento solidário da humanidade, esta assenta em três deveres: o “dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento”, o “dever de justiça social, isto é, a retificação das relações comerciais defeituosas” e o “dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano” (Paulo VI *apud* Stilwell (coord.) 2002, 414). Desta encíclica guarda-se também uma conhecidíssima definição de desenvolvimento: “desenvolvimento é o novo nome da paz” (Paulo VI *apud* Stilwell (coord.) 2002, 428).

Vinte anos depois, o Papa João Paulo II promulga a encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* onde novamente se aborda o tema do desenvolvimento e se apresenta a obrigação moral dos responsáveis governamentais dos “países ricos” de “ter em consideração, nas decisões pessoais e governamentais, esta relação de universalidade, esta interdependência que subsiste entre os seus comportamentos e a miséria e o subdesenvolvimento de tantos milhões de homens” (João Paulo II *apud* Stilwell (coord.) 2002, 655)<sup>11</sup>. João Paulo II apresenta ainda um conceito oposto a subdesenvolvimento, o ‘superdesenvolvimento’ (excesso de bens materiais e consumismo), que considera inadmissível e oposto à felicidade (João Paulo II *apud* Stilwell (coord.) 2002, 675). Afirmar ainda que a fé impele a Igreja a preocupar-se com os problemas do desenvolvimento, pois esta pretende um desenvolvimento humano autêntico (João Paulo II *apud* Stilwell (coord.) 2002, 679), inclui os direitos dos povos nos direitos humanos (João Paulo II *apud* Stilwell (coord.) 2002, 682)<sup>12</sup> e refere já algumas preocupações ecológicas (João Paulo II *apud* Stilwell (coord.) 2002, 684)<sup>13</sup>.

Em 1991, no contexto da celebração dos 100 anos da encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII<sup>14</sup>, o Papa João Paulo II dedica a *Centesimus Annus* a uma reflexão sobre a solidariedade, onde o desenvolvimento tem espaço no N°52: “como existe a responsabilidade

---

<sup>10</sup> Outro aspeto interessante desta encíclica é a crítica à avareza individual e dos Estados, chamando-lhe de subdesenvolvimento moral.

<sup>11</sup> Num momento de forte divisão do mundo em blocos da Guerra Fria, nesta encíclica encontra-se também outra passagem interessante que procura distanciar a visão oficial de desenvolvimento da igreja quer do capitalismo quer do marxismo: “A doutrina social da Igreja não é uma «terceira via» entre capitalismo liberalista e coletivismo marxista, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma categoria. Não é tampouco uma ideologia, mas a formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial (...) Ela pertence, por conseguinte, não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral” (João Paulo II *apud* Stilwell (coord.) 2002, 694).

<sup>12</sup> Também no Discurso por Ocasão da Organização das Nações Unidas constamos direitos dos povos, referindo-se a estes como direitos humanos comunitários (Conselho Pontifício «Justiça e Paz» 2005, 111).

<sup>13</sup> Nomeadamente a proteção dos seres vivos e inanimados (animais, plantas, restante natureza), limites naturais e não renovação de alguns recursos e poluição e contaminação do ambiente (João Paulo II *apud* Stilwell (coord.) 2002, 684).

<sup>14</sup> Primeira encíclica da Doutrina Social da Igreja.

coletiva de evitar a guerra, do mesmo modo há a responsabilidade coletiva de promover o desenvolvimento” (João Paulo II *apud* Stilwell (coord.) 2002, 770).

O seu sucessor, o Papa Bento XVI, publica em 2006 *Deus Caritas est*, onde afirma que “a sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, empenhar-se a favor da justiça” (Bento XVI 2006, 52). Três anos depois, a Encíclica *Caritas in Veritate*, reforça a ideia da *Populorum* sobre a integralidade do conceito de desenvolvimento, falando de um novo desenvolvimento como “uma síntese humanista” (Bento XVI 2009, 30), de justiça e bem-comum, que inclua a solidariedade e justiça intergeracional, “tendo em conta os diversos âmbitos: ecológico, jurídico, económico, político, cultural” (Bento XVI 2009, 79)<sup>15</sup>.

O atual líder da Igreja Católica, o jesuíta Papa Francisco, publicou em 2013 a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, onde deixou claro o tom para a intervenção social do seu pontificado: “A desigualdade é a raiz de todos os males sociais” e “enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira<sup>16</sup> e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo”, pois “a dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política económica, mas às vezes parecem somente apêndices [n]um discurso político sem perspectivas nem programas de verdadeiro desenvolvimento integral” (Francisco 2013, 148). O Papa Francisco vai mais longe ainda, ao incluir a redistribuição de rendimentos como elemento essencial para desenvolvimento: “O crescimento equitativo (...) requer decisões, programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição dos rendimentos, (...) para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo” (Francisco 2013, 149).

Em 2015, na encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco apresenta o conceito de desenvolvimento articulado com o cuidado da «casa comum», relacionando a cultura da desvalorização humana<sup>17</sup> com a cultura do desperdício ecológico, fazendo a síntese de um desenvolvimento e ecologia integrais, com dimensões humanas e ambientais indissolúvelmente ligadas: a “cultura do descarte (...) afeta tanto os seres humanos excluídos

---

<sup>15</sup> Relevante é também o incentivo à ajuda pública ao desenvolvimento, afirmando a importância de os países cumprirem as suas cotas (Bento XVI 2009, 98), e a defesa do bom uso dessas ajudas através de “programas [locais] integrados e participados a partir de baixo” (Bento XVI 2009, 95).

<sup>16</sup> A crítica à finança descontrolada já era patente no Compêndio de Doutrina Social da Igreja: “uma economia financeira cujo fim é ela própria está destinada a contradizer os seus fins” (Conselho Pontifício «Justiça e Paz» 2005, 235).

<sup>17</sup> Que já vinha a ser aprofundada desde a *Evangelii Gaudium*.

como as coisas que se convertem rapidamente em lixo” (Francisco 2015, 39). Assim, chama a atenção para o “urgente desafio de proteger a nossa casa comum [que] inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral” (Francisco 2015, 34), que reconheça que “uma verdadeira abordagem ecológica torna-se sempre uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (Francisco 2015, 57)<sup>18</sup>, pois “são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento e a paz interior” (Francisco 2015, 32).

A estrita relação entre proteção do ambiente e os direitos humanos é demonstrada com exemplos claros, como o problema do acesso à água potável, cuja negação consiste na própria negação do direito à vida (Francisco 2015, 45-46), o acesso à terra ou a subida do nível do mar nas zonas costeiras, que afetam as pessoas mais pobres e os países mais pobres (Francisco 2015, 56). Neste sentido, existe uma “dívida ecológica” entre o Norte e o Sul, na consequência do “uso desproporcionado dos recursos naturais efetuado historicamente por alguns países” para “satisfazer os mercados no Norte industrializado” (Francisco 2015, 58). Essa dívida torna necessária uma “solidariedade universal” (Francisco 2015, 35) que obrigue a “pensar uma ética das relações internacionais” (Francisco 2015, 58) e combata a “globalização da indiferença” (Francisco 2015, 60).

As palavras fortes do Papa Francisco inspiram hoje a comunidade católica a centrar-se: 1) no combate às desigualdades, quer dentro de um país quer no sistema internacional; 2) na crítica a soluções económicas que não tenham em consideração o ser humano, em especial os mais vulneráveis<sup>19</sup> – “o mandamento «não matar» põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer «não a uma economia da exclusão e desigualdade social». Esta economia mata” (Francisco 2013, 45)<sup>20</sup>; 3) na procura de soluções estruturais para os problemas e não apenas paliativas e 4) na visão de desenvolvimento como ética de cuidado com a Terra e com o outro.

---

<sup>18</sup> Sobre a visão cristã da ligação entre pobreza e crise ecológica aconselha-se ainda a leitura do documento *Curar um mundo ferido. Relatório Especial de Ecologia* (2011) do Secretariado de Justiça Social e Ecologia da Companhia de Jesus, onde também é claríssima a afirmação que “os pobres, que dependem mais pesadamente [d]os recursos naturais, são reconhecidamente mais vulneráveis a alterações ambientais” (Secretariado de Justiça Social e Ecologia da Companhia de Jesus 2011, 19).

<sup>19</sup> Já bem sedimentado na DSI, a “opção pelos pobres”, desde Leão XIII (Lúcio 2003, 137-145).

<sup>20</sup> Sobre a ligação entre o 5º mandamento “Não matarás” e a responsabilidade dos cristãos lutarem contra as injustiças sociais, o Papa Francisco, na *Laudato Si'*, cita ainda a Conferência Episcopal da Nova Zelândia, mostrando como este mandamento deve ser hoje repensado: “os Bispos da Nova Zelândia perguntavam-se que significado pode ter o mandamento «não matarás», quando «uns vinte por cento da população mundial consomem recursos numa medida tal que roubam às nações pobres, e às gerações futuras, aquilo de que necessitam para sobreviver»” (Francisco 2015, 91).

Conhecendo genericamente a genealogia do conceito de desenvolvimento e das suas ligações à política externa e económica, não se pretende entrar num debate teórico profundo. Assim, definição de “desenvolvimento” que se toma por referência para este relatório aproxima-se à de desenvolvimento integrado: “processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando (...): a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e as instituições envolvidas; a investigação e a ação; o ser, o estar, o fazer e o ter (...); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc.” (Amaro 2003, 59).

Paralelamente aos debates sobre o desenvolvimento, ao longo das décadas surgiram diversos debates sobre a ajuda pública ao desenvolvimento. Maria Manuela Afonso explica que foram os interesses de política externa e económica dos países ditos do Norte que levaram à criação da ajuda pública ao desenvolvimento<sup>21</sup> e não o desenvolvimento como fim em si (Afonso 1995, 18). Posteriormente juntam-se também valores, especialmente da parte dos países europeus, tornando-se também uma expressão de uma ética universal de promoção do desenvolvimento mundial (Ferreira 2004, 145) ou, pelo menos, na retórica oficial.

No caso português, a política externa de cooperação foi orientada para as ex-colónias, como em boa parte dos países que foram potências coloniais (Ferreira 2004, 148), e está intimamente relacionada com as relações pós-coloniais com os PALOP e Timor-Leste. Manifestou-se de diversas formas, como perdões de dívida e linhas de financiamento a projetos de desenvolvimento. É esta última que relaciona o trabalho da Fundação Gonçalo da Silveira com os fundos públicos de ajuda ao desenvolvimento.

A divisão tradicional das áreas relacionadas com os estudos de desenvolvimento é aquela que considera a Ajuda Humanitária e de Emergência (AHE), a Cooperação para o Desenvolvimento (CD) e a Educação para o Desenvolvimento (ED). É assim que, por exemplo, a Plataforma Portuguesa das ONGD estrutura a ação das suas associadas (PPONGD s.d.). Todas estas formas de intervenção baseiam-se no princípio da solidariedade internacional, mas distinguem-se pelos seus objetivos e período temporal de ação. Rapidamente se compreende que a AHE apresenta um período de ação temporalmente mais curto, devido ao próprio conceito de emergência<sup>22</sup>. Quanto à CD, pode ser concretizada por

---

<sup>21</sup> Especialmente a promoção de estabilidade política e orientação com os blocos políticos dominantes num contexto de Guerra Fria, a criação de mercados de escoamento de produtos e de fornecimento de matérias-primas e de investimento estrangeiro (Afonso 1995, 18).

<sup>22</sup> A Ajuda Humanitária de Emergência, embora incluída na contabilização da ajuda ao desenvolvimento (Afonso 1995, 33), é pontual, procurando resolver um problema humanitário grave e contextual que põe em causa vidas



projetos de médio ou longo prazo e procura responder a problemas estruturais de desenvolvimento, em diversas áreas, como a educação, a saúde, a alimentação, saneamento básico, entre outras (PPONGD s.d.).

A Cooperação para o Desenvolvimento tem estado em constante mutação desde o final da II Guerra Mundial<sup>23</sup>. Uma definição possível é a da PPONGD, segundo a qual a CD “[c]onsiste no esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável e duradoura” (PPONGD s.d.)<sup>24</sup>.

A Educação para o Desenvolvimento, foco teórico e prático principal deste relatório, é a área mais recente dos debates sobre desenvolvimento. Inicialmente era vista pelas ONGD e pelos organismos governamentais como área de apoio às duas anteriores, pois permitia a sensibilização das populações nos países desenvolvidos para as temáticas do desenvolvimento. Atualmente a ED afasta-se da noção de sensibilização e afirma-se como um processo profundo de reflexão sobre as causas dos problemas de desenvolvimento e de construção de uma cidadania global, como se irá compreender de seguida.

## **2.2. A Educação para o Desenvolvimento**

O conceito de Educação para o Desenvolvimento nasceu nos anos 70 através do trabalho da sociedade civil, enquanto forma de sensibilização para os problemas do desenvolvimento nos países considerados subdesenvolvidos (Bourn 2014, 8). Neste sentido, o nascimento da ED está umbilicalmente ligado à CD: “de um tempo (...) onde a ED ‘servia’ declaradamente os interesses da Cooperação, sendo uma ferramenta de sensibilização e

---

humanas. Divide-se em dois tipos de intervenção: a Ajuda de Emergência e a Ajuda Humanitária. A primeira procura “responder rapidamente a situações pontuais, após acontecimentos que não são previsíveis”, como sismos, incêndios ou secas, através de uma planificação e execução de curto prazo (inferior a seis meses), “com uma breve análise das causas e das necessidades mais imediatas”, para facilitar o processo seguinte de reconstrução (PPONGD s.d.). A segunda está orientada especificamente para os países estruturalmente pobres, prevenindo ou aliviando o sofrimento causado pela fome ou pela guerra. É, portanto, um tipo de intervenção paliativa e não resolutive dos problemas do desenvolvimento, já que se concentra nos efeitos e não nas causas.

<sup>23</sup> Graças a isto “a sua definição foi acompanhando a evolução do contexto internacional, moldando-se ao pensamento e aos valores políticos que, época a época, eram dominantes e que moldavam a perspetiva sobre o desenvolvimento e a visão do relacionamento entre Estados” (PPONGD s.d.).

<sup>24</sup> A Cooperação para o Desenvolvimento pode ser bilateral, multilateral ou descentralizada. Assim, é bilateral quando um governo de um país mobiliza fundos que entrega diretamente ao país recetor; é multilateral quando esses fundos são entregues a uma organização internacional que os gere e aplica em programas; é descentralizada quando organizada por instituições estatais não centrais ou pela sociedade civil (PPONGD s.d.). Algumas das suas principais áreas de atuação são as seguintes: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento comunitário, capacitação, microcrédito, desenvolvimento rural, segurança alimentar, saúde, educação formal, formação técnica, saneamento básico e habitação, igualdade de género, direitos humanos, ambiente e participação e cidadania (PPONGD s.d.).

congregação de apoios para esta, vivemos hoje um outro tempo onde a ED construiu uma identidade própria, autonomizando-se (...) e aproximando-se de outras ‘educações’ com vista à transformação social” (VVAA 2017, 5).

É um conceito amplamente debatido e constantemente questionado pois é referido de diferentes formas: Educação para o Desenvolvimento<sup>25</sup>, Educação para a Cidadania Global<sup>26</sup>, Educação Transformadora<sup>27</sup>, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Educação Popular<sup>28</sup>, Educação Global<sup>29</sup>, Aprendizagem Global<sup>30</sup>, Pedagogia para a Justiça Social, entre outras (Bourn 2014, 8-19). A expressão “Educação para o Desenvolvimento” é o nome oficial da área, reconhecido pelas instâncias europeias relevantes e pelo governo português<sup>31</sup>, mas este debate está longe de chegar a um consenso ou de cimentar um conceito definitivo, sendo que cada um destes conceitos oferece um contributo e uma abordagem próprios ao trabalho na área<sup>32</sup>. No entanto, de acordo com Sandra Oliveira, a maioria das organizações que trabalha na área identifica-se com a expressão “Educação para a Cidadania Global” (Oliveira 2014, 84).

Mas o que se entende por Educação para o Desenvolvimento? Uma definição simples é a de Conor Lenihan: *“Development education has a wider purpose. It works to educate people about the challenges of development. Through development education people are taught that these challenges are not remote but that they are shared challenges”* (Lenihan 2005, 1). Já a de Douglas Bourn apresenta mais aprofundamento: *“development education should be seen as an approach towards learning based on promoting a global outlook, understanding of power and inequality in the world, belief in social justice and a commitment to reflection, dialogue and transformation”* (Bourn 2014, 20).

Em 2007 foi dado um passo importante para a definição, compreensão e afirmação política desta área através da publicação do *European Consensus on Development: the contribution of Development Education and Awareness Raising*, onde se afirma que o

---

<sup>25</sup> Designação utilizada nos documentos do Estado português e de instituições da União Europeia.

<sup>26</sup> Utilizado por várias ONGD.

<sup>27</sup> Ou Educação para a Transformação Social.

<sup>28</sup> Usual na América Latina, com ênfase na participação e no empoderamento da população.

<sup>29</sup> “Global Education”, forma utilizada nos países anglo-saxónicos e adotada pelo Conselho da Europa.

<sup>30</sup> “Global Learning”, para destacar que se aprendem e refletem sobre estes temas fora da educação formal.

<sup>31</sup> Oficializado em 2005 no documento *Uma visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa* (IPAD 2006), confirmado em 2010 com a publicação da *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento* (IPAD, DGIDC, et al. 2010) e reforçado em 2014 no *Conceito estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020* (Governo de Portugal 2014) (Santos 2014, 71).

<sup>32</sup> Na opinião de Luísa Teotónio Pereira, para evitar a dispersão que este debate pode criar, assume-se neste sector que as terminologias são equivalentes e que o foco deve estar no conteúdo (Pereira *apud* Cardoso (ed.) 2014, 117), o que é uma perspetiva interessante visto que dentro das próprias organizações existe debate, como se pode ver nas entrevistas realizadas a Hugo Marques e Jorge Cardoso (Apêndices 22 e 21).

objetivo da ED é *“to enable every person (...) to be aware of and to understand global development concerns and the local and personal relevance of those concerns, and to enact their rights and responsibilities as inhabitants of an interdependent and changing world by affecting change for a just and sustainable world”* (Conselho da UE, Comissão Europeia e Parlamento Europeu 2007, 5)<sup>33</sup>. Este documento permitiu também fazer uma distinção entre ED e sensibilização (*“campaigning”*), mostrando que a ED é um processo mais profundo e crítico que a sensibilização. Assim, a ED distingue-se da sensibilização por pretender mais do que dar a conhecer os problemas do desenvolvimento: procura refletir sobre as suas causas estruturais, promover mudanças de comportamentos e cultivar um espírito de pertença a uma cidadania global baseado na solidariedade e na procura da justiça social.

Em Portugal – onde as origens da ED encontram-se nas ações de denúncia das injustiças cometidas nas colónias (anos 60) e nos movimentos da sociedade civil contra o colonialismo e a guerra colonial (anos 70) (IPAD, DGIDC, et al. 2010, 11) – a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), recorrendo a vários contributos, sintetizou a definição de ED como: 1) um processo de aprendizagem (dimensão pedagógica), 2) cuja ação e pensamento são norteados pelos princípios de solidariedade, equidade, justiça e inclusão (dimensão ética), 3) vocacionado para a transformação social, “assente numa autorreflexividade crítica permanente, capaz de desmontar as relações de poder e hegemonia que se vão insinuando em todas as escalas” (dimensão política) (IPAD, DGIDC, et al. 2010, 17-18).

Assim, a ED propõe-se a concretizar três objetivos: 1) sensibilizar, “partilhando informação e reflexões com as pessoas, questionando as situações vividas e conhecidas, fazendo crescer a vontade de mudar o que é injusto”; 2) consciencializar, formar e mobilizar, de modo a que as pessoas possam avaliar as situações com “critérios de justiça e solidariedade, desenvolver visões, estratégias e propostas concretas de mudança e pô-las em prática, combatendo as injustiças”; 3) influenciar políticas, “denunciando aquelas que sistematicamente originam ou perpetuam a pobreza, a exclusão e as desigualdades, e propondo políticas concretas no domínio da ação do Estado, do sector privado e da sociedade civil, de modo a que promovam o bem comum à escala local e global” (IPAD, DGIDC, et al. 2010, 18).

---

<sup>33</sup> Declaração conjunta do Conselho da União Europeia, Comissão Europeia e Parlamento Europeu, com a colaboração dos Estados-Membros e das ONGD de diversos países europeus. Portugal participou através do IPAD, à data o órgão responsável pela área do Desenvolvimento (em 2012 o IPAD foi extinto, passando as suas funções a serem desempenhadas pelo CICL – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua).

Da relação entre a ED e a Educação para a Cidadania<sup>34</sup>, que se cruzam “enquanto domínios conceptuais e práticos mutuamente pertencentes” (Coelho 2015, 116), ganha expressão a Educação para a Cidadania Global (ECG), que pode ser definida como “um processo educativo que contribui para a formação de cidadãos e cidadãs responsáveis e comprometidos, pois baseia-se na coerência entre valores e propostas, objetivos e estratégias, discurso e prática”, visando “a construção de sociedades mais justas, equitativas, solidárias e democráticas, num planeta sustentável” (Rede ECG s.d.). Sendo assim, “a ECG envolve o sentimento de pertença a uma comunidade mais ampla, e a promoção de um olhar global que faça a ligação entre o nacional e o internacional, entre o local e o global, baseado em valores universais e no respeito pela diversidade e pluralismo” (Santos 2015, 112), indo ao encontro da ideia de cidadania cosmopolita que, embora não seja uma cidadania legal, é uma cidadania como prática (Boni 2014, 104)<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Segundo a DGE, a Educação para a Cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos (DGE s.d.).

<sup>35</sup> O conceito de cidadania é um dos mais importantes da Ciência Política e a sua extensão para a ideia de cidadania cosmopolita apresenta algum grau de complexidade. Torna-se, assim, pertinente explicitar o que se entende por cidadania. Este conceito tem origens que remontam às cidades-estado helénicas, sendo depois transformado e ampliado pelo Estado Moderno, que o utilizou enquanto «cidadania nacional», que consistia na pertença a uma comunidade nacional com fronteiras geográficas, políticas e culturais determinadas, muitas vezes associada também a uma língua própria, que determinava que um indivíduo – o cidadão – detinha um conjunto determinado de direitos, inclusive de participação na vida da *res publica*, e de deveres (Argibay, Celorio e Celorio 2009, 9). Recentemente, as formas de organização do funcionamento dos Estados e da vida das pessoas têm sido fortemente alteradas pelo processo de globalização, em especial financeira e económica, pela intensificação dos movimentos migratórios, aliados à revolução dos meios de transporte e das novas tecnologias de comunicação, o que contribuiu para a diluição parcial das fronteiras. Este processo criou também a necessidade de se repensar o significado do conceito de cidadania num mundo globalizado “que ‘desterritorializa’ a cidadania e os seus pressupostos” (IPAD, DGIDC, et al. 2010, 4), impelindo a uma aceção de cidadania que “não se resume a uma soma de direitos (ou de deveres)”, mas “também, um modo de ser, uma implicação pessoal na construção da sociedade” (Praia 2001, 19). Neste sentido, pode-se afirmar que atualmente a cidadania estatal coexiste com outros níveis de cidadania, nomeadamente com a cidadania europeia nos Estados-membros da União Europeia, e uma cidadania global ou cosmopolita em construção e crescimento (Coelho 2015, 117-118). Assim, este conceito emerge pela constatação de que se vive numa contradição entre uma crescente diversidade e mistura culturais e um processo uniformizador, alimentada por quatro convicções: 1) a consciência de que é necessário construir uma nova cidadania para que a solidariedade seja um quadro de referência não só local, nacional ou referente ao próprio povo; 2) o facto de a globalização obrigar a que a participação na *res publica* implique questões universais e transfronteiriças, como as questões do desenvolvimento, da pobreza, dos direitos humanos, do meio ambiente, dos recursos energéticos, da produção e do consumo de bens e serviços em geral; 3) a crença por parte de movimentos “alterglobalizadores”, de que existe um sistema global económico, financeiro e político que favorece e aprofunda a desigualdade; 4) a visão de que será necessário que a educação aprofunde a visão global de cidadania, para reforçar a qualidade do sistema democrático (Argibay, Celorio e Celorio 2009, 11). Esta visão é partilhada pelos autores do Consórcio Conectando Mundos: “o conceito tradicional de cidadania, ligado exclusivamente ao espaço nacional, tornou-se restrito e insuficiente”, sendo por isso necessário “defender um novo modelo de cidadania (...) além das fronteiras dos Estados e basear a sua ação na compreensão do mundo global ao qual pertencemos, nas interligações existentes entre o local e o global, na multiplicidade de pertenças e na participação ativa no sentido de construir um mundo mais justo, solidário e equitativo”, o que implica “defender uma ideia e um ideal de Cidadania Global” (Consórcio Conectando Mundos 2009, 9).

É, portanto, a partir da ideia de cidadania cosmopolita que se entende que é necessário “*educar para una convivencia universal basada en el respeto*”, com vista a “*formar unos nuevos sujetos sociales capacitados para reivindicar y construir nuevos modelos de desarrollo*” (Argibay, Celorio e Celorio 2009, 11). Assim, a ECG em contexto escolar é “um paradigma que engloba o modo como a educação pode desenvolver o conhecimento, as competências, os valores e as atitudes que os estudantes necessitam para assegurar que o mundo seja mais justo, pacífico, tolerante, inclusivo, seguro e sustentável” (Santos 2015, 112), pelo que é uma proposta ética e política a partir das escolas e “que concebe o ser humano numa perspetiva integral (pensar, sentir e agir) (Consórcio Conectando Mundos 2009, 147), assente no diálogo e na valorização das emoções como a empatia, importantes para a criação de espírito solidário (Consórcio Conectando Mundos 2009, 50-52).

Uma forma de olhar a relação entre ED e ECG é compreender a segunda como um desenvolvimento histórico da primeira. Esta visão encontra-se presente num artigo de Manuela Mesa<sup>36</sup>, onde a investigadora apresenta um modelo de cinco gerações de ED, sendo que a quinta geração (anos 90) corresponderia à ECG (Coelho 2015, 117), a “ED para a Cidadania Global”<sup>37</sup> (Mesa 2014, 51). Ainda segundo Mesa, terão sido a compreensão crítica do fenómeno da globalização e a reafirmação de um vínculo entre desenvolvimento, justiça e equidade no plano global que terão estado por detrás da quinta geração (Mesa 2014, 44), aos quais Alejandra Boni acrescenta o aumento da participação cívica das populações (Boni 2014, 102)<sup>38</sup>. Também a relação entre as ONG, movimentos sociais e organizações da sociedade civil promoveu uma crescente consciência de cidadania global, tornada central a par dos conceitos de sustentabilidade e interdependência (Boni 2014, 104).

Atualmente a ED/ECG procura englobar as “educações para”, nomeadamente a educação para a paz, para a sustentabilidade, para os direitos humanos, para a igualdade de género e a educação intercultural (Consórcio Conectando Mundos 2009, 50), pois todas incluem a ideia de educação para a transformação social, visão que desafia a da educação

---

<sup>36</sup> *Precedentes y evolución de la Educación para el Desarrollo: un modelo de cinco generaciones.*

<sup>37</sup> Neste modelo de 5 gerações, os primórdios da ED remontam aos anos 1940 e 50, sendo que Mesa designa esta fase da ED como “ED caritativa-assistencial”, ou também referida como primeira geração ou “pré-história da ED” na terminologia da ENED (IPAD, DGIDC, et al. 2010, 15). Ter-se-ia depois registado uma evolução para um modelo de “ED desenvolvimentista” nos anos 60 (segunda geração), transformada nos anos 70 em “ED crítica e solidária” (terceira geração) e, já na década de 80, em “ED para o desenvolvimento humano e sustentável” (quarta geração) (Mesa 2014, 51).

<sup>38</sup> A democratização do acesso à *Internet* foi um dos fatores importantes para o aumento do acesso à informação e da participação dos indivíduos nos problemas mundiais.

tradicional que se foca “essencialmente no conhecer e, em menor grau, no fazer, viver e ser, mas nunca no aprender a transformar” (Nanni 2009, 15)<sup>39</sup>.

Alejandra Boni e Agustí Pérez-Foguet encontram a fundamentação da ED como ECG em quatro pilares: 1) ideológico, 2) axiológico, 3) pedagógico e 4) psicológico. Assim, a fundamentação ideológica “baseia-se [na] visão universalista do desenvolvimento e dos direitos humanos”, sendo que a fundamentação axiológica “tem a sua raiz nos valores da Declaração Universal dos Direitos do Homem”. No que concerne à fundamentação pedagógica, esta “constrói-se a partir dos escritos de Paulo Freire sobre a educação popular e sobre a educação como prática social e crítica da sociedade, educações que têm em vista a emancipação das pessoas a quem se dirigem”. A fundamentação psicológica “encontra a sua raiz nas teorias do desenvolvimento do juízo moral (...) que defende que o indivíduo possui um sistema de regras morais (...) que evolui de estádios mais básicos para estádios mais complexos no âmbito da justiça moral” (Boni e Pérez-Foguet *apud* Coelho, Mendes e Gonçalves 2015, 51). Esta reflexão encontra-se esquematizada no Anexo 4.

Um outro debate teórico que envolve a ED/ECG é o proposto por Andriotti, que defende a existência de duas abordagens de ECG, a “ECG *soft*” e a “ECG crítica” (Andriotti 2014, 57): “a primeira tende a ser uma visão ‘curta’ sobre os fenómenos mundiais (...) propondo (...) atitudes redutoras que (...) perpetua[m] as realidades que tentam combater” (Coelho, Mendes e Gonçalves 2015, 52), embora em certos contextos possa ser a mais apropriada por já poder representar um grande passo (Andriotti 2014, 64); “a segunda tende a procurar as causas estruturais (...) e a ter uma atitude de (...) surgimento de novas leituras do mundo” (Coelho, Mendes e Gonçalves 2015, 52).

Importa, por fim, dar conta de que os aspetos metodológicos envolvidos na ED/ECG são bastante valorizados: ‘coerência entre valores e metodologias’. Neste sentido, privilegiam-se as metodologias participativas<sup>40</sup>, de experimentação, debates, relações próximas entre professores e alunos e entre pares, processos cooperativos e uma abordagem socio-afectiva e “holística, combinando intervenções formais e não formais, a utilização de tecnologias da informação e da comunicação, do desporto e de manifestações artísticas” (Santos 2015, 112).

---

<sup>39</sup> Desta forma, denota-se que a ED/ECG foi incorporando as práticas dos movimentos sociais, nomeadamente o pacifismo, ecologismo, antirracismo e a defesa dos direitos humanos (Mesa 2014, 41).

<sup>40</sup> Oposta à metodologia mecânica, memorística e vertical (Cardoso e Pereira 2015, 101).

### 3. A FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

Para situar o nascimento da FGS é necessário enquadrar brevemente a história da Companhia de Jesus e a Província Portuguesa (PPCJ) e o seu trabalho missionário, para compreender como nasceu o seu trabalho na área do desenvolvimento, ainda que não seja objetivo deste trabalho fazer uma investigação sobre a história da CJ ou da PPCJ.

#### 3.1. A Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus foi fundada por Santo Inácio de Loyola e por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, entre os quais São Francisco de Xavier e o português Simão Rodrigues, tendo recebido reconhecimento papal pelo Papa Paulo III<sup>41</sup>. Desde o início, as áreas de atuação da Companhia estabelecidas foram “a pregação de todos os ministérios da palavra de Deus, os exercícios espirituais, a educação cristã das crianças e dos humildes, a administração dos sacramentos e a prática das obras de misericórdia” (Gonçalves 2000-2001, 21).

Embora a CJ tenha nascido com propósitos claros de evangelização, não há dúvida que a sua história está intimamente relacionada com a colonização europeia. Afirma Jean Lacouture que “a história do apostolado cristão está estreitamente ligada à da colonização e que não há aberturas para um que não sejam concomitantes com os avanços da outra” (Lacouture 1992, 310)<sup>42</sup>, pelo que existiram missionários “assistentes do conquistador”, mas também “os que fizeram mais que afastar-se de tais projetos, que se lhe opuseram” (Lacouture 1992, 311)<sup>43</sup>. Mais consensual são as afirmações que esta é uma congregação religiosa onde

---

<sup>41</sup> Através da bula papal *Regimini militantis Ecclesiae* de 1540. Posteriormente, em 1550, o Papa Júlio III aprovou também a Fórmula do Instituto da Companhia de Jesus, onde se afirmam como objetivos principais “a defesa e a propagação da fé e o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs” (Gonçalves s.d.) Aos votos canónicos de castidade, obediência e pobreza foi acrescentado o voto especial de obediência papal, o que implicaria a aceitação de qualquer missão em qualquer parte do mundo a pedido do Papa.

<sup>42</sup> Acrescenta ainda que “as três grandes vagas missionárias jesuítas coincidem com as três maiores manifestações da colonização europeia: a do princípio do século XVI (...); a do princípio do século XVII (...); e a da segunda parte do século XIX” (Lacouture 1992, 311).

<sup>43</sup> São conhecidos diversos casos dessa oposição: a de Francisco Xavier, denunciado numa carta ao rei D. João III a violência no Oceano Índico (Lacouture 1992, 327), a defesa dos direitos dos índios brasileiros pelo Padre António Vieira, considerados pelos jesuítas o “terreno ideal para os propósitos evangelizadores” e por isso arregimentados em aldeias que se revelaram “do ponto de vista religioso e humanitário (...) experiências do maior interesse” (Marques 2012, 331-332), e também denúncias aos abusos cometidos no tráfico de escravos em Angola e Cabo Verde, ainda que sem ser posta em causa a instituição da escravatura (Gonçalves 2000-2001, 26). Sobre a questão da escravatura Oliveira Marques afirma que “ao contrário da anterior [escravatura dos índios americanos], a escravatura negra jamais foi condenada, embora homens como António Vieira tentassem proteger os pretos contra o despotismo ilimitado de seus senhores” (Marques 2012, 332), o que vai ao encontro das palavras do Papa Paulo VI sobre o trabalho dos missionários na *Populorum Progressio*: “Os seus missionários construíram, não só igrejas, mas também asilos e hospitais, escolas e universidades. Ensinando aos nativos a maneira de tirar melhor partido dos seus recursos naturais, protegeram-nos, com frequência, da cobiça dos

a formação intelectual é muito vincada e a aposta na educação um pilar sólido (Gonçalves 2000-2001, 25).

A sede da Companhia encontra-se naturalmente em Roma (*The Jesuit Curia in Rome – The House of the Superior General*, normalmente denominada apenas de Cúria Geral Jesuíta em Roma), onde reside o Superior Geral da Companhia de Jesus (ou Padre Geral), cargo atualmente ocupado pelo venezuelano Arturo Sosa, eleito na 36ª Congregação Geral dos jesuítas<sup>44</sup>.

Atualmente a CJ encontra-se organizada através de três tipos de divisões territoriais: as Assistências, as Províncias e as Regiões. Existem 9 Assistências, a divisão territorial mais abrangente<sup>45</sup> e cada Assistência subdivide-se em Províncias, que se podem subdividir ainda em Regiões<sup>46</sup>.

### 3.2. A Província Portuguesa

A Província Portuguesa, que pertence à Assistência da Europa do Sul, contempla hoje apenas o território da República Portuguesa<sup>47</sup>. A PPCJ foi a primeira a ser constituída pela Companhia, em 1546<sup>48</sup>, pelo que desde a chegada a Portugal, os jesuítas facilmente se

---

estrangeiros. Sem dúvida que a sua obra (...) não foi perfeita e alguns misturaram por vezes a maneira de pensar e de viver do seu país de origem, com a pregação da autêntica mensagem evangélica” (Paulo VI *apud* Stilwell (coord.) 2002, 401-402), o que também é válido no caso português: “a formação dos missionários portugueses feita no âmbito do nacionalismo do Estado Novo, levavam-nos a aliar a tarefa evangelizadora e de conversão à da «nacionalização»” (Pereira 2000, 85).

<sup>44</sup> As Congregações Gerais são assembleias mundiais que contam com a presença dos representantes de todas as Províncias da CJ e que funcionam como órgão legislativo. O Padre Geral é aconselhado por um conjunto de Conselheiros Gerais (constituído pelos Assistentes *Ad Providentiam* e outros conselheiros) e auxiliado pelos 9 Assistentes Regionais e pelos Oficiais Maiores da Cúria (Secretário, Vice-secretário, Tesoureiro Geral, Procurador Geral e Postulador Geral). A administração da CJ funciona também através de Secretariados: Secretariado do Serviço da Fé, Secretariado para a Colaboração com os Outros, Secretariado da Justiça Social e Ecologia, Secretariado do Ensino Superior, Secretariado da Educação e o Secretariado para as Relações Ecuménicas e Inter-religiosas. Na Cúria Geral existem ainda diversos serviços da CJ: o Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, Comissão de Liturgia, o ARSI – *Archivum Romanum Societatis Iesu*, a Biblioteca da Cúria, o Gabinete de Procura de Recursos e o FACSI – *Fundus Apostolicus et Caritativus Societatis Iesu*. Também outros serviços internacionais dos jesuítas se encontram aqui sediados, como é o caso do JRS – *Jesuit Refugee Service*, da Rede Mundial de Oração do Papa e da Comunidade de Vida Cristã (CVX).

<sup>45</sup> Assistência do Canadá e EUA (ACU), Assistência da América Latina do Norte (ALS), Assistência da América Latina do Sul (ALM), Assistência da Europa Central e Este (ECO), Assistência da Europa Ocidental (EOC), Assistência da Europa do Sul (EMR), Assistência Africana (AFR), Assistência do Sul da Ásia (ASM) e Assistência da Ásia-Pacífico (ASP).

<sup>46</sup> No Anexo 1 encontra-se um mapa com a divisão territorial atualmente em vigor.

<sup>47</sup> Anteriormente incluiu a Região de Angola (até 2010, hoje parte da Província da África Central) e a Região de Moçambique (até 2015, hoje Província Zimbabué-Moçambique). No caso de Timor, fez parte da PPCJ até 1977, passando para administração da Província da Indonésia, até se tornar Região Independente em 2000.

<sup>48</sup> Após D. João III ter sido informado da fama de um novo grupo de clérigos muito letrados e com espírito missionário, formalizou um pedido para Santo Inácio enviar companheiros. Simão Rodrigues e Francisco Xavier chegaram a Portugal em 1540. Francisco Xavier embarcou para o Oriente no ano seguinte e Simão Rodrigues ficou em Portugal para fundar a Província, o que aconteceu em 1546 (Gonçalves 2000-2001, 21).



inseriram na estrutura missionária do Padroado Português<sup>49</sup>, indo para os territórios das ex-colónias portuguesas a par e passo com o processo de colonização<sup>50</sup>. Esta vocação missionária será uma constante da CJ até aos dias de hoje<sup>51</sup>.

Seria o 25 de Abril de 1974 a alterar novamente a situação da Província. Nas palavras de Nuno Gonçalves da Silva, “a descolonização abalou profundamente a missionação, ocasionando perseguições, a destruição e ocupação de estruturas materiais e o regresso à Europa de muitos missionários” (Gonçalves 2000-2001, 30). Foi necessário, assim, reinventar o trabalho missionário, através de colaboração com missionários de outras Províncias, com as igrejas locais, orientando-o para o trabalho social, nomeadamente para a Cooperação para o Desenvolvimento.

As áreas de atuação estabelecidas aquando da criação da Companhia encontram eco nos dias de hoje em Portugal, pois “toda a atividade dos jesuítas visa a evangelização do mundo e, mais concretamente, a defesa da fé e a promoção da justiça em permanente diálogo cultural e inter-religioso” (PPCJ s.d.), o que vai ao encontro do atual Plano Apostólico da PPCJ (2016-2022), segundo o qual as três linhas transversais às diversas obras jesuítas<sup>52</sup> são o “serviço da fé”, a “promoção da justiça” e o “diálogo intercultural e inter-religioso” (PPCJ 2016). A dimensão universalista da Companhia de Jesus está presente desde o nascimento da mesma, quer por se tratar de uma ordem religiosa cristã e, por isso, ter aspirações universais, quer pela sua vocação missionária. Nesse sentido, também a Província Portuguesa acompanhou a colonização de territórios pelo Estado Português, nomeadamente através do

---

<sup>49</sup> O Padroado Português era um monopólio da organização e expansão religiosa na Ásia e em África, que apenas começou a ser posto em causa em 1622 com a criação em Roma da Congregação da Propaganda (Marques 2012, 320).

<sup>50</sup> Durante vários séculos a Província Portuguesa estabeleceu missões por vários continentes, fundando diversas Províncias e vice-Províncias: Província do Japão, Vice-Província da China, Província do Brasil e Vice-Província do Maranhão. Em África, os Jesuítas chegaram ao Congo (1547), Etiópia (1557), Angola (1560), Moçambique (1560) e Cabo Verde (1604), de onde partiram para a Guiné e Serra Leoa. Em conjunto com a Província de Portugal, formavam a denominada Assistência de Portugal que, em 1759 contava 1698 jesuítas (Gonçalves 2000-2001, 22). Em 1759 aconteceria a primeira expulsão, por ordem do Marquês de Pombal, pois “no Brasil, os Jesuítas desafiavam a autoridade da Coroa, tendo edificado um Estado próprio que se opunha aos interesses do Estado” e “em Portugal, muitas pessoas cultas acusavam-nos de ser responsáveis pelo sistema retrógrado de ensino vigente”, pelo que Oliveira Marques afirma que se “Pombal e a *intelligentzia* laica os odiavam, aversão não menor lhes tinham muitos bispos, abades de mosteiros e padres ou frades mais humildes”, o que “explica a atitude drástica que Pombal pôde tomar, o auxílio que obteve por parte do clero e de numerosas pessoas” (Marques 2012, 392-393). Regressariam a Portugal em 1829, chamados por D. Miguel, para serem novamente expulsos em 1834, por D. Pedro IV. O segundo regresso aconteceria em 1848, dedicando-se à educação e também às missões, sendo expulsos pela terceira vez aquando da implantação da República em 1910, a qual nacionalizou os seus bens (Gonçalves 2000-2001, 29). Voltariam a instalar-se em Portugal em 1923, mas apenas em 1941 seriam reconhecidos como corporação missionária (um ano após o Acordo Missionário (Oliveira 2014, 498)), o que permitiu a continuação do trabalho na Índia até 1961, em Macau, Angola, Moçambique, onde se encontrava a maioria dos missionários (78 em 1974), e Timor.

<sup>51</sup> Atualmente encontram-se jesuítas portugueses em Moçambique, Angola, China e Japão (PPCJ s.d.).

<sup>52</sup> “Obras” é o nome dado às diversas instituições jesuítas.

envio de missionários para as colónias portuguesas do Brasil, na Índia, na África Subsariana e na ilha de Timor.

O trabalho dos jesuítas portugueses é marcado pela própria evolução da História: com a descolonização, a intervenção orientou-se para as obras sociais, através das ONGD e dos movimentos de leigos, seguindo a tendência da missionação europeia (Universidade Católica Portuguesa 2013)<sup>53</sup>. Assim, em Portugal, os Leigos para o Desenvolvimento<sup>54</sup> e a Fundação Gonçalo da Silveira iniciaram um trabalho de Cooperação para o Desenvolvimento que, no caso da FGS, evoluiu para a área da Educação para o Desenvolvimento.

### **3.3. Breve história da Fundação Gonçalo da Silveira**

A constituição da Fundação Gonçalo da Silveira veio dar seguimento a uma intervenção secular dos jesuítas portugueses nos territórios historicamente colonizados pelos portugueses: a FGS “insere-se na longa tradição de apoio prestado pela Província Portuguesa da Companhia de Jesus às suas Missões, as quais, em tempos mais remotos, se estendiam das florestas brasileiras ao longínquo Japão” (FGS 2005, 2).

A FGS foi constituída a 9 de setembro de 2003, começando a funcionar em abril de 2004. Na sua origem estão as figuras do Padre Afonso Herédia sj (1943-2014)<sup>55</sup>, do Padre Provincial Amadeu Pinto sj (1941-2009)<sup>56</sup> e de Teresa Paiva Couceiro, atual Diretora Executiva. Aquando da escolha do nome para a nova fundação canónica, a PPCJ decidiu prestar homenagem a um dos jesuítas portugueses mais conhecidos por ter sido missionário e mártir na região que hoje corresponde ao território de Moçambique e Zimbabué,<sup>57</sup>.

---

<sup>53</sup> Também Mário Luís Ribeiro afirma que a Igreja Católica está na origem de instituições privadas assistencialistas que foram o embrião do que são hoje as ONGD, recuando até à Idade Média para encontrar nas instituições religiosas cristãs que realizavam atividades de evangelização e ações de caridade essa origem, e que, naturalmente, vão acompanhar o período colonial e chegar aos territórios de África (Ribeiro 1995, 28). As primeiras ONG nasceram de movimentos católicos após a I Guerra Mundial, nomeadamente o caso da Caritas, reforçados no pós-II Guerra Mundial por instituições como a OXFAM (anteriormente *Catholic Relief Services*). Inicialmente o seu trabalho centrava-se nas vítimas das duas guerras na Europa, mas gradualmente começaram a desenvolver atividades de assistência nos territórios coloniais, onde se vão cruzar com as tradicionais missões (Ribeiro 1995, 28-29).

<sup>54</sup> Associação de leigos inaciana e historicamente vinculados aos jesuítas, mas que não é obra da PPCJ.

<sup>55</sup> Presidente do Conselho Administrativo da FGS de 2003 a 2005.

<sup>56</sup> Provincial dos jesuítas portugueses entre 1999 e 2005.

<sup>57</sup> Segundo a entrevista concedida pela Diretora Teresa Paiva Couceiro, a sugestão veio do Padre João Caniço, um jesuíta fortemente interessado pela história da PPCJ, que esteve ligado aos primeiros momentos da FGS e que era grande admirador do Padre Gonçalo da Silveira. Curiosamente a FGS não é a primeira instituição jesuíta a prestar homenagem ao padre português. Em 1964 foi fundada no Zimbabué a *Silveira House – Jesuit Social Justice and Development Centre*, organização parceira da FGS nos projetos implementados em Moçambique. Revela-se curioso este facto, já que vários jesuítas portugueses não conheciam a figura do Padre Gonçalo: “alguns jesuítas portugueses não sabiam quem era o Gonçalo da Silveira. No Zimbabué sabem muito bem quem é, é um nome muito presente e muito forte” (Entrevista à Diretora Teresa Paiva Couceiro). Para conhecer mais aprofundadamente a biografia do Padre Gonçalo da Silveira veja-se o Apêndice 1.

O impulso à sua criação veio do Superior Geral, partindo do desejo de criação de uma rede de ONGD jesuítas internacionais, a Rede Xavier, e a Província Portuguesa não tinha nenhuma obra nessa área<sup>58</sup>. Nas palavras de Teresa Paiva Couceiro, “os jesuítas criaram uma plataforma onde se juntaram organizações jesuítas ligadas ao apoio à cooperação. Portugal não tinha uma (...) formal. É quase um ‘parto provocado’ pelo Padre Geral, ao dizer à Província Portuguesa que tinha de ter um instrumento, uma instituição formal. Por isso criou-se a Fundação”<sup>59</sup>. Assim, havia já condições para a PPCJ participar na Rede Xavier com as congéneres espanholas, italianas e alemãs.

A FGS nasce como fundação canónica com um fundo fundacional da PPCJ. Os dois primeiros anos foram também dedicados à institucionalização e à resolução de questões legais, nomeadamente o pedido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para lhe ser reconhecido o estatuto de ONGD<sup>60</sup> e à criação dos primeiros estatutos<sup>61</sup>.

A missão inicial da FGS era sobretudo a de coordenar e dar apoio às missões que contavam com a presença de jesuítas portugueses, no que dizia respeito à angariação de fundos públicos e privados e à elaboração de projetos para serem implementados pelos missionários, inserindo-se na missão geral da Companhia de Jesus. Assim, de 2004 a 2006, a área predominante de trabalho foi a CD, através de uma relação muito próxima com os missionários jesuítas portugueses presentes nas missões em Angola, Moçambique e Timor-Leste. Dos três primeiros projetos oficiais aprovados e financiados por fundos públicos, dois foram implementados em Moçambique e um em Timor, e incluíam as áreas da educação, promoção social e saúde<sup>62</sup>.

Em 2007 inicia-se uma nova fase na FGS, com alterações ao nível da sua Direção, passando a ser dirigida pelo Padre Vaz Pato e a contar com uma maior participação por parte de Teresa Paiva Couceiro neste órgão, pois a FGS tinha crescido fortemente a nível do número de projetos, do orçamento disponível e do grau de envolvimento e participação na Rede Xavier. É introduzida a Educação para o Desenvolvimento como área de trabalho, motivada quer pela influência das ONGD jesuítas espanholas Fundación Entreculturas e

---

<sup>58</sup> Existia em Portugal a organização Leigos para o Desenvolvimento que, apesar da espiritualidade inaciana, se trata de uma associação de leigos que não pertence formalmente à Província Portuguesa jesuíta. Segundo a entrevista a Teresa Paiva Couceiro, existia também o Secretariado das Missões que se encarregava da relação com os missionários, mas era uma estrutura informal sem independência jurídica e financeira.

<sup>59</sup> Entrevista Teresa Paiva Couceiro (Apêndice 20).

<sup>60</sup> Mas também obtenção do reconhecimento da Conferência Episcopal Portuguesa (para ser considerada parte da Igreja Católica Portuguesa), do Governo Civil (para obter o estatuto de pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública), e Estatutos de 2004, substituídos pelos Estatutos de 2009, atualmente em vigor.

<sup>61</sup> Estatutos de 2004, substituídos pelos Estatutos de 2009, atualmente em vigor.

<sup>62</sup> Conforme entrevista a Teresa Paiva Couceiro (Apêndice 20).

Fundación Alboan, que alertavam para a importância de trabalhar a sensibilização e educação da sociedade civil, quer pela diminuição do financiamento público aos projetos de CD<sup>63</sup>. Pelo contrário, em Portugal a ED ainda constituía uma matéria pouco aprofundada: era uma área onde havia potencial para desenvolvimento/crescimento, por ser ainda pouco explorada<sup>64</sup>.

Nesta fase surge um reconhecimento assinalável de projetos de ED da FGS, por parte do sector das ONGD, como o projeto *M=? Igualdade não é Indiferença, é Oportunidade* (2007-2012), em escolas públicas e privadas<sup>65</sup>, e a *Campanha Global pela Educação (CGE)* (2006-2009), que marcarão a afirmação desta área de trabalho na FGS<sup>66</sup>. O projeto *M=?* foi desenvolvido como campanha educativa pela FGS em parceria com o ACIDI IP, a Rede INDUCAR e a Fundação Champagnat, visando consciencializar a comunidade educativa de escolas públicas e privadas para a importância da capacitação para a responsabilidade social e para a cidadania global na perspetiva da igualdade de oportunidades (FGS 2009, 14), tornando-se uma referência no trabalho com escolas<sup>67</sup>. A *Campanha Global pela Educação* arrancou em 2006, com a FGS a coordenar o consórcio português desta iniciativa internacional fundada em 1999, tornando-se um projeto oficialmente em 2010<sup>68</sup>, que teve por objetivo “chamar a atenção dos membros da comunidade educativa, dos políticos, dos meios de comunicação e do público em geral, sobre a situação de desigualdade no acesso à educação a nível mundial, apelando a esforços adicionais para (...) alcançar o ensino primário universal” (FGS 2010, 24).

A partir de 2008, verificou-se uma diminuição do número de jesuítas em África, o que também contribuiu para a perda de importância relativa da área da Cooperação. Ainda que tenham continuado a existir diversos projetos em Angola, Moçambique e Timor<sup>69</sup>, a

---

<sup>63</sup> Ademais, por via de uma mudança nos critérios de atribuição dos fundos da Cooperação, começaram a ser favorecidas organizações que tivessem em curso projetos europeus, o que não era a forma de trabalho da FGS, pois os seus parceiros eram locais, como era o caso do CISA.

<sup>64</sup> Conforme entrevista a Teresa Paiva Couceiro (Apêndice 20).

<sup>65</sup> Nomeadamente nos colégios jesuítas.

<sup>66</sup> Teresa Paiva Couceiro considera que uma das características apontadas na qualidade destes projetos era a diversidade e interesse dos parceiros (Apêndice 20).

<sup>67</sup> A prova disto é que, 10 anos após o projeto, a *newsletter M=?* continua a funcionar com um conjunto alargado de professores e educadores a receberem periodicamente recursos pedagógicos. Atualmente, o *M=?* já não tem formato de projeto da FGS, mas sim de atividade, como se perceberá posteriormente.

<sup>68</sup> De 2010 a 2012 a CGE tornou-se um projeto apresentado ao IPAD com o nome *Campanha Global pela Educação (CGE): Advocacia pelas Metas de Educação para Todos e Todas e o ODM 2 - Ensino primário universal até 2015*.

<sup>69</sup> Estes projetos eram maioritariamente iniciativas de missionários jesuítas e não projetos pensados de forma estruturada. Entre os vários projetos e atividades realizadas enumeram-se os seguintes: 1) Angola: Centro S. João de Brito, em Viana (Província de Luanda); *Mulheres do Amanhã*, em Benguela; 2) Moçambique: Escolinhas Comunitárias, em Matacuane (Beira), que ainda existem; *Sementes do Amanhã*, na Fonte Boa, lar de crianças órfãs de SIDA, que também ainda se encontram em funcionamento; projeto *Escapa*, em Tete, que procurou apoiar o financiamento de uma infraestrutura de ensino e investigação; projeto Kamtedza, na cidade da Beira, que incluía medidas de combate e prevenção do HIV, apoio à educação e ao apostolado social; projeto Fomento;

diminuição da presença de jesuítas portugueses verificada nesta fase impediu o aprofundamento destes projetos, remetendo-os, em alguns casos, apenas para a captação de fundos. Na entrevista concedida, Teresa Paiva Couceiro afirmou que “a nível da PPCJ foi começando a haver uma diminuição da influência nas missões em África e Timor<sup>70</sup>, os projetos foram diminuindo, por isso o nosso trabalho fora de Portugal estava a diminuir... Contrariamente ao trabalho na ED em Portugal, que estava desde 2008-2009 a ganhar muita força. Houve necessidade de perceber então onde é que a FGS se colocava... Na Cooperação? Na ED? Nas duas? Mas neste momento era a ED que estava em força, com vários projetos a serem financiados, (...) a fazer a FGS ganhar espaço na realidade das ONGD em Portugal, mais enquanto organização de ED do que de Cooperação”<sup>71</sup>. Esta combinação de fatores motivou uma afirmação daquilo que é hoje uma parte da identidade da FGS, uma instituição mais conhecida no sector na área de ED do que de Cooperação e que, mesmo nos seus projetos de Cooperação, apresenta sempre uma componente de capacitação e educação popular e cívica<sup>72</sup>.

Assim, desde 2007, a FGS trabalhava em duas áreas que eram entendidas como distintas: o trabalho com os missionários em África e Timor e a ED em Portugal. Rapidamente esta ideia começou a ser questionada internamente, refletindo-se sobre como torná-las menos estanques e aproximá-las. Em 2013 esta situação foi resolvida com a fusão entre o Departamento de ED e o Departamento de CD<sup>73</sup>, que criou o Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento (DCG&D), por se considerar que o desenvolvimento e a cidadania são indissociáveis. A leitura da relação entre ED e CD da FGS é sintetizada por Luísa Teotónio Pereira da seguinte forma: “há uma (...) forma (...) de colocar esta questão; a FGS tem-na colocado várias vezes: a CD e a ED estudam e falam sobre o desenvolvimento, por isso são as duas faces da mesma moeda. (...) [Q]uando o conceito de desenvolvimento

---

projeto de Nhangau (distrito da Beira), oficialmente intitulado *Agricultura, saúde e educação: desenvolvimento em contexto rural*, com trabalho na educação de crianças e adultos, desenvolvimento rural e comunitário, saúde e segurança alimentar, que está na raiz do atual projeto *Semear e Cuidar*; projeto *Jovens querem estudar*, em Matola, Beira e Vila Ulongué (Tete); Centro Materno-infantil de Nhanduvo; projeto Biblioteca de Nhambira; 3) Timor-Leste: *Escola Amigos de Jesus*, em Díli; Projeto *Postos Clínicos*, em Dare. No âmbito da Rede Xavier, houve também participação em projetos noutros países africanos, nomeadamente Guiné-Bissau, Quênia, Chade e Malawi.

<sup>70</sup> Provocado, em parte, pela distância física, mas também pela nova configuração administrativa da CJ.

<sup>71</sup> Entrevista a Teresa Paiva Couceiro (Apêndice 20).

<sup>72</sup> A educação popular é inspirada em pensadores como Óscar Jara (que abertamente defende que o centro de um processo educativo é gerar aprendizagens onde o educador popular é um aprendiz, um impulsionador, um desafiador e gerador de autoaprendizagens (Cardoso e Pereira 2015, 98) e, nas suas origens, Paulo Freire, educador brasileiro conhecido pela obra *Educação como prática de liberdade* (Cardoso e Pereira 2015, 97).

<sup>73</sup> Até 2011 era chamado de Departamento de Apoio ao Desenvolvimento.

começa a ser interrogado, interroga simultaneamente a cooperação e a educação” (Pereira *apud* Cardoso (ed.) 2014, 119).

A par da evolução da FGS em termos de conteúdos e de linhas de ação, verificou-se um crescimento a nível de estratégia e do público alcançado. Em 2014, aquando do balanço dos 10 anos da FGS, contavam-se 22 projetos desenvolvidos, 5.500 beneficiários diretos fora de Portugal e 17 escolas portuguesas envolvidas (FGS 2014, 5)<sup>74</sup>.

O ano de 2015 foi marcante para o processo de crescimento da FGS pois realizou-se uma avaliação particularmente estruturada e aprofundada das obras da PPCJ<sup>75</sup>. Este processo terminou com o envio de uma carta do Padre Provincial, que Teresa Paiva Couceiro, na entrevista concedida, destacou: “são afirmadas uma série de coisas: faz todo o sentido que a Fundação exista, tem notoriedade a nível nacional, leva este ‘ser jesuíta’ para fora da Igreja, (...) fora do contexto jesuíta é conhecida, tem lugar, é uma organização (...) que faz um trabalho com qualidade e transparência”<sup>76</sup>.

Hoje, os números ultrapassam os 21 projetos e os 13 434 beneficiários diretos (FGS 2017, 4). No Apêndice 2 encontram-se listados os projetos realizados pela FGS cujo principal financiador foi o Estado português.

### **3.4. Caracterização da instituição**

A Fundação Gonçalo da Silveira é uma ONGD criada pela PPCJ enquanto sua obra e sediada em Lisboa<sup>77</sup>. Em termos de Direito Civil, esta instituição apresenta o estatuto de pessoa coletiva de interesse social de direito privado e fins de utilidade pública, sendo que no que respeita ao Direito Canónico apresenta-se como fundação canónica<sup>78</sup>. Juridicamente é regida pelos seus Estatutos, pelo Direito Canónico e Concordatário, pela Lei do Estatuto das ONGD<sup>79</sup> e pelas opções da PPCJ.

---

<sup>74</sup> No Anexo 2 encontra-se um mapa da intervenção da FGS a propósito da comemoração do 10º aniversário com alguns dados adicionais.

<sup>75</sup> Esta avaliação, que durou 6 meses, foi baseada em questionários, relatórios e numa visita de dois dias do Padre Provincial, P. José Frazão Correia sj, e foi determinante para refletir sobre os 12 anos de trabalho e para validar a atuação da FGS perante a restante Província.

<sup>76</sup> Entrevista Teresa Paiva Couceiro (Apêndice 20).

<sup>77</sup> Localizada na Estrada da Torre Nº 26, freguesia do Lumiar, concelho de Lisboa. Os escritórios da FGS fazem parte do Centro Inaciano de Lisboa (CIL), onde se encontram várias instituições jesuítas.

<sup>78</sup> Segundo a entrevista realizada a Teresa Paiva Couceiro, “é canónica porque a sua criação é aceite pela Conferência Episcopal Portuguesa, ou seja, é uma parte da Igreja portuguesa”.

<sup>79</sup> Lei nº66/98 de 14 de outubro.

O seu logótipo representa, simultaneamente, um embondeiro, árvore comum no continente africano, e uma mão, em cor-de-laranja. O logótipo original foi criado em 2004 e foi renovado no final de 2017<sup>80</sup>.

Os órgãos sociais são constituídos por uma Direção de três membros, nomeados e exonerados pelo Provincial da Companhia – que atualmente são Teresa Paiva Couceiro (Presidente da Direção e Diretora Executiva), Padre Filipe Martins sj e Rosário Farmhouse –, um Conselho Fiscal também de três membros, igualmente nomeados e exonerados pelo Provincial, e um Conselho de Curadores que funciona como órgão consultivo, sendo presidido pelo Provincial e constituído por 5 a 12 membros por ele nomeados (FGS 2009, 3-4). Internamente estrutura-se em três departamentos: Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento (DCG&D<sup>81</sup>), Departamento de Comunicação e Relações Institucionais (DCRI) e Departamento Financeiro (DF)<sup>82</sup>. Conta ainda com a participação de vários voluntários com regularidade variável.

Em termos orçamentais, as fontes de financiamento variam de ano para ano, sendo que, em 2017, 55% do orçamento provinha de financiamento público, através do financiamento aos projetos de ED e CD, 32% de doadores particulares e 13% de empresas (FGS 2017, 37). No Anexo 3 está disponível um gráfico circular onde se encontra representada esta informação.

Atualmente, a FGS afirma-se como uma ONGD jesuíta cuja missão é “combater as desigualdades e as injustiças sociais através da construção de uma Cidadania Global que promova o bem comum e que contribua para a mudança de situações geradoras de pobreza a nível local e global” (FGS 2016, 5). Os seus objetivos, reformulados em 2016, são “responder, em colaboração e com sentido de urgência, aos desafios que colocam em causa o bem comum, a coesão social e a harmonia na relação entre o Homem e a Natureza”, “capacitar pessoas e comunidades para a compreensão das questões globais que levem à mudança social”, “motivar pessoas e comunidades para o sentido de Cidadania Global criando oportunidades para terem um papel mais ativo na sociedade”, “participar no diálogo e reflexão sobre as causas estruturais da pobreza a nível local e global” (FGS 2016, 3).

Os valores da instituição são: 1) a promoção da justiça social enquanto compromisso ético e alicerce para o bem comum; 2) o trabalho colaborativo como forma de trabalho social

---

<sup>80</sup> O logótipo original é da autoria do designer Francisco Herédia, tendo sido renovado pelo Atelier Comunica. Durante a realização do estágio o logótipo que vigorou foi o original, pelo que é este que consta no Protocolo de Estágio. No momento de escrita deste relatório vigora a versão renovada.

<sup>81</sup> Informalmente designado de departamento de projetos.

<sup>82</sup> O organograma com a composição dos órgãos sociais e dos departamentos encontra-se no Apêndice 3.

comprometido; 3) a esperança e a ação criativa, que motivam a ação por um futuro melhor; 4) a transparência, quer financeira quer das linhas de ação; 5) a inspiração cristã e jesuíta.

Em termos de áreas de atuação estas são a ED e a CD, relacionando-as com a Ecologia Integral, a Educação Transformadora e a promoção de trabalho colaborativo entre instituições de diferentes naturezas, sendo que atualmente todos os seus projetos incluem pelo menos um dos seguintes componentes: 1) formação de professores e outros educadores, em escolas e outros espaços educativos; 2) aprofundamento e divulgação de conhecimento e reflexão, através de publicações e encontros; 3) produção e divulgação de recursos educativos; 4) promoção de redes e outros grupos colaborativos, de diferentes áreas e contextos; 5) participação na definição de políticas públicas, promotoras de mudanças estruturais na sociedade.

Pontualmente, e a pedido da Rede Xavier, realiza também campanhas de Ajuda Humanitária e de Emergência, sendo que se remete para o Apêndice 4 as principais campanhas que a FGS realizou, já que é uma área de trabalho complementar.

### **3.5. Ideologia e cultura institucional**

Em termos ideológicos, a ação da FGS é influenciada por vários documentos e várias correntes de pensamento, umas seculares e outras religiosas, nomeadamente a já referida ECG crítica de Vanessa Andriotti (Andriotti 2014), a ideia de ECG radical enquanto forma de solidariedade internacional (re)politizada (Belda-Miquel e Boni 2017), a Educação Popular latino-americana de Paulo Freire e Óscar Jara, a DSI expressa nos documentos do Vaticano, e a visão de justiça inaciana<sup>83</sup>. Estas marcas ideológicas encontram-se presentes em vários princípios, particularmente na ideia de que a Educação serve para fortalecer civicamente os indivíduos, na radicalidade da transformação social que propõe, ao preconizar o diálogo com a justiça social a nível universal, no desejo de ultrapassar o assistencialismo e na reflexão sobre o que é necessário transformar<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Essencialmente presente nos documentos do Secretariado de Justiça Social e Ecologia da CJ, mas também nos documentos das Congregações Gerais. É, claro, no pensamento de Santo Inácio que a fé sem ação é incompleta: “contemplativo na ação”.

<sup>84</sup> Sobre a relação entre a ECG e a matriz cristã e jesuíta, Jorge Cardoso afirmou na entrevista concedida o seguinte: “tenho vindo a descobrir imensas ligações (...). A DSI faz imensas ligações com esta questão das causas, dos problemas, da necessidade de transformação a nível pessoal, a nível social... E a parte da visão jesuíta também: a ideia de ligar a fé e a justiça, de a fé não ser completa sem a justiça. É claramente uma ligação aos princípios básicos da ED: quando falamos da justiça social, de solidariedade, de equidade, estamos a falar dos valores que também formam a doutrina social cristã. Os documentos da pastoral social dos jesuítas, e também as encíclicas papais, vão muito ao encontro da ED/ECG: um olhar mais estrutural, um olhar do ponto de vista daqueles que não têm e da impossibilidade de terem” (Apêndice 21).



Em termos de formas de trabalho, há 3 aspetos importantes na cultura institucional: o trabalho colaborativo, a autoimagem da FGS enquanto instituição aprendente e a estruturação dos projetos em processos.

A opção da FGS trabalhar sempre em parceria e em rede<sup>85</sup> não é um mero fruto das circunstâncias mas sim uma opção alicerçada em duas convicções: a primeira, de que é nesse procedimento que reside parte do valor criado (Lasida 2013, 82); a segunda de que o Desenvolvimento e a Cidadania só podem ser construídos entre indivíduos e instituições que trabalhem em conjunto na sua construção, pelo que o trabalho social só faz sentido e só tem resultados se for feito em conjunto com as populações a que se destina. O trabalho colaborativo, enquanto modo de estar e agir, é também um traço identitário jesuíta atual: *“Jesuits are both ‘men for others and men with others’”* (Society of Jesus s.d.)<sup>86</sup>.

Há que destacar ainda que o trabalho em parceria e em rede tem uma vantagem, muito cara a uma instituição ligada à Educação, que é a constante aprendizagem que permite. Assim, vai-se ao encontro de outra característica da cultura institucional da FGS, o facto de se declarar uma ‘instituição aprendente’, diversificando propositadamente os temas e parceiros dos seus projetos para que possa aprender com outras instituições. Como referiu Hugo Marques na entrevista concedida, “a diversificação [de parcerias] é uma estratégia para irmos apreendendo, porque temos esta ideia de sermos uma instituição aprendente... (...) [É] uma forma de estarmos abertos à aprendizagem e, a partir daí, continuarmos a pensar e a agir para a transformação”.

O terceiro aspeto da cultura institucional que vale a pena destacar é a orientação da ação da ED – ou seja, dos projetos e atividades – por processos nos quais estes se integram. Isto significa que os projetos se encontram enquadrados em pelo menos um processo em que a FGS está envolvida, sendo que neste momento existem os seguintes processos: integração da ED/ECG no ensino formal (desde 2007), aprofundamento e disseminação de conhecimento em ED/ECG (desde 2012), ligação entre academia e sociedade civil na ED/ECG (desde 2012), ligação entre ED/ECG e ecologia (desde 2016), ligação entre a visão global e as práticas locais (desde 2016). No Anexo 5 encontra-se um esquema que permite observar mais facilmente esta relação entre processos e projetos.

---

<sup>85</sup> A listagem das redes e parceiros encontram-se no Apêndice 5.

<sup>86</sup> Na Congregação Geral 36 afirma-se mesmo que “o discernimento, a colaboração e o trabalho em rede oferecem três importantes perspetivas, no nosso atual modo de proceder” (Companhia de Jesus 2016, 58).

## 4. O ESTÁGIO NA FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

### 4.1. Enquadramento do estágio

O estágio curricular iniciou-se a 3 de outubro de 2016 e terminou a 31 de março de 2017, com uma carga horária diária de 8 horas, de segunda a sexta-feira<sup>87</sup>, correspondendo ao tempo inicialmente previsto de 800 horas. Foi maioritariamente desenvolvido na sede da FGS, ainda que devido ao trabalho em alguns projetos e atividades tenham sido realizadas deslocações à sede de instituições parceiras<sup>88</sup>.

O estágio desenrolou-se no Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento (DCG&D), embora com colaboração crescente no Departamento de Comunicação e Relações Institucionais (DCRI), inicialmente não prevista. Houve também um contínuo apoio ao Centro de Documentação da FGS (CD-FGS) e momentos de apoio à Diretora Executiva.

### 4.2. Os projetos

Para os devidos efeitos, considera-se que os projetos podem estar em diversas fases: 1) fase de candidatura inicial<sup>89</sup>, 2) fase de preparação<sup>90</sup>, 3) fase de execução<sup>91</sup> e 4) fase de pós-projeto<sup>92</sup>. Ainda que se tenha acompanhado o trabalho do DCG&D em diversos projetos em várias fases, os 4 projetos em que a estagiária se envolveu diretamente estavam em fase de execução. Aquando do início do estágio, a FGS tinha 4 projetos de ED em execução, sendo que ficou decidido que a estagiária iria trabalhar como membro da equipa de projeto em 2 destes, dando apoio esporádico a outros 2 conforme as necessidades<sup>93</sup>. Registou-se também

---

<sup>87</sup> Foram realizados alguns dias de trabalho ao sábado devido a atividades extraordinárias dos projetos, sendo essas horas de trabalho compensadas com horas de folga durante a semana.

<sup>88</sup> Como o CIDAC, em Lisboa, e a Associação Casa Velha, em Ourém, a escolas como o Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre, em Lisboa, e também à ESELx, quer para reuniões quer para sessões de trabalho com professores e alunos. Noutras ocasiões foram também realizadas atividades externas de formação e/ou acompanhamento de colegas, mas apenas em momentos únicos.

<sup>89</sup> Ao CICL ou a outras entidades financiadoras. No caso dos projetos bianuais do CICL – aqueles com os quais a estagiária contactou diretamente –, é de notar que ao fim de um ano os projetos são submetidos a uma recandidatura, ou seja, atualização da candidatura inicial para nova submissão a aprovação do CICL, a que se costuma chamar “candidatura ao segundo ano do projeto”.

<sup>90</sup> Após aprovação da candidatura, até ao momento de arranque oficial.

<sup>91</sup> Implementação do projeto propriamente dita.

<sup>92</sup> Em momento de avaliação final.

<sup>93</sup> Acompanhou-se ainda outros quatro projetos, um em fase de execução, dois em fase de preparação e um outro em fase de candidatura: *Global Schools*, *Semear e Cuidar*, *Referencial de ED na formação inicial de educadores/as e professores/as* e *Europe of Diversities*. O projeto *Global Schools* esteve em execução durante o período de estágio, mas é um projeto em que a FGS não é promotora nem copromotora, tendo apenas um papel de associada, pelo que o trabalho neste era menor, não tendo a estagiária qualquer envolvimento. Em fase de preparação estava o projeto da linha de Cooperação para o Desenvolvimento do CICL *Semear e Cuidar: Impulso*

a participação em algumas das atividades independentes da FGS<sup>94</sup>, como será explicitado posteriormente.

De seguida serão apresentados os 4 projetos em que a estagiária se envolveu. Os projetos onde a estagiária foi integrada como membro de equipa e assumiu o papel de Técnica Estagiária de Projetos foram o projeto *Desafios Globais* e o *Ca(u)sa Comum*<sup>95</sup>, pelo que lhes será reservada maior atenção. É de relevar que quando a estagiária entrou na FGS ambos os projetos já se tinham iniciado, mas estavam em fases diferentes da sua implementação, pois o primeiro estava perto de completar um ano e o segundo tinha apenas um mês de execução.

Salienta-se que a fonte principal utilizada para a apresentação dos projetos são os *dossiers* das candidaturas dos próprios projetos, nomeadamente o formulário “Diretrizes para apresentação de proposta de programa/projeto” do CICL<sup>96</sup>.

#### 4.2.1. Desafios Globais

O projeto *Desafios Globais: reforçar a Educação para a Cidadania Global para responder aos contextos da atualidade* é um projeto de ED promovido pelo CIDAC e copromovido pela FGS, iniciado em dezembro de 2015, com fim previsto para novembro de 2017, tendo sido prolongado até fevereiro de 2018<sup>97</sup>.

O ponto de partida para este trabalho alicerça-se na crença por parte das duas instituições que embora os desafios do mundo atual se estejam a tornar cada vez mais

---

*ao Desenvolvimento com as comunidades de Nhangau*, um projeto de CD em Moçambique que também inclui dimensões de trabalho em ED/ECG, promovido pela FGS e copromovido por um conjunto de instituições portuguesas, moçambicanas e zimbabuenses (CISA-UCM, GASNova Portugal, Graal Moçambique, Pabhodzi – UCM, Silveira House Zimbabué), que entrou em fase de execução apenas em Abril de 2017, já após o término do estágio, pelo que a participação da estagiária consistiu apenas na presença em reuniões gerais e em conversas informais. O outro projeto em preparação é o *Referencial ED na formação inicial de educadores/as e professores/as*, em parceria com o CIDAC, financiado pelo CICL no formato de contrato-programa (designação do CICL para pequenos projetos, de execução não superior a 12 meses e orçamentos até 10 000 euros). Quanto ao projeto em fase de candidatura, acompanhou-se a preparação da candidatura a um projeto europeu ao qual a FGS se associou, o *Europe of Diversities*.

<sup>94</sup> Na FGS existem as atividades integradas em projetos e as atividades não integradas em projetos, sendo as segundas designadas neste relatório de atividades independentes.

<sup>95</sup> Tal como se poderá ler na entrevista realizada a Hugo Marques (Apêndice 22), esta opção aconteceu devido a duas razões: por um lado, o projeto *Desafios Globais* e o *Ca(u)sa Comum* necessitavam de mais uma pessoa; por outro, na entrevista realizada à estagiária foi mostrado interesse por parte destas pelos contextos educativos.

<sup>96</sup> Este formulário tem como objetivo proporcionar aos candidatos (as ONGD) e ao CICL uma matriz única e coerente para a apresentação dos projetos de ED candidatos a um cofinanciamento. Apresenta alguma linguagem técnica que aqui se reproduz, a saber: OG – Objetivo Geral, OE – Objetivo Específico, RE – Resultado Esperado e A – Atividade.

<sup>97</sup> Surge de um trabalho de continuidade resultante da parceria entre o CIDAC e a FGS, a qual já resultara na implementação de dois projetos anteriormente, o *Reinventar Fronteiras – percursos de proximidade entre atores educativos de Educação para a Cidadania Global* (2011-2013) e o *Co-construindo uma Rede ECG em meio escolar* (2013-2015).

complexos, o sistema escolar concentra-se numa proposta educativa utilitária, onde as pessoas são colocadas ao serviço da produção ao invés de ser a produção a ser colocada ao serviço das pessoas (CIDAC & FGS 2014, 13), exemplificando a metáfora de Paulo Freire da «educação bancária»<sup>98</sup>. Embora a escola não seja o único espaço educativo, é sem dúvida um dos mais importantes pois “constitui um ator social e político imprescindível” e “representa um espaço privilegiado para a formação de cidadãos e cidadãs críticos e participativos, capazes de impulsionar as transformações”, tendo por isso um “papel fundamental na procura de respostas aos desafios colocados pela nossa contemporaneidade” (Consórcio Conectando Mundos 2009, 145). Neste sentido, integrar e reforçar a ECG no meio escolar pode contribuir para que os cidadãos do futuro consigam encontrar respostas para alguns desses desafios atuais (CIDAC & FGS 2014, 5), pois permite-lhes adquirir competências ao nível da pesquisa e processamento de informação, capacidade de argumentação, pensamento crítico e diálogo construtivo (CIDAC & FGS 2014, 14)<sup>99</sup>.

Assim, este projeto tem como público-alvo professores e educadores, estando previsto o envolvimento de 90 educadores sem contacto com ECG, 100 com contacto com ECG e ainda 60 educadores pertencentes à Rede ECG, contando com a participação de escolas, de ESE, de organizações de professores e OSC com intervenção em escolas (CIDAC & FGS 2014, 27-28), tendo por Objetivo Geral (OG) “potenciar e congregar capacidades no meio escolar e motivar atores educativos para enfrentar os desafios do nosso tempo com base em valores e princípios de Educação para a Cidadania Global” e por Objetivo Específico (OE) “ampliar o entendimento, a prática e o reconhecimento da ECG em meio escolar” (CIDAC & FGS 2014, 5).

A equipa do projeto<sup>100</sup> pretende, ao longo dos 2 anos de projeto, alcançar três Resultados Esperados (RE): “Mais educadores/as e maior capacitação na intervenção em ECG no meio escolar” (RE1); “Rede ECG reforçada” (RE2); “Intervenção em ECG no meio escolar em Portugal mapeada” (RE3) (CIDAC & FGS 2014, 21-22). Para alcançar cada um

---

<sup>98</sup> Afirma Paulo Freire que a “conceção «bancária» (...) [d]a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos” (Freire 1975, 84), o que “anula o poder criador dos educandos” (Freire 1975, 86).

<sup>99</sup> Além disso, há uma tendência europeia de integração da ED/ECG nas escolas, sendo que em Portugal “encontra-se enquadrada no sistema de ensino formal através da Educação para a Cidadania, constituindo-se como uma das suas dimensões enquanto abordagem curricular” (CIDAC & FGS 2014, 12).

<sup>100</sup> Constituída por 4 elementos da FGS (Hugo Marques, Anita Cruz, Sandra Fernandes e a estagiária Maria Laranjeiro), 3 elementos do CIDAC (Luísa Teotónio Pereira, Dénia Claudino e Stéphane Christophe Laurent), 3 técnicos externos (Sara Poças, Mário Almeida e Carlos Guerreiro) e alguns educadores e professores da Rede ECG.

dos três RE foram programadas 11 atividades (A), como se poderá ver no esquema presente no Apêndice 6, onde se encontra também a sua descrição.

As atividades em que a estagiária participou enquadram-se todas no RE1, pois as atividades do RE2 e do RE3 foram realizadas essencialmente através de técnicos externos às duas instituições promotoras, contratados para o efeito, ou através da Equipa de Dinamização da Rede ECG<sup>101</sup>. Assim, a estagiária participou nas atividades A1.1, A1.2, A1.3, A1.4 e A1.5, embora em diferentes graus como se poderá verificar de seguida, através da descrição mais detalhada desta participação.

#### A1.1: 6 ações de formação de introdução à ECG

A estagiária participou nos debates nas reuniões de preparação de uma destas formações destinadas a professores sem contacto prévio com a ECG, que se realizou no dia 8 de março de 2017 no Agrupamento de Escolas José Saramago, no Poceirão, concelho de Palmela. O envolvimento da estagiária traduziu-se no apoio ao planeamento e ao acompanhamento do processo, contribuindo com ideias e propostas de soluções aos problemas apresentados durante as reuniões, não tendo estado presente na formação.

#### A1.2: 1 curso de formação acreditado sobre ECG

A participação da estagiária consistiu na partilha de ideias e de contributos nas reuniões da FGS com as representantes do CIDAC, Luísa Teotónio Pereira e Dénia Claudino, nomeadamente no debate sobre a temática e descritores do Referencial ED a trabalhar.

Este curso acreditado de 18 horas, com duração de 3 dias, foi organizado em parceria com a Associação de Professores de Geografia, que apoiou a equipa do projeto *Desafios Globais* com os procedimentos de acreditação, através do seu centro de formação<sup>102</sup>, dirigido a Educadores de Infância, após o diagnóstico da equipa ter indicado um défice de oferta de formações em ECG disponível para estes educadores. O curso realizou-se nos dias 21 e 28 de outubro e 11 e 25 de novembro de 2017, nas instalações do CIDAC, já após o estágio ter terminado.

#### A1.3: 2 recursos pedagógicos de ECG

Esta foi, sem dúvida, a atividade do projeto *Desafios Globais* que contou com maior envolvimento da estagiária, sendo a atividade à qual a estagiária dedicou mais horas ao longo

---

<sup>101</sup> A Equipa de Dinamização da Rede ECG é uma equipa de trabalho da Rede que se responsabiliza pela coordenação da mesma.

<sup>102</sup> CEPOR – Centro de Formação Professor Orlando Ribeiro.

de todo o estágio, desde o seu início até à data da sua conclusão, o que justifica o maior aprofundamento que lhe é reservado no presente relatório.

A participação decorreu apenas num dos recursos previstos no projeto, sendo que a elaboração de um recurso pedagógico de ECG se revelou um processo particularmente complexo e moroso, pleno de reformulações e constantes reflexões. Desta forma, este recurso pedagógico foi criado através de um processo de trabalho colaborativo em que, apesar da natural distribuição de tarefas, a participação e comentários críticos de todos foram requeridos e fortemente valorizados, o que acrescenta riqueza ao trabalho, mas também torna mais demorada a sua finalização. Envolveu também um elevado número de reuniões internas, bem como reuniões com os parceiros do CIDAC e com o designer gráfico. Acrescem ainda algumas opiniões externas que foram procuradas e incluídas, nomeadamente de professores e educadores presentes na atividade A1.4 e de um especialista em questões de trabalho da Organização Internacional do Trabalho.

O recurso pedagógico “Trabalho hoje e no futuro” foi criado pela equipa do projeto e dirige-se a alunos do Ensino Secundário. Tendo em conta que se procurava para tema um desafio do mundo atual, a temática do “trabalho” foi selecionada devido ao seu papel e à sua importância, quer para os indivíduos, quer para as sociedades, e tendo em conta os debates atuais sobre as condições e as perspetivas de trabalho. Neste sentido, para além de ser uma questão incontornável do presente e do futuro das sociedades e um assunto de interesse para jovens em final de ciclo de estudos secundários, este tema permite desenvolver competências importantes, como interpretação de textos, escrita e análise de dados estatísticos, tal como estimular valores e atitudes inerentes à ECG, nomeadamente a justiça, equidade, solidariedade e a capacidade de pensar criticamente. Algumas imagens podem ser consultadas no Apêndice 7.

Assim, o recurso pedagógico – que à data da escrita deste relatório ainda não foi publicado em versão final – foi criado em suporte digital interativo e divide-se em 2 subtemas: “Trabalho e Migrações: teremos todos e todas os mesmos direitos?”, da responsabilidade da FGS, e “Automatização do Trabalho: trabalho para as pessoas ou trabalho para as máquinas?”, da responsabilidade do CIDAC, embora seja importante assinalar que, em ambos os casos, a colaboração entre as duas instituições foi uma constante. Além disso, o recurso inclui ainda um Guia Pedagógico e um *Dossier* de Materiais.

O subtema criado pela FGS tem como objetivo “Conhecer, debater, compreender e agir relativamente às problemáticas ligadas ao trabalho e migrações” e divide-se em 5

etapas<sup>103</sup>: i) “Desvendar”<sup>104</sup>, ii) “Aprofundar”<sup>105</sup>, iii) “Atuar”<sup>106</sup>, iv) “Avaliar a atividade”<sup>107</sup>, e v) “Partilhar os resultados da atividade”<sup>108</sup>. Ao longo das várias etapas, o subtema “Trabalho e Migrações” propõe momentos de índole diversa, incluindo uns de simulação/*role-play*, outros de análise de informação sob a forma de texto ou dados quantitativos (em particular através da leitura crítica de notícias) e outros de debate, de modo a estimular diferentes tipos de aprendizagem por parte dos alunos, tendo sempre por base valores e dimensões de ECG, nomeadamente a justiça social, a equidade, a paz, a solidariedade, a inclusão, a participação, a empatia e, especificamente no contexto deste subtema, o direito ao trabalho e à mobilidade.

A participação da estagiária nesta atividade foi intensa, tanto no subtema preparado pela FGS, como na elaboração do Guia Pedagógico, incluindo a preparação das primeiras versões de alguns capítulos e do *Dossier* de Materiais, tendo por base pesquisas extensas de materiais tanto em formato digital como em arquivos<sup>109</sup> e no CD-FGS, tais como dados estatísticos e textos jornalísticos, e no apoio do desenvolvimento da grelha de leitura crítica de notícias. Também foram despendidas diversas horas de trabalho na revisão do subtema do CIDAC, tendo alguns dos contributos da estagiária sido incorporados na versão final.

#### A1.4: 2 ações de formação sobre os recursos produzidos

A atividade A1.4 foi uma das que contou também com uma participação intensa por parte da estagiária, e consistiu na realização de 2 formações com base nos 2 recursos pedagógicos criados no âmbito do projeto, dirigidas a professores e educadores com contacto prévio com a ECG. Esta ação de formação foi realizada nos dias 13 e 14 de janeiro de 2017 nas instalações do CUPAV e contou com a participação de uma dezena de educadores divididos em dois grupos de trabalho, correspondentes aos dois subtemas do recurso (fotografias disponíveis no Apêndice 8).

Neste sentido, a estagiária participou no planeamento e realização de uma das ações de formação, a primeira, referente ao recurso pedagógico referido anteriormente, “Trabalho hoje e no futuro”, nomeadamente na receção e organização de inscrições, produção de materiais para as sessões e apoio logístico durante as mesmas.

---

<sup>103</sup> Sendo a estrutura igual no caso do subtema do CIDAC.

<sup>104</sup> A etapa “Desvendar” introduz o tema.

<sup>105</sup> Esta etapa suscita o aprofundamento através da reflexão individual e coletiva.

<sup>106</sup> A etapa “Atuar” propõe uma forma de intervenção por parte dos alunos.

<sup>107</sup> Tal como o nome indica, promove uma avaliação deste subtema.

<sup>108</sup> A etapa final “Partilhar os resultados da atividade” pretende incentivar a partilha dos resultados obtidos, em particular com o CIDAC e a FGS de modo a possibilitar melhorias futuras.

<sup>109</sup> Destaca-se a pesquisa efetuada presencialmente no arquivo do Jornal Público.

O balanço desta atividade foi muito positivo, pois permitiu testar o recurso pedagógico e obter recomendações importantes da parte dos educadores participantes, que foram posteriormente incorporadas no mesmo.

#### Al.5: 2 *Encontros nacionais de educadores/as*

Esta consistiu também numa atividade de continuação de projetos anteriores, sendo que já se realizaram 11 edições deste Encontro, que atualmente tem como organizador principal a Equipa de Dinamização da Rede ECG, à qual se associa a FGS e o CIDAC.

A estagiária participou nas reuniões preparatórias que estiveram na base do XII Encontro Nacional de ECG, realizado no dia 8 de julho de 2017 na ESELx, sobre o tema “Contradições do mundo contemporâneo: reflexões e práticas em Educação para a Cidadania Global”. Assim, o contributo da estagiária registou-se essencialmente ao nível do debate de ideias, nomeadamente na discussão de temas e do programa. Já após a conclusão do estágio, a estagiária participou também no referido Encontro, que contou com a presença de mais de uma centena de participantes.

No Apêndice 9 poderão ser consultadas algumas imagens captadas durante o Encontro.

#### *Outras tarefas relativas ao Desafios Globais*

Ainda no âmbito do projeto *Desafios Globais*, a estagiária realizou um conjunto de tarefas adicionais, as quais, embora não diretamente relacionados com uma atividade, merecem ser mencionadas no presente relatório, por serem transversais a todo o projeto.

Uma destas acompanhou quase todo o estágio e consistiu na pesquisa e avaliação de oportunidades de cofinanciamento do projeto, através da monitorização de diversas plataformas de financiamento às organizações da sociedade civil. Embora seja uma tarefa que não tenha dado frutos concretos<sup>110</sup>, foi importante acompanhar este lado do projeto pois permitiu uma exposição aos problemas e desafios do financiamento ao terceiro sector em Portugal.

Ainda no âmbito do financiamento do projeto, registou-se também a colaboração na redação da candidatura do projeto ao segundo ano de financiamento do CICL, em janeiro de 2017, nomeadamente na elaboração da ficha-síntese.

---

<sup>110</sup>Visto que as oportunidades identificadas se revelaram inviáveis por diversos motivos.



Também a participação da estagiária na II Avaliação Intermédia do projeto<sup>111</sup>, no dia 11 de janeiro de 2017, foi importante para o estágio. O objetivo deste momento foi fazer um balanço do primeiro ano, nomeadamente no que concerne à execução das atividades planeadas, ao trabalho colaborativo entre as duas instituições promotoras, à relação com a Rede ECG e sobre a continuidade do trabalho nesta temática<sup>112</sup>.

Por fim, importa ainda sublinhar que este projeto contou com um número excecionalmente elevado de reuniões e de pontos de situação, quer internos, quer no âmbito da parceria e ainda com colaboradores externos. A participação da estagiária nestes momentos foi, sem dúvida, essencial para a compreensão das implicações, desafios e dinâmicas associados ao planeamento e execução de um projeto em parceria.

#### **4.2.2. Ca(u)sa Comum**

O segundo projeto em que a estagiária participou como membro da equipa foi o projeto *Uma Ca(u)sa Comum: educar para a Cidadania Global pela Ecologia Integral*<sup>113</sup>. Este projeto, iniciado em setembro de 2016 e com fim previsto para agosto de 2018, é promovido pela FGS e copromovido pela Associação Casa Velha – Ecologia e Espiritualidade, com sede no concelho de Ourém<sup>114</sup>. Associaram-se ao projeto *Ca(u)sa Comum* dois agrupamentos de escolas, o Agrupamento D. Filipa de Lencastre, em Lisboa, e o Agrupamento Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, em Caxarias – Ourém<sup>115</sup>.

A pertinência do projeto está na relação que promove entre duas áreas que ainda não estão suficientemente ligadas, apesar de ser hoje inequívoco que a degradação ambiental tem influência direta nas situações de pobreza extrema, desigualdade e injustiça social à escala global reflexão. Ainda que estas reflexões já tenham sido contempladas pela Igreja Católica

---

<sup>111</sup> Regra geral, a FGS realiza 3 avaliações intermédias aos seus projetos: a primeira ao fim de 6 meses, a segunda ao fim de um ano e a terceira ao fim de um ano e meio.

<sup>112</sup> Participaram nesta sessão a equipa do projeto da FGS e do CIDAC, assim como o técnico de apoio à Rede ECG, Mário Almeida.

<sup>113</sup> A equipa do projeto, aquando da realização do estágio, era constituída por 4 elementos da FGS (Jorge Cardoso, Anita Cruz, Sandra Fernandes e a estagiária Maria Laranjeiro), 2 elementos da CV (Estela Cameirão e Margarida Alvim) e 1 técnico externo especializado em Ecoliteracia (Denis Hickel). Em determinadas atividades, o projeto conta também com técnicos especializados na área do *design* e da produção de vídeos.

<sup>114</sup> A aproximação das duas instituições foi um processo natural, visto que a FGS é uma instituição da PPCJ e a CV é uma associação cristã de espiritualidade inaciona, pelo que ambas pertencem à CAS, sendo que a parceria surgiu em 2015, na sequência do desejo de ambas as instituições trabalharem a temática da Ecologia Integral da Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco, organizando conjuntamente em setembro desse ano a conferência “Cuidar da Casa Comum: que Ecologia?”.

<sup>115</sup> Um da cidade de Lisboa, representativo de um contexto de escola urbana, e um presente num ambiente marcadamente rural.

anteriormente<sup>116</sup>, foi a designada “encíclica verde”<sup>117</sup> de Francisco que deu novo ânimo ao debate sobre a “dívida ecológica” do Norte face ao Sul, no contexto da “ética das relações internacionais” (Francisco 2015, 12)<sup>118</sup>. Assim, a criação de um projeto que trabalhe a Cidadania Global à luz da Ecologia Integral afigura-se relevante, de modo a encontrar um espaço de “análise e ação interdisciplinares, que permitam olhar para as questões ecológicas e para o mundo (...) como uma causa e/ou casa comum, que a todos diz respeito e (...) compreender e refletir sobre as questões ecológicas como uma das causas estruturais, que está na origem de situações de pobreza, injustiça social e desigualdade a nível global” (FGS & CV 2016, 5).

Neste sentido, o projeto tem como OG “contribuir para uma sociedade mais consciente e comprometida com a construção de um mundo mais justo, equitativo e sustentável”, através do OE “reforçar o exercício da Cidadania Global nas comunidades, através da reflexão, educação e ação em torno da Ecologia Integral”. Em termos de RE, foram definidos dois: “Criados espaços de partilha e referência sobre cidadania global e ecologia integral, interligando atores e experiências” (RE1) e “Processos formativos e de sensibilização em Educação para a Cidadania Global, com base na Ecologia Integral, concebidos e implementados” (RE2) (FGS & CV 2016, 25), que se espera alcançar através de 9 atividades (Apêndice 10). Denota-se, pois, que os dois REs do projeto são autónomos, pois o RE1 está ligado à dimensão política da ED/ECG e o RE2 é eminentemente pedagógico, mas complementares, pelo que se procuram estabelecer pontes entre os dois. Quanto aos beneficiários, este projeto prevê o envolvimento direto de 20 educadores e professores, 100 alunos, 10 OSC e 15 universitários.

As atividades que contaram com a participação da estagiária enquadram-se em ambos os eixos dos projetos. Da parte do RE1, registou-se participação na A1.1. e A.1.2; no RE2 a participação decorreu na A2.1. Apresenta-se, de seguida, a descrição desta participação no projeto *Ca(u)sa Comum*.

---

<sup>116</sup> Nomeadamente pelo Papa Bento XVI na Encíclica *Caritas in Veritate* (2009) e pelo Secretariado de Justiça Social e Ecologia da Companhia de Jesus no documento *Curar um mundo ferido. Relatório especial de sobre ecologia* (2011).

<sup>117</sup> Sobre esta denominação é curiosa a reflexão da Congregação Geral 36, que afirma que mais do que uma «encíclica verde» é “uma encíclica social” pois “é uma encíclica que confronta esta cultura do descarte das pessoas” (Companhia de Jesus 2016, 119).

<sup>118</sup> Ainda que a área da ED/ECG já tenha refletido sobre a articulação entre Ecologia e Cidadania Global, como demonstra a reflexão dos autores do Consórcio Conectando Mundos: “Não existe qualquer futuro para o homem se não no respeito e na tutela do sistema ambiental do qual nós somos parte: é esta a razão pela qual cada projeto virado para o futuro deve ser eco-compatível”, pois “até ao presente o mito do crescimento e do desenvolvimento não assegurou o bem-estar e o abrandamento da pobreza que tinha prometido, antes pelo contrário, está a colocar em risco o futuro do planeta” (Consórcio Conectando Mundos 2009, 45).

### A1.1: Realização de 3 encontros de trabalho

Como explicitado anteriormente, as atividades do RE1 estão relacionadas com o eixo político do trabalho de ED/ECG, pelo que o primeiro passo para o diálogo institucional passou pela mobilização de agentes da sociedade civil que se revissem nos conteúdos e valores do projeto. Nesse sentido, foram promovidos encontros entre OSC que trabalham nas áreas de EC/ECG e OSC que desenvolvem as suas atividades na área da Ecologia, de modo a criar uma base de interação, conhecimento mútuo e interesses comuns na qual se alicerçasse o trabalho de *advocacy* que o RE1 implica.

Assim, a estagiária participou na organização de 2 dos 3 encontros previstos na atividade A1.1<sup>119</sup>: o I Encontro Cidadania Integral e Ecologia Integral (10 de Novembro de 2016), que teve como objetivos “o conhecimento mútuo e ligar numa primeira abordagem ECG e EI (principais marcas, modos de atuação, causas, áreas de intervenção), descobrindo pontos comuns” (FGS & CV 2017, 4) e o II Encontro Cidadania Integral e Ecologia Integral (16 de Março de 2017), que teve como objetivos “aprofundar o conhecimento mútuo; continuar a promover as ligações entre Cidadania Global e Ecologia Integral; encontrar foco(s) concreto(s) de trabalho conjunto futuro; definir a forma de relação e trabalho conjunto futuro” (FGS & CV 2017, 1), ambos realizados no CUPAV.

A organização do I Encontro Cidadania Global e Ecologia Integral foi uma das tarefas que mais ocupou as primeiras semanas do estágio. A estagiária participou nas reuniões de preparação com a CV, acompanhou a discussão do programa, contribuiu para a definição de um método de avaliação do encontro e para a resolução de algumas questões logísticas, nomeadamente produzindo materiais para as sessões “Encontros e Desencontros” e “Cidadania Global e Ecologia” e responsabilizando-se pela criação do formulário de avaliação em formato *Google Docs*. Durante o dia do encontro a estagiária tirou notas, captou imagens e participou em algumas dinâmicas das sessões e, após o mesmo, apoiou a redação da memória<sup>120</sup> através de transcrições. Tendo em conta que a estagiária ainda se encontrava em processo de integração no trabalho da FGS, este evento proporcionou o primeiro contacto com os mecanismos de trabalho colaborativo e estratégias e ferramentas de *advocacy* que a FGS e outras ONGD utilizam.

---

<sup>119</sup> Na verdade, realizaram-se mais encontros do que os 3 previstos, sendo que à data da última revisão deste relatório já tinham ocorrido 6 encontros.

<sup>120</sup> Por memória do Encontro entenda-se um documento escrito semelhante a uma ata, mas com um registo mais informal.

O II Encontro Cidadania Global e Ecologia Integral realizou-se em março, na fase final do estágio. O contributo da estagiária nas reuniões de preparação do encontro, tanto de parceria como as internas, foi mais substantivo que no I Encontro, decorrente do conhecimento mais avançado sobre o projeto. Assim, a estagiária colaborou na definição do programa das sessões e coube-lhe a preparação de materiais e do questionário de avaliação. No dia do encontro, a estagiária foi responsável pela receção dos convidados e pela captação de imagens em fotografia e vídeo, participando também em algumas das dinâmicas. Algumas fotografias dos encontros podem ser consultadas no Apêndice 11.

#### A1.2: Criação e dinamização de um grupo de partilha de Educação para a Ecologia Integral e Cidadania Global

Após o I Encontro Cidadania Global e Ecologia Integral, integrado na A1.1., foi criado pela equipa do projeto um grupo de partilha designado de “Cidadania Global e Ecologia Integral”, em formato *Google Groups*. Esta plataforma digital permite que o diálogo criado em A1.1 tenha continuidade para além dos dias dos encontros<sup>121</sup>, o que se afigurou essencial para a concretização de um documento de posicionamento comum, como está previsto em A1.3<sup>122</sup>.

A participação da estagiária nesta atividade consistiu no acompanhamento do funcionamento e da partilha de conteúdos relevantes à comunidade, de modo a contribuir para a dinamização do grupo, não tendo havido um trabalho direto de gestão da plataforma.

#### A2.1: Realização de 2 sessões para a definição conjunta do plano conceptual do processo pedagógico

No que diz respeito aos encontros com os professores e educadores, previstos no eixo pedagógico (RE2) e essenciais para a criação de um plano de trabalho para a produção de recursos pedagógicos sobre EI, a estagiária participou nos 2 encontros iniciais<sup>123</sup> com os professores e educadores envolvidos no projeto, provenientes do Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre (Lisboa) e Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias (Ourém).

---

<sup>121</sup> Pois possibilita a contínua partilha de conteúdos relacionados com as temáticas do projeto, funcionando também como meio de suporte para o debate e troca de opiniões (Apêndice 12).

<sup>122</sup> À data da última revisão deste relatório o documento de *advocacy* criado nos encontros e trabalhado no *Google Groups* chama-se “Cuidar juntos da Ca(u)sa Comum. O objetivo partilhado de diferentes Organizações da Sociedade Civil das áreas do ambiente e do desenvolvimento”.

<sup>123</sup> Apesar do projeto prever apenas 2 encontros destes, foram realizados mais, sendo que à data da última revisão deste relatório tinham sido realizados 4.

O I Encontro Ca(u)sa Comum com professores e educadores aconteceu a 19 de novembro de 2016 e o II Encontro a 11 de fevereiro de 2017, ambos realizados na sede da Associação Casa Velha<sup>124</sup>.

O I Encontro, que teve como objetivos “criar grupo (conhecimento mútuo e estabelecer relação ligação entre os participantes)”, “trabalhar o sentido do que se vai fazer (visão, papéis, dinâmicas)” e “trabalhar os conceitos de ECG e EI” (FGS & CV 2016, 1), contou com 12 participantes, incluindo 2 professoras do agrupamento lisboeta, 5 professores do agrupamento de Ourém, o perito externo em Ecoliteracia e 4 elementos da equipa do projeto.

A participação da estagiária no I Encontro observou-se através da participação nas reuniões de parceria com a CV e com o perito externo<sup>125</sup> e nas reuniões internas. Nas reuniões de parceria, participou no debate sobre o programa e os conteúdos das sessões, sobre a distribuição institucional de tarefas e na definição do trabalho de casa para os professores participantes. Posteriormente, em reunião interna com Anita Cruz, a estagiária apresentou uma proposta da sessão “Cidadania Global e Ecologia”, que foi melhorada com a colaboração desta colega. Adicionalmente, a estagiária preparou materiais para o encontro<sup>126</sup>. No dia do encontro, ficou responsável pela receção dos convidados, pelo apoio às sessões da FGS<sup>127</sup> e pelo apoio logístico em geral. Na semana seguinte, esteve responsável por apoiar a redação da memória do encontro, nomeadamente transcrevendo informações facultadas pelos participantes nas sessões.

O II Encontro Ca(u)sa Comum com professores e educadores, cujos objetivos consistiram em “debater e definir as linhas gerais dos recursos; planear o trabalho em conjunto; esclarecer dúvidas; motivar para o trabalho conjunto” (FGS & CV 2017, 1), realizou-se no mesmo local a 11 de fevereiro de 2017, tendo contado com a participação de 13 pessoas (7 professores, 3 da FGS, 1 da CV, o perito de Ecoliteracia e ainda a amiga crítica do projeto<sup>128</sup>). O envolvimento da estagiária na organização deste encontro verificou-se através da participação nas reuniões com a CV e nas reuniões internas da equipa, colaborando-se na divisão institucional de tarefas, definição do programa e das sessões, à

---

<sup>124</sup> Em Ourém. Algumas fotografias encontram-se no Apêndice 13.

<sup>125</sup> Presenciais e por *Skype*.

<sup>126</sup> Como folha de registo de presenças, *e-mail* de convite, materiais para as sessões e outros materiais transversais.

<sup>127</sup> Sessões “O projeto *Ca(u)sa Comum*” e “Cidadania Global e Ecologia”.

<sup>128</sup> Um amigo crítico (*critical friend*) é o nome que se dá a uma pessoa convidada para acompanhar um projeto, observando e colocando questões pertinentes. É muito utilizado em avaliação de processos educativos. A amiga crítica deste projeto é Isabel Ferreira Martins.

semelhança do que havia acontecido no I Encontro. Também durante o dia do Encontro apoiou-se logisticamente o mesmo em diversos momentos, nomeadamente na receção dos participantes, e após o mesmo colaborou-se na redação da memória, através de transcrições e revisão das várias versões.

#### A2.2: Produção de 2 recursos pedagógicos temáticos

Esta atividade prevê a criação de 2 recursos pedagógicos pela equipa de professores do projeto, com apoio do perito externo em Ecoliteracia, através de um processo dinamizado pela FGS e CV. Para facilitar o apoio aos professores participantes, a FGS responsabilizou-se pelos contactos e reuniões com as professoras do Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre<sup>129</sup>, enquanto a CV apoiou diretamente os professores do agrupamento de Caxarias – Ourém.

Assim, a estagiária acompanhou os primeiros passos da criação do plano de trabalhos para a produção de 2 recursos pedagógicos, através da preparação e da presença nas reuniões intercalares com as professoras da escola lisboeta.

A 1ª reunião intercalar aconteceu a 6 de janeiro de 2017, nas imediações da Escola Secundária 2,3 D. Filipa de Lencastre, e teve como foco principal a discussão dos próximos passos do projeto, a preparação do II Encontro Ca(u)sa Comum da A2.1. e o apoio ao trabalho de casa que as professoras estavam a realizar.

A 2ª reunião intercalar teve lugar a 10 de março seguinte, no mesmo local, já depois do II Encontro, e teve como objetivos apoiar as professoras no ajuste do cronograma de produção dos recursos, recolher as suas recomendações para melhoria do trabalho colaborativo em processo, assim como preparar o III Encontro Ca(u)sa Comum com professores e educadores e agendar as reuniões intercalares seguintes.

#### Outras atividades do projeto Ca(u)sa Comum

Uma das tarefas transversais aos projetos foi a candidatura a fontes de financiamento. No âmbito do *Ca(u)sa Comum*, a estagiária acompanhou o processo de pesquisa de cofinanciamento através da participação em reuniões e apoiou o início do processo de candidatura ao FACSI - *Fundus Apostolicus et Caritativus Societatis Iesu*<sup>130</sup>. Também

---

<sup>129</sup> Pois tanto este agrupamento como a FGS se situam em Lisboa. As professoras com quem houve reuniões foram a professora de História Maria da Luz Franco e a professora de Biologia Beatriz Gomes.

<sup>130</sup> O FACSI é um fundo solidário da Cúria da Companhia de Jesus em Roma. Podem-se candidatar instituições pertencentes à Companhia de Jesus de qualquer país do mundo. A candidatura é enviada para Roma, onde é analisada pelos serviços centrais da Companhia. Neste caso, a candidatura avançou já após o estágio terminar, tendo sido bem-sucedida pois permitiu obter o montante em falta para o projeto.

colaborou ativamente na candidatura do segundo ano do projeto à linha de ED do CICL, nomeadamente através da leitura e revisão da documentação institucional do projeto.

Outra atividade importante foi a preparação e participação na avaliação intermédia do projeto. Na I Avaliação Intermédia do *Ca(u)sa Comum*, realizada a 6 de março de 2017, refletiu-se sobre os primeiros meses de trabalho, avaliou-se a equipa e recolheu-se recomendações para melhorar o funcionamento da parceria e para melhorar a qualidade das atividades. Na semana seguinte, a estagiária redigiu parte da memória da avaliação intermédia.

Este projeto teve ainda algumas atividades não previstas no documento de candidatura inicial, como foi o caso do trabalho de adaptação e divulgação do Eco-manual da FMM Filipinas (Manual de Ecologia da *Franciscan Missionaries of Mary* – Filipinas), no qual a estagiária participou através da revisão da tradução, assim como nos contactos com a Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Coimbra que também se encontrava a trabalhar o tema da EI.

Finalmente, enquanto membro da equipa de projeto participou naturalmente em inúmeras reuniões de parceria e reuniões internas do projeto, o que permitiu acompanhar outros aspetos do mesmo, como é o caso do trabalho de construção da linha gráfica do projeto.

#### **4.2.3. Sinergias ED**

Outro projeto em curso na FGS durante o estágio foi o *Sinergias ED: Fortalecer a ligação entre investigação e ação na Educação para o Desenvolvimento em Portugal*, projeto promovido pelo CEAUP e copromovido pela FGS e pelo CIDAC, herdeiro do projeto *Sinergias ED: Conhecer para melhor agir – promoção da investigação-ação na ED em Portugal* (*Sinergias ED* – 1ª edição)<sup>131</sup>.

A 1ª e 2ª edições do *Sinergias ED* surgiram para colmatar uma falha identificada pelos Relatórios de Acompanhamento da ENED (de 2010 a 2013): a falta de ações cujo objetivo fosse a promoção da investigação na área da ED e da reflexão científica sobre as suas atividades (CEAUP, FGS & CIDAC 2016, 5). Assim, o diagnóstico da equipa apontava para a limitada sistematização teórica das ações de ED levadas a cabo em Portugal ou por instituições portuguesas e um afastamento considerável entre universidades, institutos politécnicos e centros de investigação académica e OSC, como as ONGD (CEAUP, FGS & CIDAC 2016, 5).

---

<sup>131</sup> Em vigor no período 2013-2015 e promovido pelo CEAUP e pela FGS.

Neste sentido, o segundo projeto *Sinergias ED*, que se iniciou em junho de 2016 com final previsto para maio de 2018, continuou o trabalho de produção de conhecimento científico na área da ED/ECG através do trabalho colaborativo entre OSC, detentoras de conhecimento prático e experiências práticas de ED/ECG, e IES, com vasta experiência na produção de conhecimento. Esta abordagem colaborativa permite às OSC refletirem com investigadores e académicos sobre as suas práticas, de modo a equacionarem oportunidades para melhorar as suas intervenções, dando passos na criação de uma epistemologia para a justiça social (Boni 2016, 10).

Entre as atividades mais relevantes deste projeto está a continuação da edição da revista *Sinergias*<sup>132</sup> e a produção colaborativa de estudos e ações de ED/ECG que juntem, pelo menos, uma OSC com uma IES, como se poderá notar adiante.

No que concerne aos objetivos, a 2ª edição do projeto *Sinergias ED* apresenta como OG “promover a qualidade de intervenção de ED em Portugal”, através do seu OE de “fortalecer a ligação entre investigação e ação em ED” (CEAUP, FGS & CIDAC 2016, 4). Os seus beneficiários diretos são as 12 OSC e 12 IES envolvidas no processo e respetivos investigadores e colaboradores, beneficiando indiretamente também as instituições que trabalhem com a ENED, nomeadamente entidades públicas, assim como outras OSC e IES não envolvidas. Os RE são “Processos de colaboração entre IES e OSC no âmbito da ED alargados e reforçados” (RE1), “Estudos e trabalhos de investigação no âmbito da ED, a nível nacional e internacional, produzidos e divulgados” (RE2) e “Capacitação em ED de atores das IES e das OSC promovida e reforçada” (RE3) (Apêndice 14).

Assim, embora a estagiária tenha participado neste projeto como elemento externo, apoiou o seu trabalho em diversos momentos, nomeadamente nas atividades A1.1 e A1.3.

#### A1.1: Meta reflexão sobre o processo de diálogo e colaboração da 1ª edição do *Sinergias ED*

Esta atividade teve como objetivo a criação de um momento adequado de reflexão sobre a 1ª edição do *Sinergias ED*, de modo a permitir um balanço que ajudasse a encontrar aspetos a valorizar e a corrigir na 2ª edição. Para tal, foi concebido um conjunto de três encontros a realizar com os participantes da 1ª edição (11 IES e 11 OSC), utilizando a metodologia de trabalho latino-americana da sistematização de experiências<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> Revista científica digital de ED criada na 1ª edição.

<sup>133</sup> Segundo o relatório, a sistematização de experiências “refere-se ao exercício de reflexão construído e conduzido por um grupo que viveu uma experiência ou prática social específica”, através de um “esforço de interpretação crítica” (Fonseca, Pereira e Laurent 2016, 4).



Tendo em conta que a instituição responsável pela implementação desta atividade foi o CIDAC, a participação da FGS foi menor, o que também implicou uma participação menor da parte da estagiária. Assim, o trabalho realizou-se maioritariamente através da observação, participação e apoio logístico no II e III Encontro de Sistematização de Experiências Sinergias ED realizados, respetivamente, a 7 e a 28 de novembro de 2016, no CUPAV<sup>134</sup>.

No que diz respeito ao II Encontro, para além do apoio logístico foram tomadas notas das intervenções do plenário para a sua inclusão na memória do encontro. Posteriormente foi também realizado um exercício de compilação de notas e revisão de textos a pedido da equipa deste projeto. No caso do III Encontro, o trabalho realizado durante o evento foi semelhante, mas foi mais intenso nas semanas posteriores, através de várias horas dedicadas à realização de transcrições de informações recolhidas em papel, o que permitiu conhecer a metodologia de sistematização de experiências.

#### AI.3: Produção de estudos colaborativos entre IES e OSC no âmbito da ED

Durante o período do estágio a principal responsabilidade da FGS no projeto *Sinergias ED* foi a promoção das relações colaborativas entre IES e OSC, nomeadamente através da organização dos encontros entre estas. Desta forma, também o trabalho de apoio da estagiária foi direcionado para a preparação destes encontros que serviram de base para o conhecimento mútuo dos dois tipos de instituições envolvidas no projeto e para a procura de pontos de interesse em comum que pudessem constituir a base para os estudos e ações a realizar.

O I Encontro entre Instituições de Ensino Superior e Organizações da Sociedade Civil da 2ª edição *Sinergias ED* realizou-se no dia 9 de fevereiro de 2017<sup>135</sup> e contou com a presença de 43 participantes provenientes de 16 IES<sup>136</sup> e 12 OSC<sup>137</sup>. Para tal, a estagiária participou numa reunião preparatória, apoiou a criação de materiais para o evento e, durante o próprio evento, prestou apoio logístico específico. Nas semanas seguintes realizou também diversas transcrições para a construção da memória do encontro.

---

<sup>134</sup> Note-se que o I Encontro havia já acontecido antes de se iniciar o estágio, a 30 de setembro de 2016.

<sup>135</sup> Algumas fotografias no Apêndice 15.

<sup>136</sup> As IES participantes foram: CEAUP, CEI-IUL – Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, CEAs-ISEG – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do ISEG, Escolas Superiores de Educação de Beja, Bragança, Coimbra, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Leiria, FCSH/UNL, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto.

<sup>137</sup> ADRA Portugal, Associação CoolPolitics, CIDAC, CooLabora, Fundação Cidade de Lisboa, FGS, GRAAL, IMVF, Rede Inducar, Monte ACE, PAR – Respostas Sociais e Rosto Solidário.

#### Outras tarefas relativas ao Sinergias ED

Para além da participação e apoio prestados nas atividades referidas, existiram outros momentos de participação e contacto com o projeto.

De entre estes, o momento mais marcante foi, sem dúvida, a presença na cerimónia pública de atribuição ao projeto do Prémio “Investigação para o Desenvolvimento”, por parte da Fundação Calouste Gulbenkian e pelo CICL, que teve lugar a 21 de dezembro de 2016, no edifício sede da Fundação Calouste Gulbenkian.

Destaca-se ainda algum apoio administrativo geral concedido e a participação em várias reuniões gerais mensais da FGS, onde a estagiária foi acompanhando os pontos de situação dos vários projetos, o que também permitiu intensificar o contacto com o projeto *Sinergias ED*. Na verdade, o acompanhamento deste projeto foi particularmente interessante por possibilitar o contacto com outras OSC, e por expor a estagiária diretamente a alguns dos principais trabalhos de investigação de relevância na área da ED em Portugal.

#### **4.2.4. Alternativas**

O quarto projeto em execução durante o estágio foi o *Alternativas: experiências locais para uma transformação global*, o mais recente dos quatro aqui apresentados. Este projeto, promovido pela FGS e copromovido pela COOLABORA – Intervenção Social, CRL, pela ESECS-IPL, pela FEC e pela Rede Inducar, iniciou-se em outubro de 2016, mês em que o estágio começou, e tem final previsto para setembro de 2018.

O projeto *Alternativas* promove a ligação entre o global e o local, refletindo sobre a mudança sistémica global, através de experiências concretas locais que procurem contribuir para a criação de uma sociedade global mais justa, solidária, inclusiva e sustentável (FGS, CooLabora, ESECS-IPL, FEC & Rede Inducar 2016, 5). Apesar da atualidade do debate sobre a interdependência entre local e global, a equipa do projeto constatou que existe, por um lado, “um relativo desconhecimento face às iniciativas locais alternativas existentes e pouca reflexão e pensamento em torno do impacto das mesmas a nível local e global”, e, por outro, “uma excessiva centralização das respostas e da reflexão sobre estas matérias nos contextos urbanos” (FGS, CooLabora, ESECS-IPL, FEC & Rede Inducar 2016, 5). Ademais, também se verifica pouca incorporação de conhecimento proveniente das experiências alternativas concretas no trabalho realizado pelos especialistas e atores de ED/ECG em termos pedagógicos, incluindo na educação e na sensibilização da opinião pública (FGS, CooLabora, ESECS-IPL, FEC & Rede Inducar 2016, 5), pelo que através do *Alternativas* “a ED procura ligar-se à prática (ao local), aprender com ela e estabelecer ligações com o

contexto global, no qual se insere o local e do qual não se pode alhear” (FGS, CooLabora, ESECS-IPL, FEC & Rede Inducar 2016, 14).

Assim sendo, rege-se pelo OG “promover processos de mudança social com vista à construção de uma sociedade mais solidária, justa, inclusiva e sustentável”, ramificado em dois OE: “fortalecer a reflexão e os processos de aprendizagem sobre os valores, as atitudes e os comportamentos conducentes a uma transformação global promotora de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis” (OE1) e “propor e disseminar alternativas para a transformação social na perspetiva da cidadania global” (OE2) (FGS, CooLabora, ESECS-IPL, FEC & Rede Inducar 2016, 5-6).

Partindo da reflexão sobre o que é uma iniciativa geradora de mudança, procura-se criar critérios de determinação do que são Iniciativas Locais de Mudança (ILM), definidas como “experiências locais de base comunitária que apresentam propostas concretas válidas, exequíveis e coerentes para uma maior justiça social, participação e sustentabilidade à escala local e global”, que são “económica, social, cultural e ambientalmente sustentáveis”, “têm uma visão integrada e global do mundo”, procuram “a transição para um mundo e modelos de sociedade e economia mais sustentáveis e equitativos”, mas que “não se fecham em si mesmas (...) e são (...) passíveis de serem replicadas” (FGS, CooLabora, ESECS-IPL, FEC & Rede Inducar 2016, 5). O *Alternativas* prevê a escolha de 4 ILM descentralizadas geograficamente para a realização de um trabalho colaborativo que inclui processos de reflexão conjuntos, análise do impacto dessas ILM na transformação social global, ações de capacitação de educadores/as e criação de produtos e recursos pedagógicos (FGS, CooLabora, ESECS-IPL, FEC & Rede Inducar 2016, 5).

Foram estabelecidos 3 RE: “4 ILM analisadas e com processos de reflexão sobre o seu impacto na transformação social à escala global promovidos” (RE1), “Processos pedagógicos e de reflexão conceptual sobre transformação social à escala global promovidos” (RE2) e “Visões e práticas alternativas para uma transformação global, assentes em casos concretos, partilhadas e disseminadas” (RE3) (Apêndice 16). O projeto envolve diretamente 120 intervenientes associados às 4 ILM e 30 educadores interessados em trabalhar os temas das ILM; indiretamente estão implicadas outras ONGD, OSC, IES e instituições públicas interessadas na temática explorada.

Nas atividades a estagiária prestou apenas um apoio muito pontual na A2.1 do RE2. Foi fora do contexto das atividades do projeto que se registou um maior envolvimento, através da preparação da candidatura do projeto a financiamento externo.

#### A2.1: Processo de reflexão acerca dos princípios e valores para uma transformação social global

O trabalho realizado na atividade A2.1 foi apenas de apoio em transcrições para suporte digital de informações recolhidas em papel, durante o mês de outubro de 2016. Ainda que o trabalho tenha um carácter mecânico, foi importante para entender como a FGS levava a cabo processos de reflexão colaborativos, particularmente na fase inicial do estágio, que foi um momento propício à aprendizagem sobre e aproximação às práticas da instituição.

#### Outras tarefas relativas ao Alternativas

Apesar de não se enquadrar em nenhuma das atividades do projeto, a tarefa em que a estagiária se envolveu mais no contexto do apoio ao *Alternativas* foi na elaboração de uma proposta de candidatura do projeto a um prémio britânico (Apêndice 17). A candidatura à edição de 2017 do prémio *Scholar-Activist Project Awards da Antipode Foundation*, com o objetivo de obter uma fonte de cofinanciamento para o *Alternativas*, exigiu alguns dias de particular empenho, quer na leitura e estudo do *dossier* do projeto, quer na análise de pontes entre os temas e atividades do mesmo e as temáticas do prémio, quer na redação da primeira versão do documento, posteriormente revista e melhorada pela equipa do projeto, e que implicou necessariamente o respeito pelo regulamento do mesmo. Esta tarefa foi uma das que permitiu maior aprendizagem e desenvolvimento de competências profissionais, já que o conhecimento sobre a preparação de candidaturas de projetos é um tipo de competência muito valorizado pelo mercado de trabalho.

Naturalmente, a estagiária acompanhou também este projeto durante as reuniões gerais mensais da FGS.

### **4.3. Outras atividades desenvolvidas no estágio**

Para além do trabalho principal focado nos 4 projetos já apresentados, a estagiária desempenhou outras tarefas e responsabilidades, participando noutros projetos, além das atividades principais do estágio. Procura-se de seguida detalhar essas atividades extraordinárias e o respetivo grau de envolvimento.

#### **4.3.1. Participação geral na vida da instituição**

Ao ser acolhida na FGS, denotou-se uma grande preocupação por parte do orientador e da restante equipa da ONGD em incluir a estagiária no funcionamento geral da instituição. Essa preocupação ficou bem patente no primeiro dia de estágio, em que foi criado um

endereço de *e-mail* institucional e assinatura<sup>138</sup> e um calendário de colaboradora, de modo a que a estagiária pudesse participar sem nenhum constrangimento nas rotinas da instituição, aceder aos documentos partilhados dos projetos e calendarizar e planificar as suas tarefas com autonomia. De igual modo, desde cedo a estagiária foi incluída em todas as reuniões da instituição<sup>139</sup>.

Noutros dois momentos extraordinários, a estagiária sentiu-se incluída como parte da equipa, sem qualquer distinção. O primeiro momento foi através do convite à presença na Sessão de Apresentação do *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-escolar, Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos) e Ensino Secundário*, da autoria da DGE, CICL, CIDAC e FGS, a 16 de fevereiro de 2017, na Escola Secundária José Gomes Ferreira em Lisboa<sup>140</sup>. O segundo foi na participação nos Exercícios Espirituais Sociais em Cernache, Coimbra (de 22 a 25 de fevereiro de 2017), preparados para os colaboradores das obras da CJ à CAS<sup>141</sup>.

#### **4.3.2. Colaboração com o DCG&D: para além dos 4 projetos**

Para além do trabalho nos 4 projetos referidos, a estagiária apoiou outras atividades independentes do DCG&D. A que mais tempo ocupou foi a participação na atividade independente *M=?*. A *newsletter M=?* surgiu no âmbito de um projeto com o mesmo nome em 2007 e manteve-se após o término do mesmo, sendo uma *newsletter* com regularidade quinzenal por via da qual são enviados recursos pedagógicos aos subscritores, maioritariamente professores e educadores. Paralelamente, é através destes contactos que são também realizadas algumas presenças em escolas parceiras desde os tempos do projeto, o que foi o caso do convite da Escola Secundária Fernando Lopes-Graça na Parede, que convidou a FGS a estar presente nas comemorações do Dia internacional dos Direitos Humanos<sup>142</sup>,

---

<sup>138</sup> E-mail: [maria.laranjeiro@fgs.org.pt](mailto:maria.laranjeiro@fgs.org.pt).

<sup>139</sup> Consideram-se 3 tipos de reuniões: 1) dos projetos onde estava inserida como membro de equipa, ou seja, reuniões de parceria e reuniões internas dos projetos *Desafios Globais* e *Ca(u)sa Comum*; 2) as reuniões do departamento a que pertencia, isto é, reuniões do DCG&D, onde se fazem pontos de situação de todos projetos em fase de execução, preparação e de candidatura; e 3) as reuniões gerais, normalmente com periodicidade mensal, onde se analisavam com maior detalhe todos os aspetos da vida da instituição, desde os projetos, à comunicação e à atividade da direção. No decorrer do estágio, a estagiária participou ainda em duas reuniões extraordinárias: a reunião de apresentação do Plano de Sustentabilidade Financeira da FGS, da responsabilidade da gestora financeira Filipa Cardoso, onde se debateu a situação financeira da instituição, e a reunião “Comunicar a FGS”, com a equipa alargada, isto é, funcionários dos 3 departamentos mais a Direção (Teresa Paiva Couceiro, Pe. Filipe Martins sj e Rosário Farmhouse), na sala de reuniões da Cúria da PPCJ, onde se discutiu a estratégia de comunicação da FGS.

<sup>140</sup> Esta sessão contou com a presença do Secretário de Estado da Educação, Doutor João Costa.

<sup>141</sup> Embora seja uma atividade diferente do trabalho quotidiano numa ONGD, é parte natural da vivência de uma instituição cristã inaciana.

<sup>142</sup> Assinalado a 10 de dezembro.

realizadas a 9 de dezembro. Para tal, foi requerido à estagiária que criasse um jogo interativo para alunos do ensino secundário que permitisse aprendizagem de conteúdos das temáticas que a FGS trabalha. Daqui resultou a conceção de um jogo no programa informático *Free QuizMaker*, apresentado à equipa da FGS e reformulado algumas vezes. Apesar de não ter sido concretizada a presença nessa escola<sup>143</sup>, foi o primeiro recurso pedagógico que a estagiária teve oportunidade de criar, o que lhe mostrou como é um grande desafio fazê-lo.

Outra atividade independente do DCG&D é resultado da parceria com a ESELx, no âmbito da UC de Educação para a Cidadania Global que esta IES oferece como opção livre<sup>144</sup>. Na sequência desta parceria, duas alunas da licenciatura em Educação Básica realizaram uma visita à FGS, para recolher informações. No final do semestre letivo, os docentes responsáveis pela UC convidaram elementos da FGS para visitarem a ESELx e participarem na discussão dos trabalhos dos alunos, a 3 de janeiro de 2017, e na aula de avaliação da UC, a 10 de janeiro de 2017. A estagiária participou nestas duas aulas.

Outros dois trabalhos realizados no DCG&D foram o de apoio ao *Core Group* da GIAN Edujesuit, o grupo de coordenação da rede internacional jesuíta de *advocacy* pelo direito à educação, do qual a FGS faz parte, na tradução de documentação da reunião realizada em Madrid em Outubro de 2016, e a presença no *workshop* "Será a agricultura biológica sustentável?", no dia 4 de Novembro na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, organizado pelo Colégio F3 – *Food, Farming and Forestry*, onde a estagiária esteve presente para fazer um resumo dos principais conteúdos para posterior apresentação.

#### **4.3.3. Colaboração com o DCRI**

Com a progressão do estágio, observou-se um estreitamento da colaboração com o Departamento de Comunicação e Relações Institucionais. O que era inicialmente um apoio esporádico foi evoluindo para um trabalho mais estruturado que se revelou uma das áreas de atividades mais motivadoras do estágio.

---

<sup>143</sup> Por doença do orientador local, que iria acompanhar a estagiária.

<sup>144</sup> Segundo o artigo escrito para o N°3 da revista Sinergias, “[a] iniciativa de criação da UC partira de dois docentes (...) [c]ientes de que a grande maioria dos futuros docentes do Ensino Básico deveriam, muito provavelmente, fazer face na sua vida profissional, a situações e ambientes multiculturais complexos”, e que “uma compreensão cidadã global seria importante no seu currículo de formação”. (Dias, Pereira e Laurent 2016, 16). Deste modo, a UC de Educação para a Cidadania Global surgiu “no seguimento de experiências de colaboração com algumas organizações da sociedade civil” (Dias, Pereira e Laurent 2016, 16). De mencionar ainda que também na ESE de Viana de Castelo os alunos têm contacto com a ECG na UC de Introdução à Prática Profissional III (Coelho, Mendes e Gonçalves 2015, 55).

A colaboração iniciou-se com o auxílio na preparação de materiais de comunicação institucional e de comunicação das campanhas a decorrer em momentos em que a responsável do DCRI, Rita Caetano, precisava de apoio extraordinário. Progressivamente, estes momentos tornaram-se mais frequentes, devido às necessidades crescentes deste departamento, e a estagiária começou a trabalhar em tarefas também de planeamento, surgindo o desejo de aprender mais sobre a área da comunicação e montar uma campanha de angariação de fundos, ainda que tal não estivesse previsto no Plano de Estágio.

Assim, no início do mês de dezembro de 2016 a estagiária começou a reunir com Rita Caetano para estudarem uma proposta de angariação de fundos através de plataformas de *crowdfunding*<sup>145</sup>, para produzirem blocos de notas reciclados em parceria com a CAISRecicla, que pudessem ser vendidos aos apoiantes da FGS. Deste modo, a estagiária ficou responsável por elaborar uma proposta de projeto de angariação de fundos para apresentar ao PPL – *Crowdfunding* Portugal, reformulada em diversas reuniões<sup>146</sup>.

A partir de fevereiro, este envolvimento estendeu-se à campanha de angariação de fundos em parceria com a Companhia Nacional de Bailado (CNB), no âmbito do Ensaio Geral Solidário “A perna esquerda de Tchaikovski”, que se realizou no dia 22 de março de 2017<sup>147</sup>. A colaboração nesta campanha iniciou-se com a estagiária a acompanhar Rita Caetano aos estúdios da RTP para a gravação de uma peça jornalística sobre o Bailado Solidário<sup>148</sup>. Posteriormente, colaborou-se na divulgação e venda de convites, preparou-se *merchandising* solidário para venda antes do espetáculo e material de divulgação institucional e de sensibilização. No dia do evento, a estagiária responsabilizou-se pela preparação do *stand* da FGS e interagiu com o público, explicando sobretudo a missão e projetos da FGS.

Outra tarefa em que se colaborou com o DCRI foi na redação de dois subcapítulos do Relatório de Atividades de 2016, referentes ao projeto *Desafios Globais* e ao trabalho da Rede ECG.

#### **4.3.4. Colaboração com a Diretora Executiva**

---

<sup>145</sup>O *crowdfunding* “é uma forma simples e recente de angariação de financiamento para um projeto através de uma comunidade que partilha os mesmos interesses” (PPL s.d.)

<sup>146</sup> Posteriormente foi requerido também à estagiária que fizesse pesquisas e criasse um documento comparativo com as vantagens e desvantagens das várias plataformas que existentes para angariação de fundos, nomeadamente as duas que a FGS elegeu como prioritárias, o PPL e o Novo Banco *Crowdfunding*.

<sup>147</sup> A CNB, no âmbito da sua responsabilidade social, ofereceu 200 convites cuja venda pudesse reverter a favor dos projetos da FGS.

<sup>148</sup> Exibida no programa Ecclesia da RTP2 a 15 de fevereiro seguinte.

Em diversos momentos, colaborou-se também com a Diretora Teresa Paiva Couceiro a pedido desta. Uma das primeiras vezes em que esse apoio se verificou foi na leitura, revisão e reflexão de dois documentos, o Plano Apostólico da PPCJ 2016/2022<sup>149</sup> e o Código de Conduta das ONGD. Como o Código de Conduta das ONGD estava ainda a ser redigido pelo Grupo de Trabalho de Ética da PONGD, do qual a FGS faz parte, o apoio facultado foi através da reflexão e da apresentação de contributos que contribuíssem para melhorar o documento. Ainda na sequência do processo de criação do Código de Conduta, a estagiária acompanhou Teresa Paiva Couceiro a uma sessão de trabalho do Grupo de Trabalho de Ética da PONGD (19 de dezembro de 2016)<sup>150</sup>.

A estagiária esteve presente no Seminário “Cooperar para Inovar. As mais-valias e oportunidades da cooperação bilateral para as ONG portuguesas”, na Fundação Calouste Gulbenkian, organizado pelo *EEA Grants*<sup>151</sup>, a pedido da Diretora, com o propósito de tirar notas e apresentar as principais questões debatidas à equipa.

Por fim, igualmente a pedido da Diretora, foram realizados dois tipos de pesquisas regulares. A primeira tipologia de pesquisa foi sobre metodologias de avaliação de impacto social, compilando-se artigos e informações sobre o mesmo, procurando sintetizar as principais informações, com o objetivo de se criar uma grelha de autoavaliação dos projetos da FGS; contudo, devido ao término do estágio, não foi possível concluir esta tarefa. A segunda passou pela procura de possíveis fontes de cofinanciamento para os projetos, o que se afigura sempre importante pois os projetos não são financiados a 100% pelo CICL.

#### **4.3.5. Centro de Documentação da FGS (CD-FGS)**

O CD-FGS é constituído por 3 tipos de materiais: livros e relatórios, revistas e periódicos e materiais digitais. Aquando da definição das tarefas a executar no estágio, a estagiária apercebeu-se que uma das necessidades da FGS era reorganizar o CD-FGS, catalogar novos materiais, selecionar materiais já sem interesse e atualizar a base de dados em formato *Access*. Assim, a estagiária tomou a iniciativa de prestar também apoio ao CD-FGS, um envolvimento que durou todo o estágio, revendo as categorias dos materiais e

---

<sup>149</sup> O documento já estava em versão final, sendo que o objetivo consistiu em analisá-lo e encontrar pontes com o trabalho em curso na FGS.

<sup>150</sup> Ademais, noutros dois momentos foi requerido o acompanhamento da estagiária pela Diretora Executiva: o primeiro aquando da Assembleia Geral da PONGD, sendo que neste caso Teresa Paiva Couceiro convidou a estagiária a acompanhá-la para que aquela pudesse ativamente tomar conhecimento do funcionamento do sector e das relações da FGS com outras ONGD e com a própria Plataforma; e o segundo para assistir ao Seminário Internacional “Autarquias locais rumo a 2030: diálogos para o desenvolvimento”, realizado a 3 e 4 de Novembro de 2016 na Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>151</sup> *European Economic Area Grants*, financiadas pela Noruega, o Liechtenstein e a Islândia.



criando algumas novas para os materiais, procedendo à sua numeração e registo na base de dados.

Ainda que tenha sido um trabalho eminentemente prático e mecânico, permitiu contactar com várias obras relevantes da área, o que muito contribuiu tanto para um melhor enquadramento da participação e trabalho nos projetos, como para a recolha de referências bibliográficas para a elaboração deste Relatório de Estágio.

#### **4.3.6. Preparação do Relatório de Estágio e acompanhamento dos professores**

Outra das ocupações durante as pausas do estágio e em momentos de menor intensidade de trabalho foi a leitura de artigos científicos da revista Sinergias, visando o aprofundamento do conhecimento sobre ED/ECG e EI, essencial para um melhor contributo nos projetos, mas também para a preparação do Relatório de Estágio. Também tendo em conta o Relatório de Estágio, foram elaborados um cronograma (Apêndice 18) e uma lista de referências bibliográficas, ambos regularmente atualizados com novos elementos.

Naturalmente, uma das atividades realizadas foi a redação dos Relatórios Quinzenais, mecanismo de acompanhamento do estágio e de comunicação com os professores orientadores. Ao longo do estágio foram elaborados 13 Relatórios Quinzenais, sendo que consta um exemplar no Apêndice 19. Outro mecanismo de comunicação com os professores foi a troca regular de *e-mails*, as tutorias com ambos os professores, num total de 12, e a visita do Professor Doutor José Lúcio à FGS em novembro de 2016, em que teve a oportunidade de conhecer o orientador local e a Diretora Executiva.

### **4.4. Avaliação**

#### **4.4.1. Avaliação do estágio**

A oportunidade de realizar um estágio na FGS complementou, indiscutivelmente, a formação da estagiária na área de estudos em questão e constituiu uma experiência importante para a iniciação à vida profissional. Em termos organizacionais, a FGS revelou-se uma excelente escolha para a realização do estágio, pois é uma ONGD de elevado profissionalismo no cumprimento dos compromissos que assume, característica que coabita harmoniosamente com informalidade, flexibilidade e trabalho colaborativo. Por isso, o ambiente de trabalho e a forma como os estagiários e voluntários são acolhidos e integrados é também prova de uma verdadeira crença no trabalho em conjunto e espelho dos valores da instituição.

Das potencialidades da instituição que foram reconhecidas nestes meses destacam-se a diversidade de redes e parceiros, em Portugal e Moçambique <sup>152</sup>, a par da qualidade das intervenções que realiza, que a tornaram uma instituição respeitada por pares e beneficiários e premiada por entidades públicas e privadas<sup>153</sup>. Não obstante estes méritos, é na equipa que reside a sua maior potencialidade, pois trata-se de uma equipa empenhada, motivada e multidisciplinar<sup>154</sup>, que aprende e discute.

Oficialmente, a estagiária encontrava-se inserida no DCG&D – exercendo o cargo de Técnica Estagiária de Projetos – ainda que, como anteriormente descrito, tenha havido colaboração com o DCRI e com a Direção Executiva, o que deve ser entendido no contexto dos desafios e oportunidades do trabalho de uma instituição de pequena dimensão.

Para avaliar a experiência de estágio consideram-se os seguintes critérios: 1) pertinência do trabalho; 2) integração na instituição; 3) aprendizagens e competências; 4) acompanhamento do orientador local e 5) mais-valias profissionais.

No que concerne à pertinência do trabalho, considera-se que foi adequado face ao conteúdo do mestrado em questão, tal como já vem sendo referido neste Relatório. Tendo em conta a formação de 1º e 2º ciclo na área das Ciências Sociais, o interesse particular da mestranda pela área do Desenvolvimento e pela Educação, a escolha de uma ONGD com ênfase nas questões de Educação, em Portugal e em contexto internacional, afigura-se natural. Recorda-se, como referido na Introdução, que a ED é uma das áreas de intervenção contempladas pela política externa portuguesa e, mais concretamente, pela ação do MNE; além disso, o trabalho da FGS também engloba as áreas da cidadania, ecologia, desenvolvimento local e rural, temas que marcam a agenda política, económica e social.

Quanto ao critério da integração na instituição, pensa-se que esta foi muito bem-sucedida. A integração inicial foi relativamente rápida graças à receção da parte de toda a equipa, o que criou um ótimo ambiente de trabalho. A equipa demonstrou-se totalmente disponível para apoiar a estagiária mais de perto nas primeiras semanas, o que muito contribuiu para ultrapassar as dificuldades sentidas em relação à novidade da linguagem técnica. O facto de terem sido disponibilizados os instrumentos de trabalho necessários, como

---

<sup>152</sup> Fruto de uma aposta estratégica no trabalho em conjunto e das ligações a FGS que herdou dos jesuítas, nomeadamente enquanto parte da Igreja Católica Portuguesa e da Companhia de Jesus, o que a insere em diversas redes nacionais e internacionais relevantes na sua área de atuação.

<sup>153</sup> Como o MNE, DGE e Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>154</sup> Os funcionários da FGS têm formações de base distintas, que incluem Relações Internacionais (Teresa), Comunicação (Rita), Gestão (Jorge), Antropologia (Hugo), Arqueologia (Sandra), Psicologia (Anita) e Finanças (Filipa), para além de diversas formações pós-graduadas. Os percursos profissionais de Teresa Paiva Couceiro, Jorge Cardoso e Hugo Marques podem ser conhecidos com mais pormenor nas entrevistas realizadas (Apêndice 20, 21 e 22).

um endereço de *e-mail* institucional, um calendário próprio e acesso a todos os *dossiers* e documentos internos, dotou a estagiária das ferramentas e informação necessárias para rapidamente começar a trabalhar de forma autónoma. A articulação com todos os colegas fluiu sempre espontaneamente e não foi sentida qualquer forma de pressão, sendo sempre pedido à estagiária que realizasse o trabalho de acordo com o ritmo mais favorável à sua própria aprendizagem.

Em relação às aprendizagens e competências, existem muitos aspetos a valorizar. Em primeiro lugar, destaca-se o processo formativo individual da estagiária, pois os meses passados na FGS produziram mudanças individuais, nomeadamente a maior valorização da simplicidade e da ética do cuidado integral. Em segundo lugar, a estagiária teve oportunidade de realizar um trabalho transversal, dividindo o seu tempo por vários projetos e departamentos, o que permitiu aprender a trabalhar com parceiros de diferentes naturezas (IES, OSC, professores, etc.) e com o público em geral. Em termos de atividades e tarefas, estas também foram muito diversificadas, desde a criação de recursos pedagógicos – o que implicou pensar não apenas no conteúdo, mas também a forma de comunicar e envolver crianças e jovens nos temas –, organização de encontros, organização de ações de formação, redação de memórias de eventos, redação de candidaturas de cofinanciamento, planificação de campanhas, entre outras. De uma forma geral, a estagiária adquiriu ainda conhecimentos sólidos sobre o funcionamento e os atores do terceiro sector em Portugal, na área do desenvolvimento e, em particular, da ED.

Quanto ao quarto critério, acompanhamento do orientador local, é importante afirmar que embora esta função tenha sido oficialmente delegada em Hugo Marques, foi sistematicamente assumida por toda a equipa, como é aliás referido pelo próprio na entrevista realizada<sup>155</sup>. No momento inicial de adaptação o orientador local acompanhou mais de perto a estagiária, o que foi importante. Durante o restante período do estágio, demonstrou-se sempre disponível para articular a relação com a FCSH/NOVA<sup>156</sup>, monitorizar os relatórios quinzenais (Apêndice 19) e recomendar leituras, assim como aconselhar sobre várias outras questões profissionais. Neste sentido, considera-se que cumpriu com dedicação e brio o papel que lhe foi atribuído, tendo constituído uma parte importante do sucesso do estágio devido à

---

<sup>155</sup>Hugo Marques referiu: “Formalmente eu fui o orientador, mas acho que era importante dizer aqui que a orientação foi da FGS toda. (...) Como a orientação foi da Fundação, a experiência como orientador foi mais gratificante, porque não fui ‘o’ orientador, fui uma parte da orientação” (Apêndice 22).

<sup>156</sup> Nomeadamente ler e assinar a documentação necessária e reunir com o Professor Doutor José Lúcio.

sua abertura e aos constantes incentivos à iniciativa da estagiária.<sup>157</sup> Ademais, é de notar que apesar de toda a equipa já ter uma sobrecarga de trabalho no cumprimento das suas responsabilidades, todos os elementos se disponibilizaram sempre para esclarecer dúvidas e apoiar, em geral, o trabalho da estagiária.

Por fim, em termos de mais-valias profissionais, destacam-se as relacionadas com a experiência adquirida nas áreas de gestão de projetos, desde a preparação de candidaturas à execução de projetos, de trabalho em equipa e de comunicação institucional. A conceção e implementação de um projeto é transversal a qualquer ambiente institucional, seja no sector público, empresarial ou sem fins lucrativos, tratando-se, por isso, de uma aprendizagem transferível para qualquer contexto profissional. Ainda que o trabalho se tenha concentrado em 4 projetos em fase de execução<sup>158</sup>, existiu um contacto com a preparação de candidaturas, tanto à renovação dos segundos anos dos projetos como a cofinanciamentos, e registou-se também a participação nas avaliações intermédias do *Ca(u)sa Comum* e do *Desafios Globais*. As reuniões com colegas da FGS e com representantes das instituições parceiras contribuíram para a estagiária se inteirar plenamente da cultura de trabalho em equipa da FGS, de trabalho com outras entidades com modos de funcionamento diferente. Também a colaboração com o DCRI permitiu compreender melhor algumas das estratégias de comunicação institucional. Pode-se, portanto, concluir que este estágio muito contribuiu para a aquisição de competências práticas e profissionalizantes que são, sem dúvida, a maior lacuna na formação oferecida pela FCSH/NOVA, permitindo uma aproximação ao mercado de trabalho.

À luz disto, a avaliação que se pode fazer da escolha da FGS como entidade de acolhimento do estágio de mestrado é imensamente positiva, devido quer às potencialidades mencionadas, quer à avaliação tecida em todos os critérios contemplados.

Resta, por ora, refletir brevemente sobre a relação com FCSH/NOVA e com os professores orientadores. Este trabalho de mestrado foi orientado por dois professores – Professor Doutor Pedro Aires Oliveira, orientador do Relatório de Estágio do Mestrado, e Professor Doutor José Lúcio, responsável pelo acompanhamento da FCSH/NOVA durante o Estágio e por fazer a ligação da faculdade com a FGS – de quem a mestranda já havia sido aluna, sendo que isso foi um fator fundamental para o estabelecimento de uma relação de confiança, que permitiu que houvesse um acompanhamento próximo mas pautado pela

---

<sup>157</sup> No entanto, é justíssimo afirmar que também houve muito acompanhamento da parte de Anita Cruz, devido ao facto de esta pertencer às mesmas equipas de projeto, trabalhando muito em conjunto com a estagiária no *Desafios Globais* e *Ca(u)sa Comum* e também em resultado de uma amizade que se foi desenvolvendo.

<sup>158</sup> Como foi explicado não se trabalhou em projetos em fase de candidatura inicial, nem em fase de preparação ou de avaliação final.

autonomia. Durante a realização do estágio foi constante a troca de *e-mails* e o envio dos Relatórios Quinzenais já referidos. Igualmente foram agendadas diversas tutorias, em especial com o Professor Doutor José Lúcio, que também efetuou uma visita às instalações da FGS. O Professor Doutor Pedro Aires Oliveira acompanhou intensivamente a elaboração do presente Relatório. Conclui-se, portanto, que para além de professores e orientadores, estes foram também facilitadores de todo este processo.

#### **4.4.2. Autoavaliação**

A autoavaliação do trabalho desempenhado pela estagiária exige um exercício que nem sempre é fácil de realizar. Para tentar tornar esta reflexão mais objetiva, toma-se por base os 4 elementos de uma análise SWOT: Forças e Fraquezas, relacionadas com as características e *background* da estagiária, e Oportunidades e Ameaças, provenientes do exterior e com os quais a estagiária se confrontou. Complementarmente, procurar-se-á avaliar sumariamente a evolução verificada ao longo dos 5 meses.

As principais Forças que a estagiária trouxe para este projeto de estágio derivam dos conhecimentos adquiridos na formação académica e da sua personalidade. Por um lado, a estagiária trouxe conhecimentos de várias áreas disciplinares<sup>159</sup>, provenientes da sua formação académica ou de interesses aprofundados complementarmente, que foram importantes para a inserção em alguns conteúdos do trabalho da FGS. Por outro, algumas características pessoais também foram importantes, nomeadamente a curiosidade, empenho, facilidade de criar empatia e gosto pela aprendizagem.

Quanto às Fraquezas, estas também foram de duas ordens, uma relacionada com lacunas de conhecimentos e outra com alguma falta de experiência neste contexto profissional. Neste sentido a estagiária teve algumas barreiras linguísticas<sup>160</sup> e denotou desconhecimento natural da linguagem técnica, o que foi sendo resolvido com a natural aprendizagem e adaptação. Outra falha no trabalho da estagiária que é importante referir foi não ter atribuído mais atenção à captação de fotografias na documentação das atividades da FGS, facto que está relacionado tanto com a falta de conhecimentos técnicos na área, como com a menor atenção dedicada aos materiais audiovisuais em comparação com a

---

<sup>159</sup> Nomeadamente Relações Internacionais, Ciência Política, Economia, História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Teologia, naturalmente uns com maior profundidade que outros.

<sup>160</sup> Nomeadamente da língua espanhola, importante neste contexto devido à ligação da FGS ao trabalho das ONGD jesuítas espanholas, pelo que os seus conhecimentos elementares em alguns momentos se revelaram insuficientes, embora tal tenha sido ultrapassado com recurso a ferramentas de tradução. Situação semelhante aconteceu com a língua italiana.

documentação escrita, o que na era da comunicação por imagem e num sector que necessita de materiais de comunicação facilmente acessíveis ao público em geral é uma falha assinalável<sup>161</sup>.

As diversas Oportunidades que o contexto trouxe foram já referidas, sendo que é a reação da estagiária a essas oportunidades que se analisa agora. Assim, destacam-se três oportunidades que desafiaram a estagiária e contribuíram para o seu crescimento pessoal e profissional: 1) o trabalho colaborativo; 2) a comunicação com diversos tipos atores; 3) a diversidade de tarefas. O espírito do trabalho colaborativo da FGS revelou-se uma enorme oportunidade de crescimento, pois a dificuldade inicial da estagiária em compreender os diferentes tempos das instituições parceiras, sentida especialmente em momentos de atrasos, devido à falta de experiência de trabalho em parceria com outras instituições, foi ultrapassado com a familiarização com o trabalho colaborativo e com as suas implicações, o que permitiu reforçar na estagiária o compromisso para com o respeito pelos outros e pela pluralidade de formas de trabalho. A comunicação com diversos atores e a diversidade de tarefas também se revelaram oportunidades e desafios, contribuindo para que a estagiária trabalhasse a sua capacidade de resposta criativa a problemas relacionados com diferentes áreas da instituição.

Felizmente não se registaram muitas Ameaças ao sucesso do trabalho da estagiária. Inicialmente pensou-se que o facto da FGS ser uma pequena organização pudesse limitar as oportunidades de trabalho, mas tal não se concretizou, bem pelo contrário, pois a dimensão da organização permitiu, na verdade, o contacto e envolvimento com os diversos departamentos e uma descentralização do acompanhamento do estágio pela equipa. Assim, como ameaça apenas se pode identificar um aspeto, que foi uma formação que a estagiária realizava em horário pós-laboral, trazendo por consequência cansaço extraordinário.

Para finalizar, trace-se uma breve análise da evolução profissional da estagiária ao longo dos 5 meses. Indubitavelmente houve evolução com a passagem do tempo, bem patente de duas formas: 1) o aumento dos conhecimentos e da familiaridade com os diversos assuntos da instituição, o que permitiu um crescimento da autonomia na realização das tarefas, e 2) crescimento do espírito de iniciativa, pois à medida que algumas rotinas estavam interiorizadas e a autonomia estava conquistada, foi possível contribuir de forma mais interventiva, dinâmica e criativa. Pode-se, portanto, afirmar que existiu uma fase de adaptação

---

<sup>161</sup> Nos momentos em que a estagiária captou imagens em fotografia ou em vídeo durante os meses de estágio, a iniciativa partiu quase sempre do pedido dos colegas. Também se notará que a grande maioria das fotografias utilizadas no presente relatório foram cedidas pela FGS.

de aproximadamente 2 meses, desde o início de outubro até ao final de novembro, e uma fase em que a estagiária estava já bem integrada e a trabalhar com autonomia.

Em suma, a autoavaliação é fortemente positiva, pois registou-se uma evolução na qualidade do trabalho desempenhado pela estagiária, aplicaram-se conhecimentos com eficácia, reforçaram-se características positivas e ultrapassaram-se dificuldades com persistência. Considera-se que se acrescentou valor à instituição, que foi criado espaço para a apresentação de ideias pertinentes, que se contribuiu para a qualidade dos projetos e para a reflexão sobre os processos, através de ideias novas e de uma visão fresca de quem vem de fora. Acima de tudo, a estagiária cumpriu com empenho a sua principal tarefa: aprender.

## 5. CONCLUSÃO

“Somos (...) chamados a promover incessantemente o diálogo entre o que fomos ensinados a ver como realidades antagónicas (...): o pensamento e a ação, o conhecimento e a experiência, o trabalho intelectual e o trabalho manual, o humano e a natureza, o sujeito e o objeto” (Pereira 2016, 14)

Este Relatório de Estágio é o resultado de vários meses de estágio na ONGD Fundação Gonçalo da Silveira. Após esta experiência de estágio e de investigação conducente à realização deste relatório, a mestranda encontra-se numa posição de compreender o significado e a relevância da reflexão de Luísa Teotónio Pereira, pois com este estágio, a mestranda propôs-se a explorar o diálogo entre o pensamento e a ação, o conhecimento e a experiência, o sujeito e o objeto, tendo por pano de fundo a complexidade dos conceitos envolvidos e da área de trabalho.

### 5.1. Educação e Política: espaço de complexidade

De facto, é bem diferente ler sobre Educação para a Cidadania Global e efetivamente trabalhar nesta área, por duas razões: a primeira, porque não é uma área fácil de entender; a segunda, porque é uma área difícil de trabalhar. Ainda que possa parecer que se está a dizer o mesmo, na verdade são duas dificuldades diferentes, pois se é complicado compreender a realidade global em permanente mudança, a dificuldade é ainda mais acentuada quando se trata de concretizar ações que visem contribuir para a formação de cidadãos motivados a enfrentá-la. Não obstante, é nesta complexidade que residiu parte da riqueza deste estágio, já que obrigou a estagiária a refletir e comunicar temáticas complexas da forma mais simples possível, mas sem cair no simplismo.

A Educação é uma área apaixonante. Para além de se constituir como um dos direitos fundamentais mais basilares, é também um espaço de politização crucial: não existem formas de educação neutra, pois todos os modelos educativos reproduzem modelos sociais, económicos, culturais e ideológicos (Figueiredo 1999, 8). A educação é, por isso, política, e não se deve retirar a natureza política do processo educativo, antes pelo contrário. A proposta da ECG é que a Educação seja uma ferramenta para formar cidadãos e dotá-los da capacidade transformadora das realidades: “Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire 2000, 67). Através de uma educação emancipadora (Jara 2016, 21), que forme cidadãos comprometidos com a justiça social, democracia, igualdade e respeito pelo meio ambiente (Mesa 2014, 44), possibilita-se uma “educação para a decisão, para a responsabilidade



social e política” (Freire 1965, 88), ou seja uma *Educação como prática da liberdade*. Mas a educação transformadora estende-se bem para além das fronteiras da escola e não é dirigida apenas a crianças e jovens, como afirma claramente a OXFAM – “*Global citizenship goes beyond simply knowing that we are citizens of the globe to an acknowledgement of our responsibilities both to each other and to the Earth itself. (...) It includes understanding the need to tackle injustice and inequality, and having the desire and ability to do so actively. Global Citizenship is an outlook on life that everyone can have, at any age, anywhere in the world*” (OXFAM 2003, 5) – mas a todos os que queiram aprender e envolver-se numa aliança solidária que procure ultrapassar argumentos paternalistas e que tenha a justiça como base de reflexão<sup>162</sup>.

## 5.2. A ED/ECG e a solidariedade

Ainda que não seja um apoio direto nem assistencialista, a ED/ECG é profundamente um trabalho social. Se a sociedade facilmente entende o que se faz num projeto de Cooperação para o Desenvolvimento, nem sempre é tão perceptível o contributo da ED/ECG (Cardoso 2014, 118), mas nem por isso este é menos relevante. Alejandra Boni vai até mais longe quando alerta que é necessário chamar a atenção que a ED não é a ‘irmã menor’ da CD: “*es justo el contrario: no puede haber desarrollo eficaz si no hay ciudadanía empoderada que exige y se moviliza por la coherencia de todas las políticas (no sólo las de cooperación internacional), que tienen como fin último la promoción de un desarrollo propio*” (Boni 2014, 107). Na FGS estas duas áreas convivem harmoniosamente, sendo entendidas como duas faces de uma mesma moeda, como se demonstrou ao longo deste relatório.

Assim, mais do que olhar a FGS como uma ONGD que trabalha Cooperação ou Educação para o Desenvolvimento, é importante compreender que por detrás de qualquer ação existe uma visão da solidariedade enquanto questão eminentemente política. Elena Lasida sintetiza bem a visão encontrada na instituição de acolhimento deste estágio: “A solidariedade assim entendida torna-se claramente uma questão política (...), não porque deriva da ação de um governo, mas porque deriva do projeto de sociedade. A

---

<sup>162</sup> Sobre este perigo do paternalismo remete-se para a explicação de Vanessa Andriotti: “Para compreender as questões globais é necessário analisar e desconstruir uma complexa teia de processos e contextos culturais locais/globais. (...) [S]e não conseguirmos fazê-lo (...), poderemos acabar por promover uma nova ‘missão de civilização’ como o slogan de uma geração que terá de assumir o ‘fardo’ de salvar/educar/civilizar o mundo. Esta geração, encorajada e motivada a ‘fazer a diferença’, vai projetar as suas crenças e mitos como universais e reproduzir relações de poder e violência, semelhantes às do colonialismo” (Andriotti 2014, 58).

solidariedade é uma questão política, pois interroga a nossa vida em grupo e o lugar reservado a cada membro da sociedade” (Lasida 2013, 135). Daqui decorre que o problema do desenvolvimento integral e sustentável é por isso também um problema de solidariedade e de inércia política na manutenção de estruturas de poder injustas. Lasida vai mais longe, declarando que a própria definição de desenvolvimento sustentável mostra como a solidariedade está no centro: o “desenvolvimento sustentável, pensado em termos de solidariedade em relação às gerações futuras, cuja vida está hoje comprometida devido ao nosso modelo atual” e a “solidariedade igualmente em relação às gerações presentes, pois a inviabilidade do nosso modelo de desenvolvimento também reside na desigualdade que ele produz” (Lasida 2013, 137). Por isso, “essa solidariedade para com as gerações presentes e futuras não pode ser pensada unicamente em termos de (...) justiça distributiva”, visto que o modelo de desenvolvimento dos países ricos também já mostrou a sua inviabilidade a médio prazo, pelo que a solução “requer a definição de outro projeto de sociedade, tanto a nível nacional como internacional” (Lasida 2013, 137).

No entanto, afirmar que a solidariedade é uma questão política não significa que outras esferas não estejam também implicadas. A esfera religiosa, aqui analisada do ponto de vista da Igreja Católica, é convocada a participar em questões que envolvam a dignidade humana – e a problemática do desenvolvimento envolve fortemente<sup>163</sup> –, através da visão do Vaticano expressa na Doutrina Social da Igreja. Em boa hora afirmou o Papa João Paulo II, na encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, que “a Igreja não tem soluções técnicas que possa oferecer para o problema do subdesenvolvimento (...) [m]as (...) é «perita em humanidade», e isso impele-a necessariamente a alargar a sua missão religiosa aos vários campos em que os homens e as mulheres desenvolvem as suas atividades em busca da felicidade (...) em conformidade com a sua dignidade de pessoas” (João Paulo II *apud* Stilwell (coord.) 2002, 692-693)<sup>164</sup>. Os jesuítas, como parte da Igreja, não estão alheios a este papel dos atores religiosos, proclamando uma “união íntima e indissolúvel entre o nosso serviço à fé e a luta pela justiça” (Companhia de Jesus 2008, 85)<sup>165</sup>. Como foi visto, o atual líder católico, Francisco, tornou as questões sociais o centro da sua

---

<sup>163</sup> Sendo que a visão da DSI sobre o desenvolvimento é uma das formas em que a Igreja Católica se envolve nas Relações Internacionais contemporâneas (Ferreira 1997, 2).

<sup>164</sup> Esta ideia é reafirmada por Bento XVI, já citado anteriormente: “A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, empenhar-se a favor da justiça” (Bento XVI 2006, 52).

<sup>165</sup> Algo bem forte na ideologia inaciana, como se viu, é a crença que “a justiça é uma exigência da fé em Cristo” (Brito 2015, 14). Assim, se a fé liga o homem a Deus, é a justiça que o liga aos outros, pelo que são duas componentes inseparáveis.

agenda, umbilicalmente ligadas à ecologia integral, fazendo uma síntese humanista de desenvolvimento integral que coloca a justiça e a solidariedade no centro. É, portanto, curioso entender que a ideia cristã de «amor ao próximo» é hoje uma ideia de solidariedade e «amor ao próximo e ao distante», que não conhece fronteiras geográficas ou temporais<sup>166</sup>.

### **5.3. Um balanço da experiência de estágio e da investigação associada**

Para que não se afaste excessivamente esta Conclusão do fecho de um relatório de estágio, recentremo-nos novamente. Como já se referiu em sede própria, o impacto da FGS na estagiária foi muito positivo e, do que se pode aferir, o efeito recíproco também se verificou. Observou-se e participou-se, sendo que ambas as partes foram complementares para a aprendizagem. No que concerne à participação, esta foi muito ativa, existindo envolvimento pessoal e uma forte apropriação da causa da FGS pela estagiária.

Espera-se que, neste momento, a pertinência desta experiência para o mestrado em causa já seja evidente, mas para os ainda reticentes reforça-se com os seguintes argumentos: 1) oportunidade profissional numa instituição com atuação internacional, como é o caso de uma ONGD; 2) trabalho numa área específica de intersecção de competências interministeriais (política externa de cooperação e política de educação); 3) reflexão acerca de temas eminentemente políticos, sociais e económicos (entre outros, desenvolvimento, globalização, ecologia, pobreza, desigualdade e educação); 4) aquisição de competências profissionais gerais, como as capacidades de descrever, interpretar e estruturar o conhecimento a partir de situações reais, assim como de trabalhar em equipa e aprender pela prática; 5) aquisição de competências profissionais técnicas, nas áreas de gestão de projetos e comunicação institucional orientada para o setor social. Os objetivos elencados na Introdução foram, assim, inteiramente cumpridos.

No que concerne à investigação subsequente, foi realizada uma imersão em literatura de várias áreas, nomeadamente para estudar a evolução do conceito de desenvolvimento (do ponto de vista ideológico e também a sua relação com a DSI), para compreender os debates em torno da ED/ECG, e também uma pesquisa historiográfica para compreender melhor a CJ e a PPCJ. Realizaram-se três entrevistas a elementos da equipa da FGS, que foram importantes para esclarecer dúvidas e confrontar opiniões.

---

<sup>166</sup> Sendo o «distante temporalmente» as chamadas «gerações vindouras».

Face à reduzida dimensão do Relatório que o Regulamento permite, considera-se que a investigação foi relativamente aprofundada.

Na perspetiva de futuras investigações deixa-se uma sugestão: observou-se uma lacuna de estudos acerca da importância das ideologias religiosas na área do desenvolvimento em Portugal, pois não se encontraram estudos que analisem esta relação, não obstante o facto de organizações de inspiração religiosa dominarem esta área<sup>167</sup>, sendo que as referências existentes se encontram ainda ligados às missões tradicionais.

#### 5.4. Notas finais

Na ED/ECG encontrou-se um espaço de convergência e diálogo entre a Educação para a Cidadania e o desenvolvimento enquanto processo social, económico e, sobretudo, político, a partir de uma perspetiva de Educação transformadora a nível local e global. Na FGS encontrou-se a convergência desta com a Doutrina Social da Igreja, numa dinâmica em que a DSI inspira a ECG e a ECG oferece contributos para a reflexão da DSI. A vantagem de estar inserida numa atmosfera de constante debate são as ideias que surgem inesperadamente: aquando da leitura de *Educação como prática da liberdade* de Freire, a mestranda apercebeu-se que também Sen tinha chamado à sua obra icónica *Desenvolvimento como liberdade*. Esta coincidência semântica face aos dois conceitos que compõem a Educação para o Desenvolvimento fez a estagiária refletir como de facto a ED pode ser duplamente uma forma de liberdade.

Ainda que o mundo apresente tantas razões para questionar os valores atuais da humanidade, a ação de instituições como a FGS reforça a confiança no potencial de uma educação transformadora. Mas as mudanças nunca são processos simples: há uma certa tendência de apelar de idealistas – ou até de inocentes –, quem pela construção de uma sociedade mais justa e solidária; por vezes falar em transformação social é mesmo conotado como perigoso. Mas já Freire afirmara que “Cristo não foi conservador” (Freire 1978, 43), e o Papa Francisco parece concordar que a transformação é o caminho: “um cristão que não seja revolucionário neste tempo, não é cristão” (Martins 2016). Uma frase do antigo Padre Geral, Pedro Arrupe sj, ouvida no CIL, marca também esta experiência valiosa e enriquecedora: **“O mundo anda sem nós. De nós depende que ande connosco”**.

---

<sup>167</sup> Gilles Carbonnier aponta a mesma falha: “*The lack of attention to religion and faith in development research and policy thus stands in stark contrast to the paramount role played by religion in the daily lives of individuals and communities, particularly in the most active field of international development cooperation, the developing world*” (Carbonnier 2013, 2).

## 6. BIBLIOGRAFIA

- Afonso, Maria Manuela. *Cooperação para o Desenvolvimento: características, evolução e perspectivas futuras*. Lisboa: CIDAC, 1995.
- Amaro, Rogério Roque. “Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria.” Editado por Centro de Estudos Africanos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. *Revista do Centro de Estudos Africanos*, 2003: 35-70.
- Andriotti, Vanessa. “Educação para a Cidadania Global - soft versus critical.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº1, Dezembro 2014: 57-66.
- Arancibia, Felipe E. Rodríguez. “Recensão crítica: «Pequeno tratado do decrescimento sereno».” *Revista Sociedade e Estado*, Janeiro/Abril de 2012: 193-196.
- Argibay, Miguel, Gema Celorio, e Juanjo Celorio. *Educación para la Ciudadanía Global. Debates y desafíos*. Bilbao: Heoga, 2009.
- Belda-Miquel, Sergio, e Alejandra Boni. “(Re)Politizando la Solidariedad Internacional: Pensando la Cooperación como Educación para una Ciudadanía Global radical.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº5, Julho 2017: 9-28.
- Bento XVI. *Caridade na Verdade. Carta Encíclica de Bento XVI*. Prior Velho: Editora Paulinas, 2009.
- . *Deus é amor. Carta Encíclica de Bento XVI*. Prior Velho: Edições Paulinas, 2006.
- Boni, Alejandra. “Repensando los partenariados entre universidades y organizaciones sociales desde una visión transformadora de la educación para el desarrollo.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº3, Fevereiro 2016: 8-14.
- Boni, Alejandra. “Un análisis de los discursos institucionales en la cooperación y la educación desde la perspectiva de la Educación para la Ciudadanía Global. Reflexiones a partir del caso español.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº1, Dezembro 2014: 101-115.
- Bourn, Douglas. “What is meant for development education?” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº1, Dezembro 2014: 7-23.
- Brito, José Maria. “Ser imagem de Deus, indignar-se com a injustiça in Promover a Fé e a Justiça: Fundação Gonçalo da Silveira - ONGD jesuíta.” *Mensageiro do Coração de Jesus*, Julho de 2015: 13-20.
- Camões, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. 3ª edição. Mem-Martins: Instituto Camões & Ministério da Educação, 1992.
- Caníço, João. “D. Gonçalo da Silveira. 450 anos da sua morte.” *Amar & Servir*, Janeiro a Março de 2011: 32-36.

- Carbonnier, Gilles. “Religion and Development: reconsidering secularism as the norm.” Em *International Development Policy: Religion and Development*, de Gilles Carbonnier (ed.), Moncef Kartas e Kalinga Tudor Silva, 1-5. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.
- Cardoso (ed.), Jorge. “Conversa entre Luísa Teotónio Pereira e Júlio Santos.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº1, Dezembro 2014: 116-127.
- Cardoso, Jorge, e Luísa Teotónio Pereira. “Entrevista a Oscar Jara.” *Sinergias ED - Diálogos educativos para a transformação social*, Setembro 2015: 96-110.
- Castillejo, Manuel. “El desarrollo de los pueblos.” Em *Manual de Doctrina Social de La Iglesia*, de Alfonso A. Cuadron (coord.), 635-659. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos y Fundación Pablo VI, 1993.
- CEAUP, FGS & CIDAC. *Directrizes para apresentação de proposta de programa/projeto. Sinergias ED: Fortalecer a ligação entre investigação e ação na Educação para o Desenvolvimento em Portugal*. Formulário de candidatura de projetos de Educação para o Desenvolvimento, Porto: CICL, 2016.
- CIDAC & FGS. “Directrizes para apresentação de proposta de programa/projeto. Desafios globais: reforçar a ECG em meio escolar para responder aos contextos da atualidade.” Formulário de candidatura de projetos de Educação para o Desenvolvimento, Lisboa, 2014.
- Coelho, Dalila. “Recensão crítica: Educación para la Ciudadanía Global. Debates y desafíos.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº2, Setembro 2015: 115-120.
- Coelho, La Salete, Carolina Mendes, e Teresa Gonçalves. “Experimentando novas epistemologias: a Educação para o Desenvolvimento na formação inicial de professores.” *Sinergias ED - Diálogos educativos para a transformação social*, nº2, Setembro 2015: 46-63.
- Companhia de Jesus. *Congregação Geral 35 da Companhia de Jesus. Documentos*. Braga: Editorial A.O, 2008.
- . *Congregação Geral 36*. Lisboa: PPCJ, 2016.
- Conselho da UE, Comissão Europeia e Parlamento Europeu. “The European Consensus on Development: The contribution of Development Education & Awareness Raising”. 2007.
- Conselho Pontifício «Justiça e Paz». *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São João do Estoril: Editora Principia, 2005.
- Consórcio Conectando Mundos. “A educação para a cidadania global na escola de hoje. Documento de posicionamento (texto colectivo).” Em *Educar para uma cidadania global. Construir um mundo justo a partir da escola*, de Consórcio Conectando Mundos, 42-56. Lisboa: CIDAC, 2009.
- . *Educar para uma cidadania global. Construir um mundo justo a partir da escola*. Lisboa: CIDAC, 2009.

- Correia, Francisco. *O Venerável Padre Gonçalo da Silveira. Proto-mártir da África Austral (1521-1561)*. Braga: Editorial A.O., 2006.
- DGE. *Educação para a Cidadania*. s.d. <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania> (acedido em 18 de Setembro de 2017).
- Diário da República, 2ª série, nº151 de 5 de agosto de 2015, pp. 21788-21792.
- Dias, Alfredo Gomes, Luísa Teotónio Pereira, e Stéphane Laurent. “Processo de co-construção de uma unidade curricular de ED.” *Sinergias – Diálogos educativos para a transformação social*, nº N°3 (Fevereiro 2016): 15-23.
- Ferreira, António Matos. “Religião e Relações Internacionais: o catolicismo português. Uma abordagem historiográfica.” *Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais. Encontro «Relações Internacionais em Portugal - Uma tentativa de balanço»*. Lisboa, 1997.
- Ferreira, Eduardo Paz. *Valores e Interesses. Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*. Coimbra: Almedina, 2004.
- FGS & CV. *Ca(u)sa Comum. Educar para a Cidadania Global pela Ecologia Integral. Percurso das Organizações da Sociedade Civil 2016-2017*. Lisboa: FGS & CV, 2017.
- FGS & CV. *Directrizes para apresentação de proposta de programa/projeto. Uma Ca(u)sa Comum: educar para a Cidadania Global pela Ecologia Integral*. Formulário de candidatura de projetos de Educação para o Desenvolvimento, Lisboa: CICL, 2016.
- FGS & CV. *Memória do II Encontro Ca(u)sa Comum*. Lisboa: FGS & CV, 2017.
- FGS & CV. *Uma Ca(u)sa Comum: Memória do I Encontro Ca(u)sa Comum*. Lisboa: FGS & CV, 2016.
- FGS & CV. *Uma Ca(u)sa Comum: Memória do II Encontro Cidadania Global e Ecologia Integral*. Lisboa: FGS & CV, 2017.
- FGS. *Estatutos da Fundação Gonçalo da Silveira*. Lisboa: FGS, 2009.
- FGS. *Relatório de Atividades*. Lisboa: FGS, 2005.
- FGS. *Relatório de Atividades*. Lisboa: FGS, 2010.
- FGS. *Relatório de Atividades*. Lisboa: FGS, 2014.
- FGS. *Relatório de Atividades*. Lisboa: FGS, 2016.
- FGS. *Relatório de Atividades*. Lisboa: FGS, 2017.
- FGS. *Relatório de Atividades e Relatório Fiscal*. Lisboa: FGS, 2009.
- FGS, CooLabora, ESECS-IPL, FEC & Rede Inducar. *Directrizes para apresentação de proposta de programa/projeto. Alternativas: experiências locais para uma transformação global*. Formulário de candidatura de projetos de Educação para o Desenvolvimento, Lisboa: CICL, 2016.

- Figueiredo, Ilda. *Educar para a Cidadania*. Porto: Edições ASA, 1999.
- Fonseca, Cecília, Luísa Teotónio Pereira, e Stéphane Laurent. *Processo de Sistematização de Experiências. Relatório Final*. Lisboa: CEAUP, FGS & CIDAC, 2016.
- Francisco. *Evangelii Gaudium*. Lisboa: Paulus, 2013.
- . *Louvado Sejas. Carta Encíclica Laudato Si'*. Braga: Editorial A.O., 2015.
- Freire, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1965.
- . *Os cristãos e a libertação dos oprimidos*. Lisboa: Edições Base, 1978.
- . *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- . *Pedagogia do oprimido*. 2ª Edição. Porto: Afrontamento, 1975.
- Gonçalves, Nuno da Silva. *Jesuítas (Companhia de Jesus)*. Vol. III, em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, de Carlos Moreira Azevedo (dir.), 21-31. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001.
- . *Religião. Companhia de Jesus*. CHAM - Centro de História Além-Mar. s.d. <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1196> (acedido em 5 de Agosto de 2017).
- Governo de Portugal. *Conceito estratégico para a Cooperação Portuguesa 2014-2020*. Lisboa: Governo de Portugal, 2014.
- IPAD. *Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Lisboa: IPAD, 2006.
- IPAD, DGIDC, Ministério da Educação, e CIDAC. *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento*. Lisboa: IPAD, 2010.
- Jara, Oscar. “Desafios da educação para a transformação social.” Em *Educar para uma cidadania global. Construir um mundo justo a partir da escola*, de Consórcio Conectando Mundos, 26-41. Lisboa: CIDAC, 2009.
- Jara, Oscar. “Dilemas y desafíos de una educación para la transformación - algunas aproximaciones freirianas.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº4, Outubro 2016: 19-26.
- Lacouture, Jean. *Os jesuítas*. Vols. II - O regresso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- Lasida, Elena. *O sentido do outro*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2013.
- Latouche, Serge. *Pequeno Trato do Decresciment Sereno*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- Lenihan, Conor. “Preface.” *Policy & Practice: A Development Education Review*, 2005: 1-2.



- Lúcio, José. *Geografia das comunidades de base no Brasil: Desenvolvimento à luz da Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2003.
- Marques, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2012.
- Martins, Rui Jorge. *Um cristão que não é revolucionário, não é cristão, escreve Papa em livro que aproxima Doutrina Social da Igreja dos jovens*. 26 de Julho de 2016. [http://www.snpcultura.org/um\\_cristao\\_que\\_nao\\_e\\_revolucionario\\_nao\\_e\\_cristao.html](http://www.snpcultura.org/um_cristao_que_nao_e_revolucionario_nao_e_cristao.html) (acedido em 24 de Abril de 2018).
- Mesa, Manuela. “Precedentes y evolución de la Educación para el Desarrollo: un modelo de cinco generaciones.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº1, Dezembro 2014: 24-56.
- Murteira, Mário. *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- Nanni, Antonio. “Rumo a uma educação transformadora.” Em *Educar para uma cidadania global. Construir um mundo justo a partir da escola*, de Consórcio Conectando Mundos, 15-17. Lisboa: CIDAC, 2009.
- Oliveira, Pedro Aires. “Um império para encher o olho? (1926-1961).” Em *História da Expansão e do Império Português*, de João Paulo Oliveira e Costa (coord.), José Damião Rodrigues e Pedro Aires Oliveira, 479-509. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.
- Oliveira, Sandra. “Educação Global: envolver cidadãos em tempo de crise?” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, 2014: 83-97.
- OXFAM. *Education for Global Citizenship*. Oxford: OXFAM, 2003.
- Paulinas. *Enciclopédia Católica Popular. Venerável*. s.d. <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> (acedido em 11 de Agosto de 2017).
- Pereira, Luísa Teotónio. “Dialogando com a complexidade.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº N°4 (Outubro 2016): 9-18.
- Pereira, Zélia. “Os jesuítas em Moçambique. Aspetos da ação missionária portuguesa em contexto colonial (1941-1974).” *Lusotopie*, 2000: 81-105.
- PPCJ. *Jesuítas em Portugal - Apresentação*. s.d. (acedido em 4 de Julho de 2017).
- . *Jesuítas em Portugal - Missões*. s.d. <http://www.jesuitas.pt/Miss%C3%B5es-147.aspx> (acedido em 11 de Agosto de 2017).
- . *Plano Apostólico da Província Portuguesa da Companhia de Jesus (2016-2022)*. Lisboa: PPCJ, 2016.
- PPL. *PPL Crowdfunding*. s.d. <https://ppl.com.pt/crowdfunding> (acedido em 10 de 12 de 2017).

- PPONGD. *Plataforma Portuguesa das ONDG - Áreas de actuação*. s.d. <http://www.plataformaongd.pt/plataforma/areasactuacao/> (acedido em 13 de Julho de 2017).
- Praia, Maria. *Educação para a Cidadania. Teoria e Práticas*. Porto: Edições ASA, 2001.
- Presidência do Conselho de Ministros. *Conceito estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*. Lisboa: Governo de Portugal, 2014.
- Rede ECG. *O que é a Educação para a Cidadania Global*. s.d. <http://www.rede-ecg.pt/a/index.php/o-que-e-ecg> (acedido em 12 de Agosto de 2017).
- Ribeiro, Mário Luís Lima. *O potencial das Organizações Não-Governamentais portuguesas de desenvolvimento – ONDG*. Lisboa: CIDAC, 1995.
- Santos, Ana Teresa. “A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento: fatores de sucesso, mais-valias e futuro.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, 2014: 67-82.
- Santos, Luís. “Documento-chave: Global Citizenship Education - Preparing learners for the challenges of the 21st century.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº2, Setembro 2015: 111-114.
- Secretariado de Justiça Social e Ecologia da Companhia de Jesus. *Curar um mundo ferido. Relatório especial sobre Ecologia*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: IHU - Instituto Humanitas UNISINOS (Universidade do Vale do Rio Sinos), 2011.
- Sen, Amartya. *Development as freedom*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2000.
- Society of Jesus. *Curia Secretariats*. s.d. [http://www.sjweb.info/curiafrgen/curia\\_secretariats.cfm](http://www.sjweb.info/curiafrgen/curia_secretariats.cfm) (acedido em 2 de Abril de 2018).
- Stilwell (coord.), Peter. *Caminhos da justiça e da paz. Doutrina social da Igreja. Documentos de 1891 a 1991*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2002.
- UN Secretary-General. *Global Education First Initiative. An Initiative Of The United Nations Secretary-General*. New York: United Nations Secretary-General, 2012.
- Universidade Católica Portuguesa. *Apresentação do Colóquio Internacional “Da evangelização da África à África evangelizadora: Mediações missionárias em África e a partir de África”*. 2013. [http://www.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_fac.asp?SSPAGEID=1004&lang=1&artigoID=591](http://www.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=1004&lang=1&artigoID=591). (acedido em 5 de Agosto de 2017).
- VVAA. “Editorial.” *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, nº N°5 (2017): 5-7.

# ANEXOS

**Anexo 1: Mapa da atual divisão territorial da Companhia de Jesus**

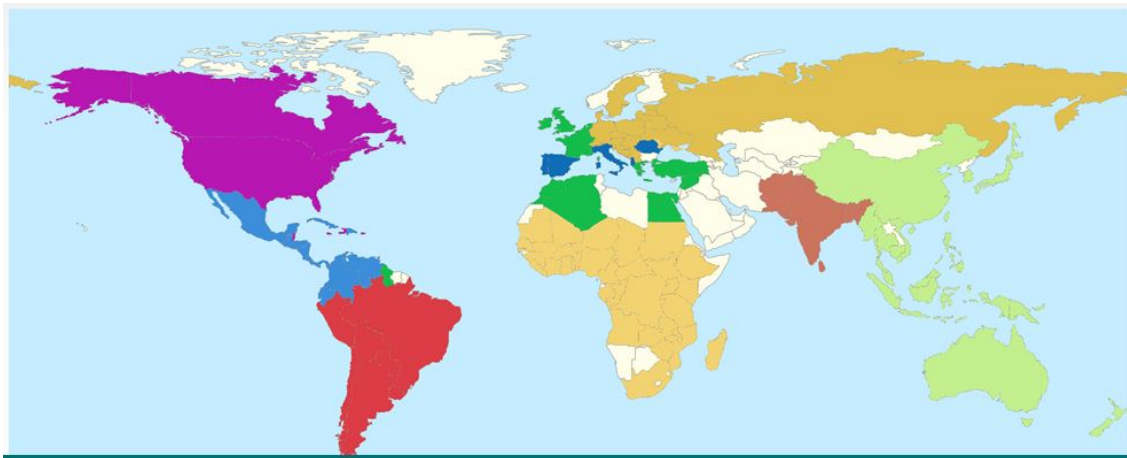


Figura 1: Mapa das 9 Assistências jesuítas atualmente existentes.

## Anexo 2: Mapa da intervenção da FGS entre 2004 e 2014



Figura 2: Mapa com intervenção da FGS de 2004 a 2014, aquando do balanço dos 10 anos. Fonte: Revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, julho de 2015, p. 19.

### **Anexo 3: Origem do financiamento da FGS em 2017**

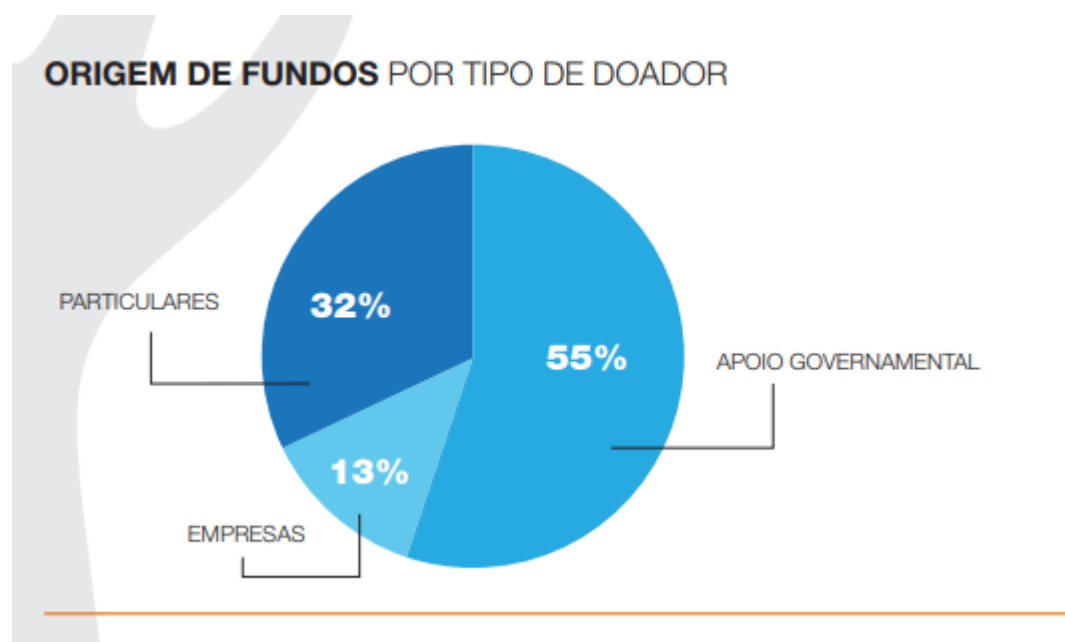


Figura 3: Origem do financiamento obtido em 2017, por tipo de doador.

**Anexo 4: Fundamentação da Educação para o Desenvolvimento segundo Alejandra Boni e Agustí Pérez-Foguet**



Figura 4: Fundamentação da Educação para o Desenvolvimento (Boni e Pérez-Foguet *apud* Coelho, Mendes e Gonçalves 2015, 51).

## Anexo 5: Relação entre processos e projetos de ED na FGS

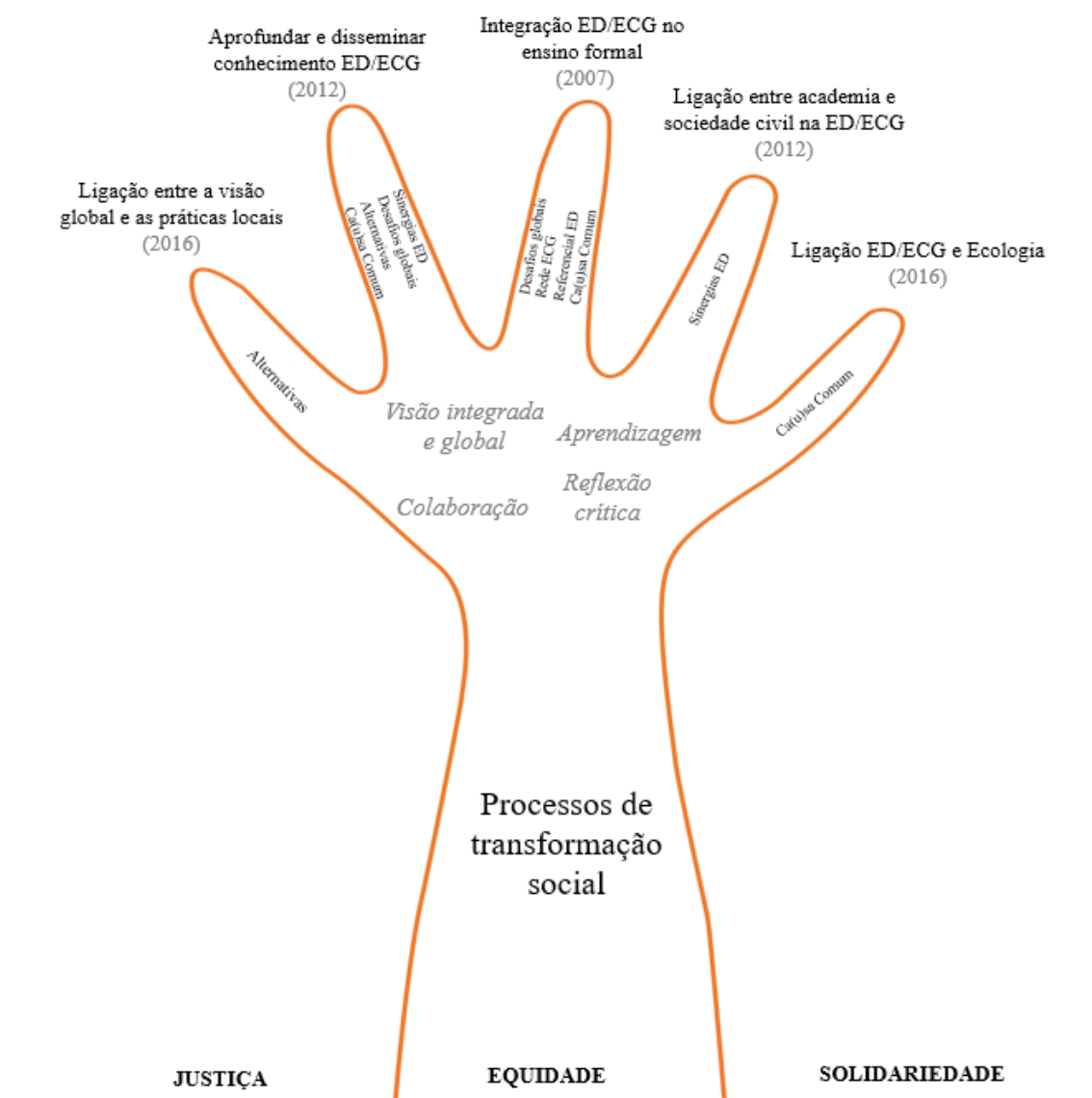


Figura 5: Relação entre processos e projetos de ED na FGS.



# APÊNDICES

## **Apêndice 1: Nota biográfica sobre o Padre Gonçalo da Silveira**



*«Vê do Benomotapa o grande império  
De selvática gente, negra e nua,  
Onde Gonçalo morte e vitupério  
Padecerá pela Fé santa sua.*

*Luís de Camões, Os Lusíadas,  
canto X, estrofe 93 (Camões 1992, 270)*

Figura 6: Imagem do Padre Gonçalo da Silveira. Fonte: [www.fgs.org.pt](http://www.fgs.org.pt)

De origem nobre, D. Gonçalo da Silveira nasceu a 23 de fevereiro de 1521 em Almeirim, sendo o 10º filho de D. Luís da Silveira<sup>168</sup> e sua mulher, Dona Brites (Correia 2006, 11).

Estudou num Convento Franciscano em Mogadouro e depois no Mosteiro Agostiniano de Santa Cruz de Coimbra, onde conheceu Luís de Camões. Aí permaneceu até entrar na Companhia de Jesus em 1543, com 22 anos, decisão que causou espanto e a que parte da família se opôs devido à sua inteligência, a qual consideravam poder garantir-lhe uma carreira brilhante<sup>169</sup>. Foi ordenado sacerdote a 25 de dezembro de 1545 e ganhou fama como orador (Correia 2006, 18-19), o que chamou a atenção de D. João III (Caniço 2011, 34).

Após o doutoramento em Teologia na Universidade de Gandia, manifestou o desejo de ser missionário e embarcou para Goa em 1556. Rapidamente se adaptou, estudou os textos sagrados hindus e de 1556 a 1559 foi Provincial de Goa, que na época incluía todo o Oriente (Correia 2006, 29-30). A sua passagem por Goa ficou marcada pelas críticas aos portugueses que davam maus exemplos nos costumes e pela defesa de igual tratamento entre cristãos nativos e portugueses, o que lhe granjeou alguma impopularidade (Correia 2006, 32).

Em 1559, o Capitão e Governador de Sofala e Moçambique, Bastião de Sá, pediu ao vice-rei da Índia, D. Constantino de Bragança, que desafiasse os jesuítas a abrir uma missão em Moçambique (Correia 2006, 36). Gonçalo da Silveira ofereceu-se para ser missionário em África, chegando à foz do rio Zambeze em 1560, no atual território de Moçambique, onde batizou cerca de 400 pessoas, entre as quais o rei de Tongue (Correia 2006, 44), partindo

<sup>168</sup> D. Luís da Silveira era 1º Conde da Sortelha, 17º Senhor de Góis, Guarda-mor de D. Manuel e de D. João III.

<sup>169</sup> Segundo Francisco Correia, o irmão mais velho de Gonçalo da Silveira, D. Diogo da Silveira, 2º conde da Sortelha, teria inclusivamente redigido cartas ao rei a fim de impedir a entrada deste na Companhia (Correia 2006, 17).

depois para o Reino de Monomotapa (atual Zimbábue), tendo por objetivo converter o rei, “convencido de que, convertido este, seria depois fácil a conversão dos outros pequenos Reinos” (Correia 2006, 49). O rei ter-lhe-ia oferecido vários presentes, como mulheres, terras, ouro<sup>170</sup> e vacas, mas o Padre Gonçalo terá recusado tudo isso e respondido que o queria a ele, o que causou grande surpresa no rei (Correia 2006, 52). O sucesso dos objetivos de evangelização e conversão foram evidentes quando o rei decidiu batizar-se com o nome de Sebastião<sup>171</sup>, sendo ainda batizadas mais 300 pessoas, entre as quais algumas das mais importantes do Reino de Monomotapa (Caniço 2011, 34-35).

No entanto, o sucesso da missão do padre Gonçalo seria efêmero, uma vez que também os muçulmanos tinham interesse geopolítico e comercial neste território; estes influenciaram pessoas próximas do rei, convencendo-o que o padre Gonçalo teria sido mandado pelo Governador da Índia para o afastar do poder (Correia 2006, 54). Segundo o historiador africano Mudenge, a própria ideologia cristã de Gonçalo terá posto em causa as estruturas sociais e políticas tradicionais, o que terá levado o povo a acusá-lo de feitiçaria e traição (Correia 2006, 66). O que é certo é que o rei decretou a sua execução e que o corpo fosse atirado ao rio Mosenguese, o que aconteceu na noite de 15 para 16 de março de 1561 (Correia 2006, 59), tornando Gonçalo da Silveira o segundo mártir de toda a Companhia de Jesus e o primeiro mártir daquela região do mundo, pelo que é conhecido como protomártir da África Austral (Caniço 2011, 35)<sup>172</sup>.

É reconhecido pelo Vaticano como Venerável<sup>173</sup> e encontra-se introduzido o processo para a sua beatificação<sup>174</sup>.

---

<sup>170</sup> Na época o reino de Monomotapa era conhecido pelas lendas que falavam da abundância de ouro, o que atraía a maioria dos europeus. O desinteresse do padre Gonçalo pelo ouro foi tomado com espanto pelos locais (Correia 2006, 8).

<sup>171</sup> Em homenagem ao rei de Portugal.

<sup>172</sup> O rei D. Sebastião respondeu a este assassinato enviando uma armada contra o Monomotapa, indicando que caso não autorizasse a entrada dos missionários, permitisse a exploração do ouro pelos portugueses e expulsasse os mouros seria declarada guerra. O rei de Monomotapa aceitou as condições e a guerra não aconteceu (Correia 2006, 63).

<sup>173</sup> Segundo a Enciclopédia Católica Popular, Venerável é “quem, no processo de canonização, foi reconhecida a heroicidade das virtudes. Tal título, porém, não dá direito a que se lhe preste culto público” (Paulinas s.d.).

<sup>174</sup> A investigação preliminar foi aberta em 1567, sendo impulsionada por uma carta de 1627 escrita pelo Rei D. Filipe III ao Papa Urbano VIII onde pede a continuação da causa, mas sem avanços assinaláveis. No início do século XX encontrou-se um erro de formalidade canónica que deixou o processo parado desde 1910. Recentemente, nos anos 90, a Igreja Moçambicana manifestou interesse em continuar este processo, porém até hoje não existiram mais avanços (Correia 2006, 71-74).

## **Apêndice 2: Listagem dos projetos da FGS financiados pelo Estado português**

Apresenta-se uma lista dos projetos cujo cofinanciador principal foi o Estado português através do IPAD ou, posteriormente, do CICL:

<b>Projetos fora de Portugal</b>		
<b>Nome</b>	<b>Período de execução</b>	<b>Parceiros</b>
<i>Centro de Promoção e Formação Feminina de Mpenha</i> (distrito de Angónia, província de Tete, Moçambique)	2005-2007	Região Moçambicana da Companhia de Jesus <sup>175</sup> e as irmãs Doroteias
<i>Sementes do Amanhã – Construção de lar de órfãos de SIDA</i> (Planalto da Angónia, província de Tete, Moçambique)	2005-2009	ONGD <i>Manos Unidas</i> , Região Moçambicana da Companhia de Jesus e as Irmãs de S. José de Cluny <sup>176</sup>
<i>Reabilitação do Internato Masculino da Fonte Boa</i> <sup>177</sup> (Lifidzi, distrito de Angónia, Moçambique)	2006-2007	Região Moçambicana da Companhia de Jesus
<i>Construção da Escola Amigos de Jesus</i> (Díli, Timor-Leste)	2006-2008	Fundação Comunidade Amigos de Jesus
<i>Agricultura, Saúde e Educação: Desenvolvimento em Contexto Rural</i> (Nhangau, distrito da Beira, província de Sofala, Moçambique)	2012-2013	Região Moçambicana da Companhia de Jesus, ONG <i>Manos Unidas</i> ; <i>Pabhodzi</i> – Grupo de Voluntários da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Católica de Moçambique; ONG Eссор; ONG ADC, Centro de Saúde de Dondo, Direção Provincial de Educação da Província de Sofala, Zona Verde, GAS Nova; MAGIS Itália;
<i>Semear e Cuidar: Impulso ao Desenvolvimento com as comunidades de Nhangau</i> (Nhangau, distrito da	2017- atualmente	Centro de Investigação Santo Agostinho (CISA) da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica de

<sup>175</sup> A Região Moçambicana da Companhia de Jesus estava dependente da Província Portuguesa, sendo que foi extinta em 2014, aquando do processo que criou a Província Zimbabué-Moçambique.

<sup>176</sup> Estes lares continuam a funcionar e a FGS continua a angariar fundos para a sua manutenção.

<sup>177</sup> A presença dos jesuítas na Fonte Boa iniciou-se em 1945, ano em que foi fundada a Missão da Fonte Boa (Z. Pereira 2000, 84).

Beira, província de Sofala, Moçambique)		Moçambique, GASNova, GRAAL Moçambique, Pabhodzi – Grupo de Voluntários da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Católica de Moçambique, Silveira House – <i>Jesuit Social Justice and Development Centre</i> (Zimbabué)
---	--	--

Projetos em Portugal		
Nome	Período de execução	Parceiros
<i>M=? Igualdade não é Indiferença, é Oportunidade</i> [financiado pelo IPAD apenas de 2010 a 2009]	2007-2012	ACIDI IP – Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural, Rede INDUCAR e Fundação Champagnat
<i>Campanha Global pela Educação (CGE)</i> [financiada pelo IPAD apenas de 2010 a 2012, como o nome de <i>Campanha Global pela Educação (CGE): Advocacia pelas Metas de Educação para Todos e Todas e o ODM 2 - Ensino primário universal até 2015]</i>	2006-2013	AIDGLOBAL – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global, Associação, PAR – Respostas Sociais, CNAsti – Confederação Nacional de Ação Sobre o Trabalho Infantil, Comité Português para a UNICEF, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Fundação Champagnat e Instituto Marquês de Valle Flôr.
<i>Reinventar Fronteiras – percursos de proximidade entre atores educativos de Educação para a Cidadania Global</i>	2011-2013	CIDAC
<i>Referencial de ED para os níveis de ensino Pré-escolar, Básico e Secundário</i>	2012-2014	CIDAC, Direcção-Geral de Educação e CICLE (contrato-programa)
<i>Move-te pela Mudança</i>	2012-2014	FEC – Fundação Fé e Cooperação, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e Secretariado

		Diocesano do Ensino Religioso de Lisboa
<i>Co-construindo uma Rede ECG em meio escolar</i>	2013-2015	CIDAC [herdeiro do <i>Reinventar Fronteiras</i> ]
<i>Sinergias ED: conhecer para melhor agir – promoção da investigação sobre a ação na ED em Portugal</i>	2013-2015	Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)
<i>Desafios Globais: reforçar a Educação para a Cidadania Global nas escolas para responder aos contextos da atualidade</i>	2015-2017	CIDAC [herdeiro do <i>Co-construindo</i> ]
<i>Sinergias ED: fortalecer a ligação entre investigação e ação na ED em Portugal</i>	2016-2018	Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) [herdeiro do primeiro projeto <i>Sinergias ED</i> ]
<i>Ca(u)sa Comum: educar para a Cidadania Global pela Ecologia Integral</i>	2016-2018	Associação Casa Velha – Ecologia e Espiritualidade
<i>Alternativas: experiências locais para uma transformação global</i>	2016-2018	COOLABORA – Intervenção Social, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (ESECS-IPL), FEC – Fundação Fé e Cooperação e Rede Inducar
<i>Referencial ED na formação inicial de educadores/as e professores/as</i>	2017-2018	CIDAC

### Apêndice 3: Organograma dos Órgãos Sociais e dos Departamentos da FGS

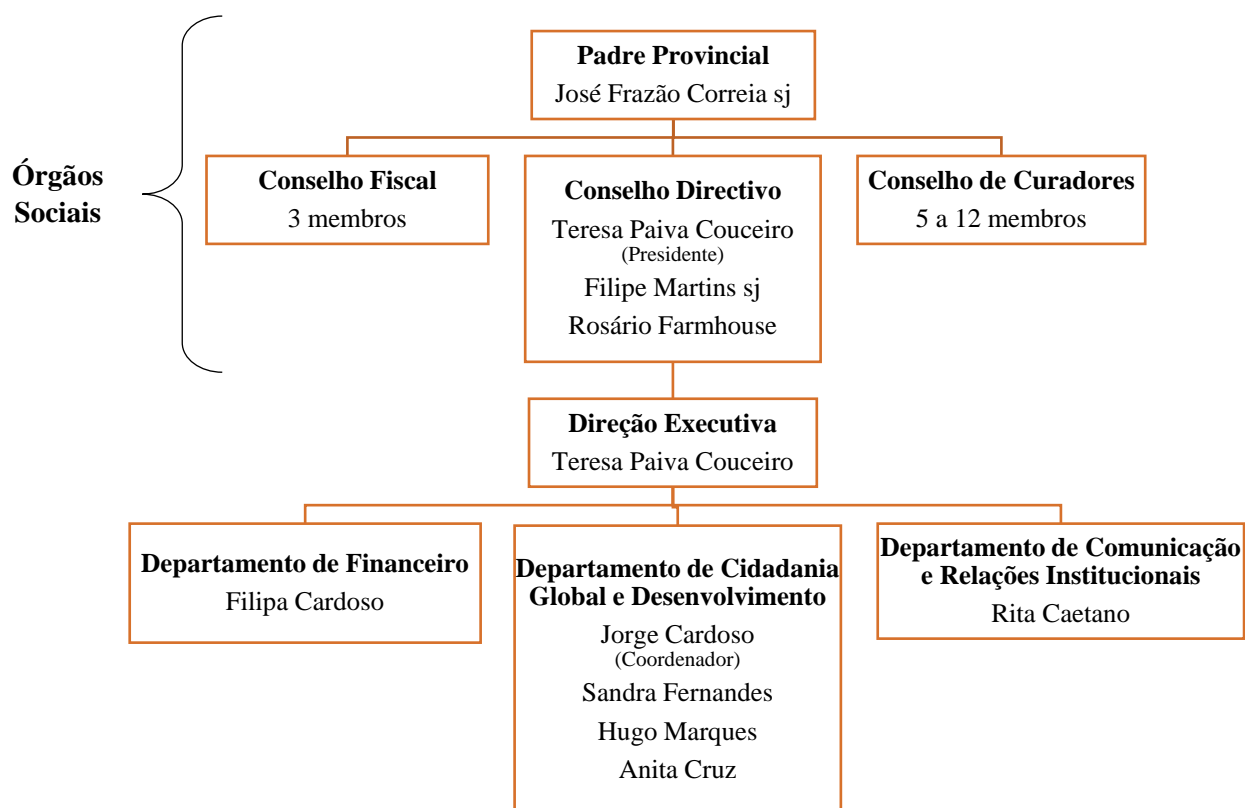


Figura7: Organograma dos órgãos sociais e dos departamentos, assim como sua composição durante o período de estágio.

#### **Apêndice 4: Ajuda Humanitária e de Emergência realizada pela FGS**

Apesar de não ser uma área central de atuação, por ser ocasional e por se basear numa conceção assistencialista que se procura ultrapassar, no âmbito da Rede Xavier a FGS participa na recolha de fundos em Portugal para situações em que seja necessária Ajuda Humanitária de Emergência, através de “ações pontuais destinadas a contribuir para minorar situações derivadas de catástrofes naturais” (FGS 2005, 4) ou humanas, entregando esses fundos à ONGD ou instituição jesuíta do país ou países afetados pela catástrofe, não intervindo diretamente mas acompanhando as situações e colaborando no âmbito das reuniões da Rede Xavier.

Neste sentido, a FGS angariou fundos de ajuda humanitária nos seguintes casos:

<b>Ano</b>	<b>Campanha</b>
2004-2005	Tsunami no sudeste asiático: recolha de fundos para apoiar projetos de reconstrução no Sri Lanka e Indonésia.
2005	Fome em consequência da seca: recolha de fundos para apoio alimentar à comunidade da Fonte Boa, Tsangano, Moçambique – campanha “Meu grito pelos que não têm pão”.
2006	Sismo no Paquistão: campanha de angariação de fundos para apoio às vítimas.
2011	Terramoto no Haiti: angariação de fundos para reconstrução de escolas e para serviços de educação de emergência.
2011	Fome e seca no Corno de África: FGS juntou-se à campanha internacional do <i>Jesuit Refugee Service</i> (JRS), angariando fundos para os refugiados no Quênia.
2013-2015	Tufão Haiyan/Yolanda nas Filipinas: recolha de fundos para apoio alimentar, água e reconstrução, em particular no município de Culion, província de Palawan.
2015	Sismo no Nepal: campanha de apoio às vítimas dos 10 distritos mais afetados.



## **Apêndice 5: Redes e parceiros da FGS**


Atualmente faz parte de diversas redes nacionais e internacionais, das quais destacamos as seguintes:

<b>Redes Nacionais</b>	
	<b>Plataforma Portuguesa das ONGD</b> Órgão que representa o sector junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros <sup>178</sup> <ul style="list-style-type: none"><li>• Grupo de ED</li><li>• Grupo de Ética</li></ul>
	<b>Comissão de Apostolado Social da Província Portuguesa da Companhia de Jesus (CAS)</b> Grupo de obras sociais dos jesuítas portugueses, constituído por um conjunto de 24 obras jurídica e/ou historicamente vinculadas à PPCJ
	<b>Rede de Educação para a Cidadania Global (Rede ECG)</b> Rede de educadores e de instituições da sociedade civil que trabalham na área da ED/ECG
	<b>Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)</b> Criada por instituições de diferentes naturezas para dar respostas à atual crise dos refugiados
	<b>Carta Portuguesa para a Diversidade</b> Iniciativa portuguesa baseada na iniciativa Carta para a Diversidade da Comissão Europeia

<sup>178</sup> A apresentação da FGS enquanto associada da Plataforma das ONGD encontra-se acessível através do seguinte link: <http://www.plataformaongd.pt/plataforma/associadas/socia.aspx?id=100>.

Redes Internacionais	
	<b>Rede Xavier</b> Rede internacional de organizações jesuítas que trabalham a área do Desenvolvimento e Ajuda Humanitária <sup>179</sup>
	<b>Rede GIAN Edujesuit</b> Rede internacional jesuíta de <i>advocacy</i> pelo direito à educação <sup>180</sup> , onde é membro do <i>core group</i>
	<b>GENE – Global Education Network Europe</b> Rede de Ministérios, Agências e organizações que trabalham a ED/ECG na Europa.

Quanto a parceiros atuais, enumeram-se os principais na lista seguinte baseada no Relatório de Atividades de 2016 (FGS 2016, 23):

Parceiros Nacionais	
	Associação Casa Velha – Ecologia e Espiritualidade Ourém

<sup>179</sup> Atualmente constituída pelas seguintes organizações: Jesuit Missions (Reino Unido), ALBOAN (Espanha), Canadian Jesuits International (Canadá), Entreculturas (Espanha), Fundação Gonçalo de Silveira (Portugal), HUBEJE (Bélgica), Jesuitenmission (Áustria), Jesuitenmission (Alemanha), Jesuiten Weltweit (Suíça), Jesuit Missions (Austrália), Jesuit Missions (Irlanda), MAGIS (Itália), Oeuvre des Missions Catholiques Française d'Asie et d'Afrique (França).

<sup>180</sup> Para além da Rede GIAN pelo Direito à Educação existem ainda a Rede GIAN pela Ecologia, pela Paz e Direitos Humanos, pelos Recursos Naturais e pelas Migrações.

	<p>Centro Social da Musgueira</p> <p>Lisboa</p>
	<p>CEAUP – Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto</p> <p>Porto</p>
	<p>CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral</p> <p>Lisboa</p>
	<p>Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P.</p> <p>Lisboa</p>
	<p>Colégio São João de Brito</p> <p>Lisboa</p>
	<p>Coolabora, CRL – Intervenção Social</p> <p>Covilhã</p>
	<p>Direção-Geral da Educação</p> <p>Lisboa</p>

	<p>Escola Superior de Educação de Lisboa Lisboa</p>
 <p>Instituto Politécnico de Viana do Castelo Escola Superior de Educação</p>	<p>Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo Viana do Castelo</p>
	<p>Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria Leiria</p>
	<p>FEC – Fundação Fé e Cooperação Lisboa</p>
	<p>Fundação Calouste Gulbenkian Lisboa</p>
	<p>GASNova – Grupo de Ação Social Lisboa</p>
	<p>Grão – Projeto de Voluntariado Internacional do CREU Porto</p>

	<p>INA – Instituto Nun' Alvres Santo Tirso</p>
	<p>OFICINA – Escola Profissional do INA Santo Tirso</p>
	<p>Província Portuguesa da Companhia de Jesus Lisboa</p>
	<p>Rede Inducar Porto</p>

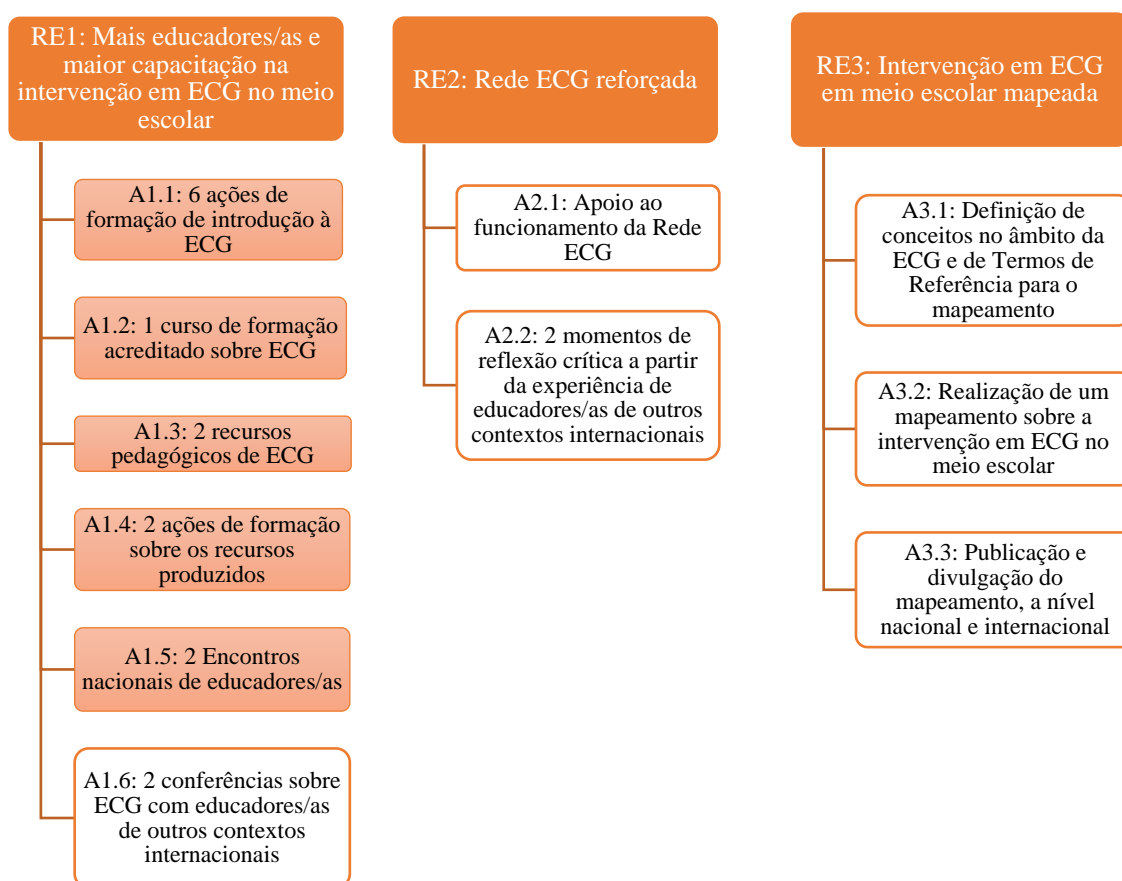
#### Parceiros Internacionais

 <p>ONG promovida por los Jesuitas</p>	<p><i>Alboan – ONG promovida por los Jesuitas</i> Espanha</p>
	<p>CISA – Centro de Investigação de Santo Agostinho da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica de Moçambique Moçambique</p>
	<p><i>Entreculturas – ONG Jesuita para la Educación y el Desarrollo</i> Espanha</p>

	<p>Graal Moçambique</p> <p>Moçambique</p>
	<p><i>Jesuit Asia Pacific Conference</i></p> <p>Filipinas</p>
	<p><i>Jesuit Mission Nuremberg</i></p> <p>Alemanha</p>
	<p>Núcleo Pabhodzi – Grupo de Voluntários da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Católica de Moçambique</p> <p>Moçambique</p>
	<p>Província Zimbabué-Moçambique da Companhia de Jesus</p> <p>Zimbabué-Moçambique</p>
 <p><i>in the wilderness i shall plant cedar trees (isaiah 41:19)</i></p>	<p><i>Silveira House – Jesuit Social Justice and Development Centre</i></p> <p>Zimbabué</p>
	<p>Associações rurais de Nhangau</p> <p>Moçambique</p>

## **Apêndice 6: Projeto Desafios Globais: Atividades**

O seguinte esquema apresenta as atividades do projeto *Desafios Globais*, estando preenchidas a cor aquelas nas quais a estagiária participou.



No seguinte quadro apresentam-se sucintamente cada uma destas, através de uma breve descrição.

Atividade	Descrição da atividade
A1.1: 6 ações de formação de introdução à ECG	Realização de 6 ações de formação para professores e educadores sem contacto prévio com a ECG, em diferentes pontos do país, com a duração de 6 horas em cada formação (3 no 1º ano do projeto e 3 no 2º ano do projeto).
A1.2: 1 curso de formação acreditado sobre ECG	Curso de aprofundamento para professores e educadores com contacto prévio com ECG, com duração de 18 horas, com acreditação no quadro da formação contínua de professores, na



	<p>área disciplinar de Educação para a Cidadania. O tema a trabalhar é escolhido a partir de uma das áreas temática do Referencial de Educação para o Desenvolvimento.</p>
A1.3: 2 recursos pedagógicos de ECG	<p>Elaboração de 2 recursos pedagógicos de ECG a partir de temas concretos da atualidade.</p>
A1.4: 2 ações de formação sobre os recursos produzidos	<p>Realização de 2 formações com base nos 2 recursos pedagógicos criados, dirigido a professores e educadores com contacto prévio com ECG.</p>
A1.5: 2 Encontros nacionais de educadores/as	<p>Realização de 2 Encontros Nacionais de ECG, um em cada ano, organizados em parceria com a Rede ECG, no seguimento dos realizados em anos anteriores.</p>
A1.6: 2 conferências sobre ECG com educadores/as de outros contextos internacionais	<p>Dinamização de duas conferências de ECG (1 por ano de projeto) com educadores estrangeiros, de modo a conhecer e aprender com as experiências de outros países. Estas conferências dirigirem-se a todos os interessados.</p>
A2.1: Apoio ao funcionamento da Rede ECG	<p>Contratação de um educador a tempo parcial para dar apoio à Rede ECG, criada no projeto anterior – <i>Co-construindo uma Rede de ECG no meio escolar</i> –, contribuindo para o seu funcionamento.</p>
A2.2: 2 momentos de reflexão crítica a partir da experiência de educadores/as de outros contextos internacionais	<p>Realização de 2 momentos de reflexão crítica (1 em cada ano do projeto) com o mesmo educador internacional convidado para a atividade A1.6, dirigido aos membros da Rede ECG, de modo a potenciar o funcionamento da Rede.</p>
A3.1: Definição de conceitos no âmbito da ECG e de Termos de Referência para o mapeamento	<p>Momentos de reflexão para a concretização do que se entende por “intervenção em ECG em meio escolar” para se proceder ao mapeamento de iniciativas desta natureza. Esta atividade inclui também a enunciação dos Termos de Referência para o trabalho de campo da atividade A3.2.</p>



A3.2: Realização de um mapeamento sobre a intervenção em ECG no meio escolar	Mapeamento de iniciativas de ECG em escolas, no território de Portugal Continental, realizado por um investigador contratado.
A3.3: Publicação e divulgação do mapeamento, a nível nacional e internacional	Publicação e divulgação dos resultados do mapeamento realizado, em diversas redes em Portugal. Tradução para inglês do estudo para divulgação internacional.

**Apêndice 7: Projeto *Desafios Globais*: Imagens do recurso pedagógico “Trabalho Hoje e no Futuro” (A1.3)**

## TRABALHO HOJE E NO FUTURO

Falamos abundantemente de emprego, de desemprego, de trabalho. Do trabalho que há ou não há, das condições do trabalho, do direito ao trabalho, da procura de trabalho. Diz-nos respeito. Isto é hoje. E como será no futuro?

Da imensidão de aspetos que esta problemática comporta, escolhemos dois:

### TRABALHO E MIGRAÇÕES AUTOMATIZAÇÃO DO TRABALHO

Fundamentais hoje, determinantes no futuro.

Figura 9: Página de entrada no recurso pedagógico “Trabalho hoje e no futuro”, onde se apresenta o mesmo, incluindo os dois subtemas.

### Trabalho e migrações

## Teremos todos e todas os mesmos direitos?

Conhecer, debater, compreender e agir relativamente às problemáticas ligadas ao trabalho e migrações

Figura 10: Apresentação do subtema “Trabalho e migrações”, desenvolvido pela FGS.

**1ª etapa DESVENDAR**

**Objetivo:** Conhecer os contextos de migrações e migrantes e refletir sobre o que os e as motiva a procurar outros países para viver e trabalhar.

**Dimensões a trabalhar:** Justiça social, direito ao trabalho e à mobilidade, equidade, paz e empatia.

**Instruções** Ler informação específica sobre o módulo “**Trabalho e Migrações**” no Guia Pedagógico e descarregar **aqui** os materiais de preparação para as várias sessões que compõem o módulo.

<b>Apresentação da etapa DESVENDAR</b>
<b>Introdução à atividade</b>
<b>Atividade</b>
<b>Reflexão coletiva</b>
<b>Sistematização</b>

Descarregar esta etapa, em formato PDF 

Figura 11: Exemplo de uma etapa do subtema “Trabalho e migrações”: 1ª etapa “Desvendar”.

**Apêndice 8: Projeto *Desafios Globais*: Fotografias da ação de formação do recurso pedagógico “Trabalho Hoje e no Futuro” (A1.4)**

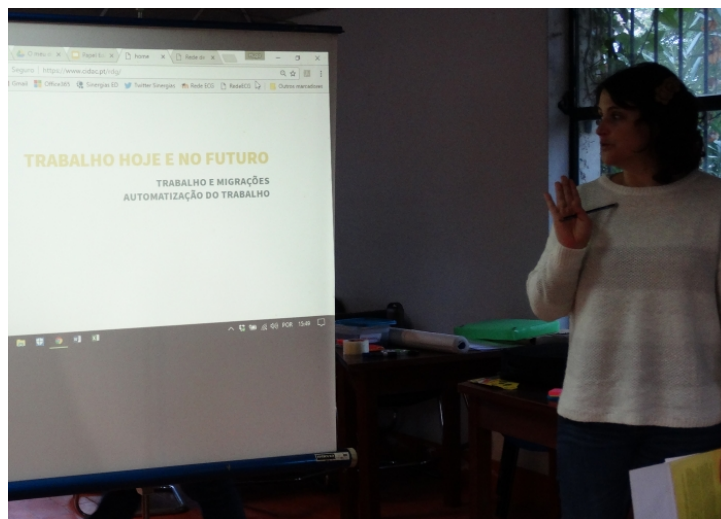


Figura 12: Apresentação geral do recurso pedagógico por Dénia Claudino, durante a ação de formação.


**Apêndice 9: Projeto Desafios Globais: Cartaz do XII Encontro Nacional de ECG e algumas fotografias (A1.5)**

**XII** ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL

**CONTRADIÇÕES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

REFLEXÕES E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL

8 de julho 2017 | Escola Superior de Educação de Lisboa



**Objetivos:**

- . Aprofundar as dimensões da ECG
- . Criar sinergias para o desenvolvimento de práticas de ECG nas escolas
- . Divulgar a Rede de Educação para a Cidadania Global

Inscrições [aqui](#) até dia 3 de julho

Contributo solidário de 10.00€ (inclui almoço).  
A organização assegura eventuais despesas de deslocação dos/as participantes fora da área da Grande Lisboa.

**Como chegar?**  
Escola Superior de Educação de Lisboa  
Campus de Benfica do IPL (saída de metro Colégio Militar/Luz)  
Coordenadas GPS N 38° 44.973 W 009° 11.598

[VER O PROGRAMA](#)

Uma organização da

**REDE EDUCAÇÃO CIDADANIA GLOBAL**

[Saiba mais sobre nós aqui](#)

Cofinanciamento: **comissões de cooperação para a cidadania PORTUGAL** Apoio: **REDE ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LISBOA**

Figura 15: Cartaz de divulgação do XII Encontro Nacional de Educação para a Cidadania Global.



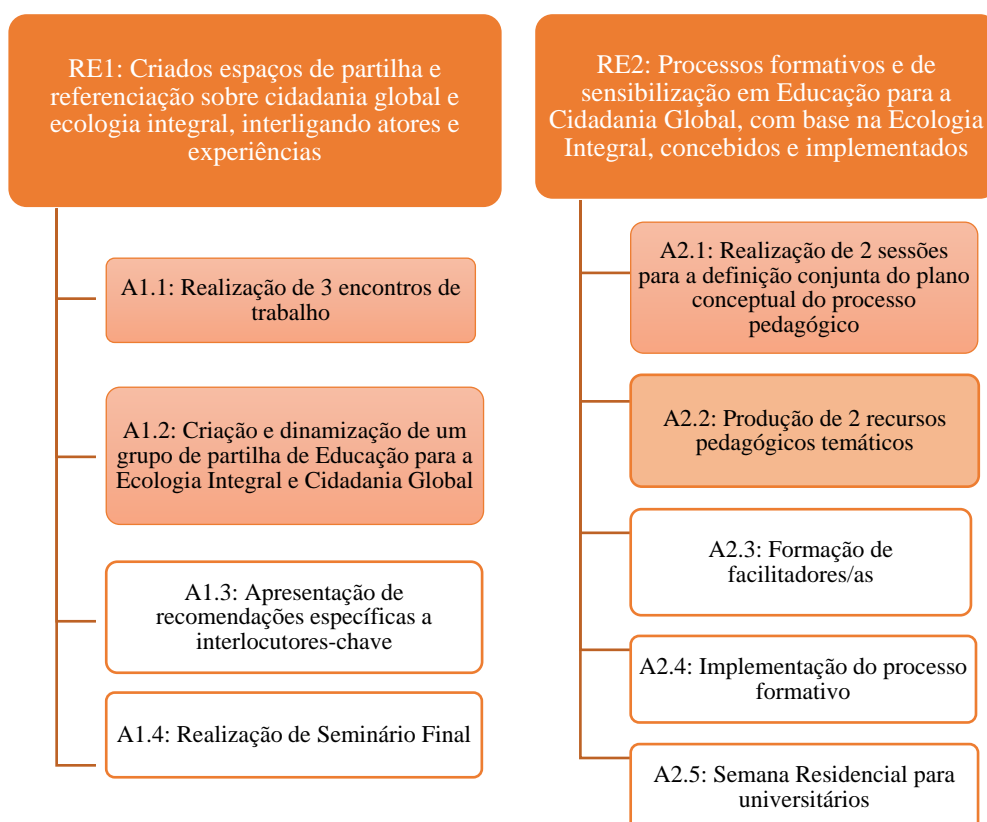
Figura 14: Fotografia de grupo do XII Encontro Nacional de Educação para a Cidadania Global.

## Apêndice 10: Projeto *Ca(u)sa Comum*: Atividades



Figura 15: Logótipo do projeto *Ca(u)sa Comum*, da autoria da *designer* Maria Azevedo Coutinho.

O esquema abaixo enumera as atividades do projeto *Ca(u)sa Comum*, estando preenchidas a cor aquelas em que a estagiária participou.



Apresentam-se brevemente cada uma das atividades através do seguinte quadro.

Atividade	Descrição
A1.1: Realização de 3 encontros de trabalho	Realização de 3 encontros entre OSC da área da ED/ECG e OSC da área da ecologia, com o objetivo de refletir conjuntamente sobre a relação entre os problemas ambientais atuais e as situações de pobreza e injustiça social a nível global. Será a partir dos contactos e reflexões resultantes destes encontros que será elaborado o documento de recomendações previsto em A1.3. A mobilização das OSC da área da ED/ECG é da responsabilidade da FGS e as OSC da área da ecologia da responsabilidade da CV.
A1.2: Criação e dinamização de um grupo de partilha de Educação para a Ecologia Integral e Cidadania Global	Após o primeiro encontro de A1.1 será criada uma plataforma digital de partilha de materiais sobre EI e ECG do qual farão parte as OSC já referidas e também outras instituições nacionais e internacionais com interesse nas temáticas.
A1.3: Apresentação de recomendações específicas a interlocutores-chave	Pretende-se que o documento com recomendações elaborado a partir dos encontros seja apresentado a atores da área do Desenvolvimento, do Ambiente e da Educação, com propostas políticas e pedagógicas concretas.
A1.4: Realização de Seminário Final	No término do projeto, apresentar-se-ão os resultados dos dois eixos (eixo do diálogo entre OSC e eixo pedagógico com os professores) num Seminário Final implementado por todos os envolvidos no processo.
A2.1: Realização de 2 sessões para a definição conjunta do plano conceptual do processo pedagógico	Realização de 2 encontros (cada um com a duração de um dia) entre o perito externo e a equipa de professores dos dois agrupamentos escolares envolvidos para preparar o processo de produção dos recursos pedagógicos. Estas sessões são complementadas com reuniões com os professores realizadas nas respetivas escolas.

A2.2: Produção de 2 recursos pedagógicos temáticos	Criação de 2 recursos pedagógicos pela equipa de professores dos dois agrupamentos em conjunto com o especialista em Ecoliteracia, que serão testados em grupos informais numa sessão organizada pela CV na sua sede. Posteriormente, será realizado o trabalho gráfico, da responsabilidade do <i>designer</i> da linha gráfica do projeto.
A2.3: Formação de facilitadores/as	Para que haja apropriação e reprodução do conhecimento criado, de forma a garantir a sustentabilidade do projeto para lá do seu término, prevê-se a formação de facilitadores/as que funcionem como multiplicadores/as. Para tal serão realizadas 2 sessões de 6h de formação de educadores/as formais e informais, mobilizados nas redes das instituições promotoras, com o apoio do perito externo em Ecoliteracia.
A2.4: Implementação do processo formativo	No segundo ano do projeto será implementado o processo formativo nos 2 agrupamentos associados, de modo a testar não só os recursos, mas também o processo pedagógico e de sensibilização. A FGS trabalhará diretamente com o agrupamento lisboeta e a CV com o de Ourém. As aprendizagens e afinações expectáveis num trabalho desta natureza serão documentadas em filme por um técnico da área.
A2.5: Semana Residencial para universitários	Formação de universitários, em formato de semana residencial de 5 dias, para 15 universitários provenientes de Escolas Superiores de Educação e do Instituto Superior de Agronomia. Para a captação de interessados serão realizadas previamente duas tertúlias nos mesmos locais. A execução da A2.5. é da responsabilidade da FGS e da CV.



**Apêndice 11: Projeto *Ca(u)sa Comum*: Fotografias do I e II Encontro Cidadania Global e Ecologia Integral (A1.1.)**



Figura 16: I Encontro Cidadania Global e Ecologia Integral (10 de novembro de 2016, CUPAV)



Figura 17: II Encontro Cidadania Global e Ecologia Integral (16 de março de 2017, CUPAV)



## **Apêndice 12: Projeto *Ca(u)sa Comum*: Grupo de partilha “Cidadania Global e Ecologia Integral” (A1.2)**

Olá a tod@s,

Obrigada a quem já aderiu ao *google group* "Cidadania Global e Ecologia Integral"!

Esperamos que este venha a ser uma espaço não só de partilha relacionada com o projeto "Uma *Ca(u)sa Comum*", mas também de outras iniciativas, recursos, pensamentos, inquietações, etc., que liguem Cidadania Global e Ecologia. Considerem este espaço também como vosso!

Para dar o pontapé de saída, a pedido da ASPEA encaminhamos abaixo informação sobre as XXII Jornadas Pedagógicas de educação Ambiental (24-26 de março de 2017, Guimarães).

Abraço e bom fim de semana!

A equipa do projeto,

Anita, Estela, Jorge, Margarida e Maria

Figura 18: Exemplo de um *post* do *Google Groups*: primeiro *post* do grupo de partilha Cidadania Global e Ecologia Integral.

**Apêndice 13: Projeto *Ca(u)sa Comum*: Fotografias do I e II Encontro *Ca(u)sa Comum* com professores e educadores (A2.1)**



Figura 19: I Encontro *Ca(u)sa Comum* com professores e educadores (19 de novembro de 2016, Quinta da Casa Velha – Vale Travesso, Ourém)



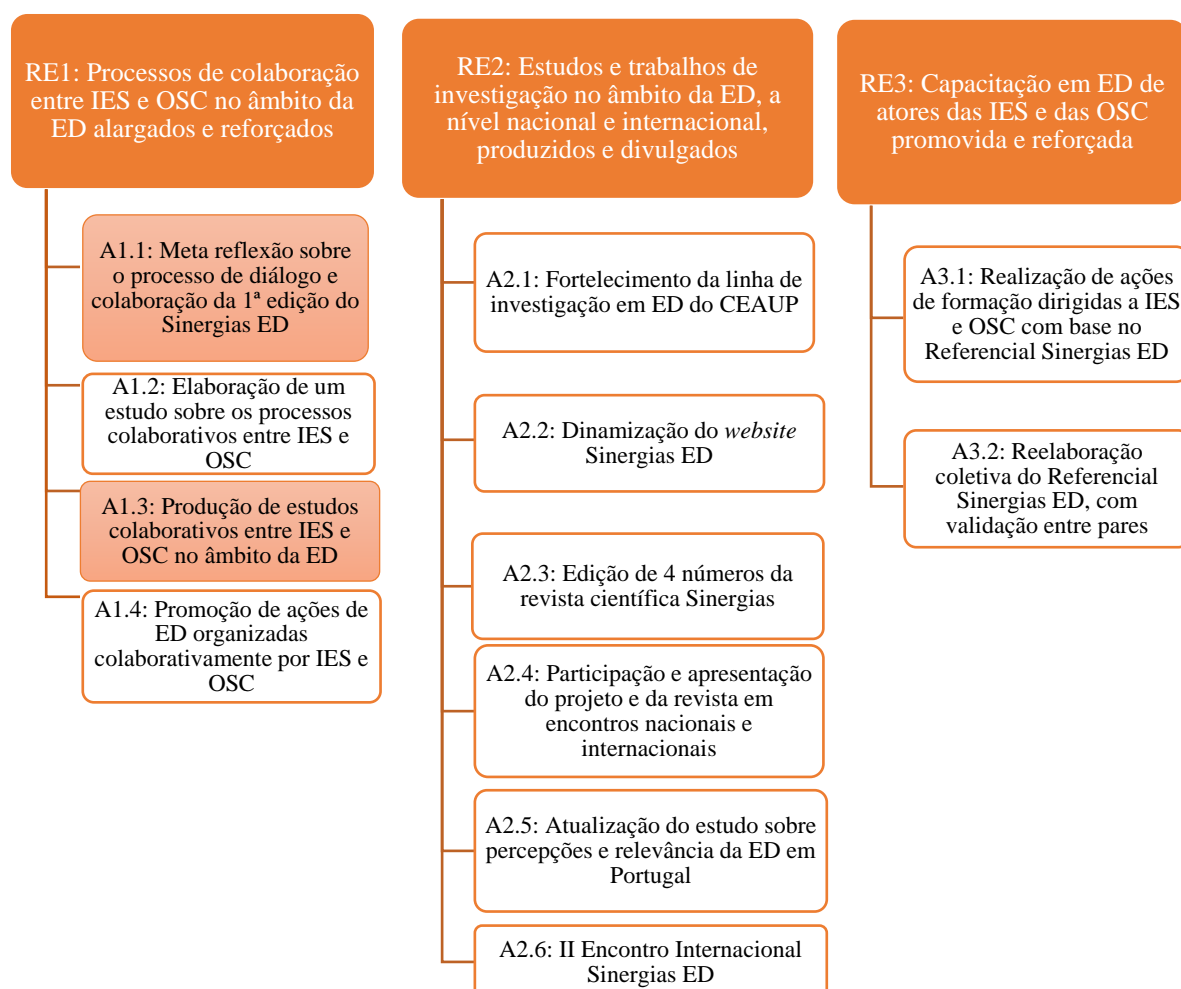
Figura 20: II Encontro *Ca(u)sa Comum* com professores e educadores (11 de fevereiro de 2017, Quinta da Casa Velha – Vale Travesso, Ourém)

## Apêndice 14: Projeto Sinergias ED: Atividades



Figura 21: Logótipo do projeto *Sinergias ED*, da autoria da empresa Megaclick.

No esquema abaixo pode-se conhecer as várias atividades do projeto, sendo que estão destacadas com sombreado aquelas em que a estagiária participou.



O quadro seguinte procura descrever sucintamente cada uma das 12 atividades, assim como a responsabilidade da sua promoção dentro da parceria constituída pelas três instituições promotoras do projeto *Sinergias ED*.

Atividade	Descrição da atividade
A1.1: Meta reflexão sobre o processo de diálogo e colaboração da 1ª edição do Sinergias ED	Realização de uma reflexão sobre o processo colaborativo da 1ª edição do projeto Sinergias ED, através de encontros presenciais cuja organização foi da responsabilidade principal do CIDAC, com a presença de elementos das 11 IES e das 11 OSC que participaram, utilizando a metodologia da sistematização de experiências.
A1.2: Elaboração de um estudo sobre os processos colaborativos entre IES e OSC	Elaboração de um estudo sobre as forças e fraquezas do trabalho colaborativo em ED, com base na documentação e conclusões recolhidas na sistematização de experiências da atividade A1.1, a ser realizado por um investigador da linha de investigação em Educação, Desenvolvimento e Cidadania Global do CEAUP.
A1.3: Produção de estudos colaborativos entre IES e OSC no âmbito da ED	Atividade central no projeto, visando a continuação da produção de estudos que liguem a prática e a investigação em ED/ECG, através de grupos de trabalho que envolvam pelo menos uma IES e uma OSC. Na segunda edição do projeto, foram mantidos alguns dos grupos da primeira edição e abriu-se o processo a novos grupos, através da realização de 4 encontros de IES e OSC, da responsabilidade da FGS.
A1.4: Promoção de ações de ED organizadas colaborativamente por IES e OSC	Tendo em conta que a segunda edição do projeto alarga o trabalho colaborativo entre IES e OSC a ações de ED/ECG (não se esgotando nos estudos), serão promovidas ações como coorganização de encontros ou formações, co-dinamização de redes, entre outras, incentivadas pela FGS.

A2.1: Fortalecimento da linha de investigação em ED do CEAUP	Aumento do número de investigadores no subgrupo de ED da linha de investigação em Educação, Desenvolvimento e Cidadania Global do CEAUP, de modo a consolidar a ED como campo científico de investigação.
A2.2: Dinamização do <i>website</i> Sinergias ED	Manutenção e dinamização do <i>website</i> Sinergias ED através da criação regular de conteúdo, com a publicação de estudos, notícias, bibliografia e artigos. Esta atividade é da responsabilidade do CEAUP, com apoio da FGS.
A2.3: Edição de 4 números da revista científica <i>Sinergias</i>	Fortalecimento da revista <i>Sinergias – Diálogos educativos para a transformação social</i> , criada na primeira edição do projeto, através da edição de mais 4 números, da sua indexação em plataformas de revistas científicas e do seu alargamento a mais línguas de trabalho. É uma atividade da responsabilidade do CEAUP, com apoio da FGS e do CIDAC.
A2.4: Participação e apresentação do projeto e da revista em encontros nacionais e internacionais	Estabelecimento de contactos com vista à divulgação do projeto e da revista, nomeadamente através da sua apresentação em 14 encontros nacionais e internacionais, por parte de elementos do CEAUP.
A2.5: Atualização do estudo sobre perceções e relevância da ED em Portugal	Contratação de um investigador da linha de Educação, Desenvolvimento e Cidadania Global do CEAUP para a atualização do estudo realizado na primeira edição.
A2.6: II Encontro Internacional Sinergias ED	Realização de um encontro internacional de 2 dias, aberto ao público, no final do projeto, à semelhança da primeira edição, contando com a presença de investigadores e atores relevantes na área. Será organizado pelo CEAUP e FGS e terá o apoio do CIDAC.
A3.1: Realização de ações de formação dirigidas a IES e OSC	Realização de 2 ações de formação por ano de capacitação em ED, dirigidas a IES e OSC. A responsabilidade de execução desta atividade é da FGS, com o apoio do CIDAC.

com base no Referencial Sinergias ED	
A3.2: Reelaboração conjunta do Referencial Sinergias ED, com validação entre pares	Reformulação do Referencial Sinergias ED criado na primeira edição do projeto, promovida pela FGS e apoiada pelo CIDAC, no final do segundo ano.



**Apêndice 15: Projeto *Sinergias ED*: Fotografias do I Encontro entre IES e OSC (A1.3)**



Figura 22: Fotografia de grupo do I Encontro entre IES e OSC.



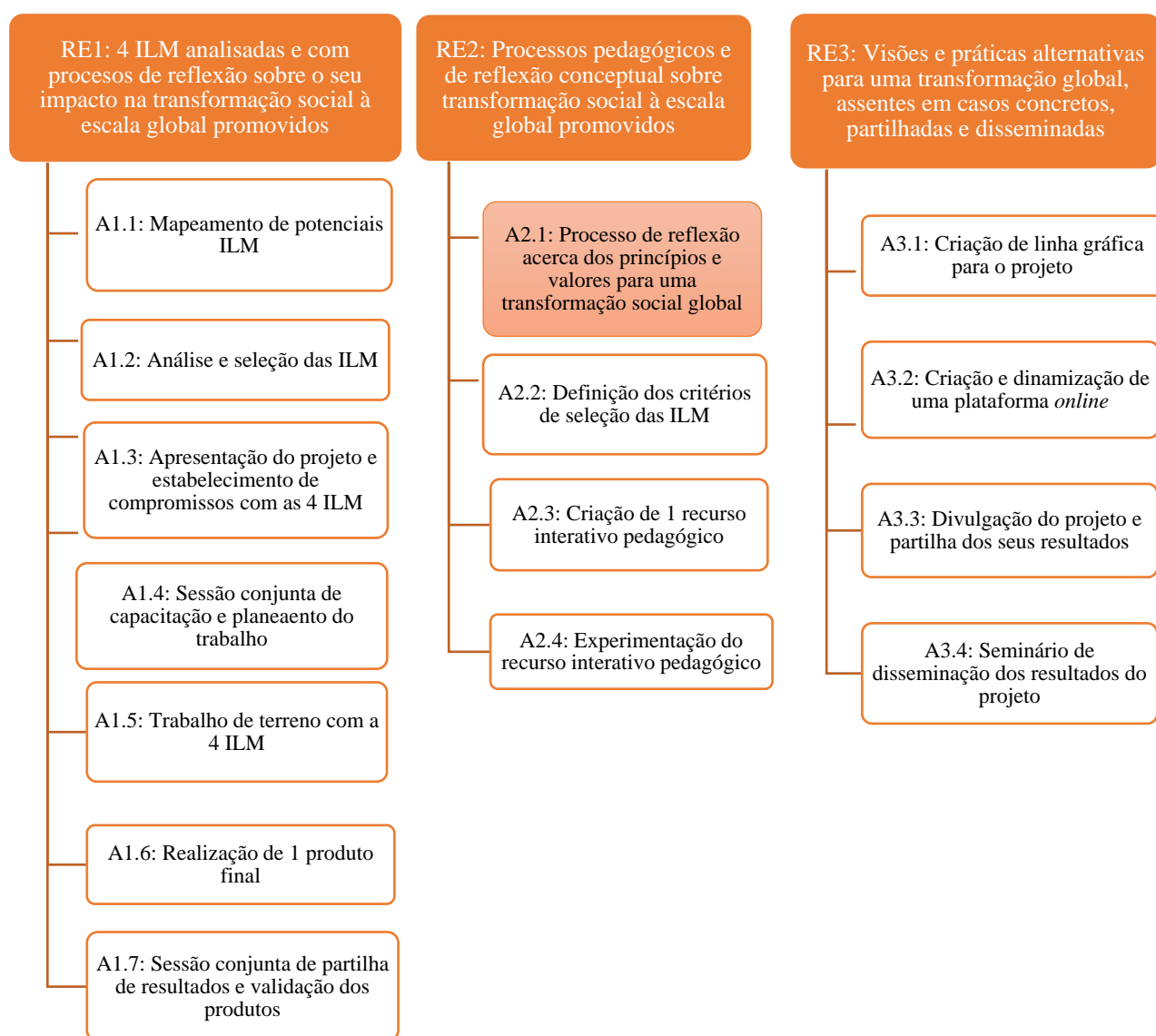
Figura 23 Momentos de trabalho durante o I Encontro entre IES e OSC.

## Apêndice 16: Projeto *Alternativas*: Atividades



Figura 24: Logótipo do projeto *Alternativas*, da autoria do *designer* Diogo Oliveira.

O esquema seguinte apresenta as 15 atividades do projeto *Alternativas*.





A descrição sumária de cada atividade encontra-se no quadro abaixo.

Atividade	Descrição da atividade
A1.1: Mapeamento de potenciais ILM	Identificação e mapeamento a nível nacional de potenciais ILM, após reflexão obtida na atividade A2.1, realizado pela equipa do projeto.
A1.2: Análise e seleção das ILM	Análise das ILM identificadas e mapeadas em A1.1, de modo a serem selecionadas 4 para o trabalho a desenvolver, após definição dos critérios de A2.2. Esta atividade também é da responsabilidade de toda a equipa do projeto, sendo que as ILM selecionadas serão as que melhor corresponderem aos critérios.
A1.3: Apresentação do projeto e estabelecimento de compromissos com 4 ILM	Aproximação às ILM selecionadas para se estabelecer um compromisso para o trabalho colaborativo, realizado pela parceira que se localizar geograficamente mais próxima da ILM.
A1.4: Sessão conjunta de capacitação e planeamento do trabalho	Sessão residencial de dois dias para dar início aos trabalhos, através de capacitação e planeamento conjunto do trabalho, da responsabilidade da Rede Inducar.
A1.5: Trabalho de terreno com a 4 ILM	Levantamento de informação e documentação e autorreflexão das ILM com o propósito de criar 2 produtos intermédios por ILM: 1 <i>teaching note</i> (estudo de caso com ênfase nas aprendizagens que podem ser replicadas) e 1 <i>storyboard</i> (formato de apresentação da ILM). Esta atividade será da responsabilidade da FGS, CooLabora e Rede Inducar.
A1.6: Realização de 1 produto final	Criação de um documento síntese dos produtos intermédios completado por uma reflexão crítica, produzido por todos os membros da equipa, a ser disponibilizado <i>online</i> .
A1.7: Sessão conjunta de partilha de resultados e validação dos produtos	Sessão residencial de dois dias para reunião de todos os envolvidos, promoção de partilha de conhecimentos e aprendizagens e reflexão sobre as ligações entre a mudança

	gerada a nível local pelas ILM com a transformação social global, dinamizada pela Rede Inducar.
A2.1: Processo de reflexão acerca dos princípios e valores para uma transformação social global	Processo de reflexão sobre os princípios e valores da transformação social global, realizado continuamente ao longo do projeto. A sua fase inicial é especialmente importante para a criação do quadro conceptual de base para a definição dos critérios das ILM, referente à atividade A2.2.
A2.2: Definição dos critérios de seleção das ILM	Esta atividade parte da reflexão inicial da A2.1 e visa definir os critérios de definição e validação das ILM para possibilitar a sua seleção.
A2.3: Criação de 1 recurso interativo pedagógico	Criação de 1 recurso pedagógico, por toda a equipa do projeto, a partir das experiências de mudança identificadas nas ILM, com objetivo de desenvolver 4 tipos de competências para a transformação social: “saber”, “saber fazer”, “saber estar” e “saber ser”.
A2.4: Experimentação do recurso interativo pedagógico	Realização de 2 sessões (de 12h cada) de experimentação do recurso produzido em A2.3, de modo a testar o recurso, obter contributos para a sua melhoria e envolver um conjunto de potenciais multiplicadores. Esta atividade é da responsabilidade da Rede Inducar.
A3.1: Criação de linha gráfica para o projeto	Contratação de um designer gráfico para a criação de uma linha gráfica que facilite a divulgação e disseminação do projeto.
A3.2: Criação e dinamização de uma plataforma <i>online</i>	Criação de uma plataforma <i>online</i> que sirva de base para a divulgação do projeto e sirva de repositório os produtos criados, nomeadamente o recurso pedagógico da atividade A2.3, da responsabilidade principal da ESECS-IPL.
A3.3: Divulgação do projeto e partilha dos seus resultados	Divulgação do projeto e dos seus resultados através dos meios de comunicação das instituições envolvidas, de redes e grupos nacionais de relevância na área e através dos meios de comunicação social. Esta atividade envolve a participação de toda a equipa.

<p>A3.4: Seminário de disseminação dos resultados do projeto</p>	<p>Seminário com duração de um dia de trabalho onde serão apresentados os principais resultados do projeto e apresentadas iniciativas nacionais e internacionais semelhantes, com o objetivo de chegar aos beneficiários indiretos, nomeadamente a ONGD e outras OSC, redes e movimentos sociais, entidades públicas e IES.</p>
--	---

## **Apêndice 17: Projeto *Alternativas*: Imagem da página digital dos *Scholar-Activist Project Awards***



Figura 24: Imagem do *site* do prémio internacional ao qual o projeto *Alternativas* concorreu. Disponível em: <https://antipodefoundation.org/scholar-activist-project-awards/>.

## Apêndice 18: Cronograma

	Jul. 2016	Ago. 2016	Set. 2016	Out. 2016	Nov. 2016	Dez. 2016	Jan. 2017	Fev. 2017	Mar. 2017
<b>Institucional (FCSH-UNL e FGS)</b> <i>[incluindo contactos anteriores ao estágio]</i>	- Pesquisa de informação sobre potenciais locais de estágio; - Escolha da FGS.	- Primeiro contacto; - Pedido de estágio; - Marcação da primeira reunião.	- Reunião com TPC e JC; - Aprovação do “Plano de Atividades a Desenvolver no Estágio” pela FCSH e pela FGS; - Assinatura do Protocolo de Estágio.	- Início do estágio (3/10); - RQ N°1 (14/10); - RQ N°2 (28/10).	- Tutoria N°1 com prof. José Lúcio (02/11); - RQ N°3 (11/11); - Tutoria N°2 com prof. José Lúcio (16/11); - Tutoria N°1 com prof. Pedro Aires de Oliveira (16/11); - RQ N°4 (25/11); - Tutoria N°3 com prof. José Lúcio (29/11); - Visita do Professor Doutor José Lúcio: reunião com Teresa Paiva Couceiro e Hugo Marques (29/11).	- RQ N°5 (09/12); - Tutoria N°4 com prof. José Lúcio (13/12); - RQ N°6 (23/12).	- Tutoria N°5 com prof. José Lúcio (03/01); - RQ N°7 (05/01); - Tutoria N°6 com prof. José Lúcio (12/01); - RQ N°8 (20/01); - Tutoria N°7 com prof. José Lúcio (26/01); - Tutoria N°8 com prof. José Lúcio (31/01); - Avaliação de Seminário de Acompanhamento do Estágio (31/01).	- RQ N°9 (03/02); - Tutoria N°9 com prof. José Lúcio (17/02); - RQ N°10 (17/02);	- RQ N°11 (03/03); - Tutoria N°10 com prof. José Lúcio (15/03); - RQ N°12 (17/03); - RQ N°13 (31/03); - Fim do estágio (31/03).
<b>Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento (DCG&amp;D)</b>									
<b>I – Projetos</b>									
<i>Ca(u)sa Comum</i>				- Integração no projeto; - Participação nas reuniões.	- Trabalho no projeto; - Participação nas reuniões; - I Encontro Cidadania Global e Ecologia Integral (10/11); - I Encontro Ca(u)sa Comum	- Trabalho no projeto; - Participação nas reuniões; - Preparação da candidatura à linha de financiamento de ED do CICL.	- Trabalho no projeto; - Participação nas reuniões; - Apoio na candidatura à linha de financiamento de ED do CICL.	- Trabalho no projeto; - Participação nas reuniões; - II Encontro Ca(u)sa Comum (profs.) (11/02).	- Trabalho no projeto; - Participação nas reuniões; - Avaliação intermédia do projeto (06/03); - II Encontro Cidadania Global e Ecologia Integral (16/03).

					(profs.) (19/11);				
<i>Desafios Globais</i>				- Integração no projeto; - Participação nas reuniões.	- Trabalho no projeto; - Participação nas reuniões.	- Trabalho no projeto; - Participação nas reuniões.	- Trabalho no projeto; - Participação nas reuniões; - Ação de formação sobre o recurso pedagógico “Trabalho hoje e no futuro” (13 e 14/01); - Avaliação intermédia do projeto (11/01); - Apoio na candidatura à linha de financiamento de ED do CICL.	- Trabalho no projeto; - Participação nas reuniões; - Visita ao arquivo do Jornal Público (17/02).	- Trabalho no projeto; - Participação nas reuniões.
<i>Alternativas</i>				- Apoio pontual.					- Apoio na redação de uma candidatura a um prémio.
<i>Sinergias ED</i>				- Apoio pontual.	- II Encontro de Sistematização de Experiências da 1ª edição do Sinergias ED (7/11) - III Encontro de Sistematização de Experiências da 1ª edição do Sinergias ED (28/11) - Apoio pontual.	- Participação na cerimónia de entrega do prémio “Investigação para o Desenvolvimento”, na Fundação Calouste Gulbenkian (21/12). - Apoio pontual.	- Apoio pontual.	- I Encontro Sinergias ED: IES e OSC; - Apoio pontual.	- Apoio pontual-
<b>2 – Atividades</b>									

M=?				- Preparação de um recurso pedagógico “Quiz da FGS”.	- Preparação de um recurso pedagógico “Quiz da FGS”.	- Conclusão do recurso pedagógico “Quiz da FGS”.			
Parceria com ESELx							- Visitas à Escola Superior de Educação de Lisboa (3/01 e 10/01).		
<b>Departamento de Comunicação e Relações Institucionais (DCRI)</b>									
Geral					- Apoio pontual.	- Contactos com Diocese de Coimbra para divulgação de materiais.	- Apoio pontual.		
Crowdfunding						- Apoio na preparação da campanha no PPL.	- Pesquisa de plataformas de crowdfunding.		
Campanha Bailado Solidário CNB								- Apoio à campanha. - Visita aos estúdios do programa Ecclesia (RTP) (15/02)	- Apoio à campanha; - Trabalho no espectáculo.
<b>Direção Executiva</b>									
Geral					- Leitura do Plano Apostólico da Província; - Leitura do Código de Conduta da Plataforma das ONGD; - Apoio pontual.	- Sessão de Trabalho do Código de Conduta da Plataforma das ONGD (Grupo de Ética da Plataforma) (19/12); - Assembleia Geral da Plataforma das ONGD (19/12).	- Escrita da primeira versão de uma parte do Relatório de Atividades de 2016; - Pesquisa sobre metodologias de avaliação de impacto; - Pesquisa de possibilidades de financiamento.	- Pesquisa sobre metodologias de avaliação de impacto; - Pesquisa de possibilidades de financiamento.	- Pesquisa sobre metodologias de avaliação de impacto; - Pesquisa de possibilidades de financiamento.
<b>Centro de Documentação (CD-FGS)</b>									
Geral					- Organização de categorias.	- Início da catalogação.	- Continuação da catalogação.	- Continuação da catalogação.	- Finalização da catalogação.
<b>Atividades externas</b>									

<i>Participação em Seminários / Workshops / Conferências</i>					- Participação em 2 Seminários; - Participação num Workshop.				
<i>Outras atividades</i>								- Exercícios Espirituais em Coimbra (22 a 25/02)	
<b>Relatório Final de Estágio</b>				- Leituras exploratórias; - Início da lista de referências bibliográficas; - Estudo geral dos dossiers dos projetos.	- Continuação da lista de referências bibliográficas; - Início da redação de fichas de leitura.	- Continuação da lista de referências bibliográficas; - Continuação da redação de fichas de leitura.	- Continuação da lista de referências bibliográficas; - Continuação da redação de fichas de leitura.	- Continuação da lista de referências bibliográficas; - Continuação da redação de fichas de leitura.	- Continuação da lista de referências bibliográficas; - Continuação da redação de fichas de leitura.



## **Apêndice 19: Exemplo de um Relatório Quinzenal**

### ***Relatório Quinzenal Nº8***

As duas semanas a que correspondem este Relatório Quinzenal foram de forte trabalho especialmente causado pelo projeto *Desafios Globais*. Ademais, durante este período também estiveram a decorrer as candidaturas dos projetos da FGS à linha de financiamento a projetos de Educação para o Desenvolvimento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

As seguintes tabelas apresentam de forma esquemática as semanas em balanço.

#### ***Semana de 9 a 13 de janeiro de 2017***

<b><i>Sumário</i></b>	Continuação do trabalho nos projetos <i>Ca(u)sa Comum</i> e <i>Desafios Globais</i> ; Continuação da participação nas reuniões com instituições parceiras dos projetos; Apoio geral ao Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento; Continuação do apoio ao Centro de Documentação da FGS; Visita à Escola Superior de Educação de Lisboa.
<b><i>Descrição</i></b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Reunião com instituição parceira do projeto <i>Desafios Globais</i>, com Anita Cruz, Hugo Marques, Dénia Claudino e Luísa Teotónio Pereira (representantes do CIDAC): ponto de situação da ação de formação para professores e educadores;</li><li>- Continuação do trabalho no projeto <i>Desafios Globais</i>: continuação da preparação da ação de formação para professores e educadores, nomeadamente através da elaboração do documento de avaliação da formação e de certificados de participação e da preparação de materiais;</li><li>- Visita à Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx), com Anita Cruz: participação na aula de avaliação da unidade curricular;</li><li>- Realização da avaliação intermédia do projeto <i>Desafios Globais</i>, no dia 11 de Janeiro, no CUPAV, com a presença de Anita Cruz, Hugo Marques, Jorge Cardoso, Dénia Claudino, Luísa Teotónio Pereira e Stéphane Christophe Laurent (representantes do CIDAC) e Mário Almeida (técnico de apoio à Rede ECG): reflexão sobre o estado atual do projeto no final do seu primeiro ano de execução, balanço acerca das atividades realizadas e não realizadas, reflexão sobre o trabalho colaborativo entre as duas instituições promotoras e sobre a continuidade do trabalho nesta temática;</li><li>- Organização e participação na Ação de Formação: recurso pedagógico “Trabalho hoje e no futuro” (13 e 14 de janeiro): receção aos convidados, apoio logístico geral e participação nas dinâmicas do encontro;</li><li>- Pesquisa regular de financiamento e cofinanciamento para projetos;</li><li>- Pesquisa de bibliografia e continuação da organização de uma pasta com os artigos guardados;</li><li>- Continuação das leituras sobre metodologias de avaliação de impacto social;</li><li>- Continuação do apoio ao Centro de Documentação da FGS: continuação da semana anterior;</li><li>- Continuação da leitura detalhada e da ficha de leitura da Encíclica <i>Laudato Si’</i> do Papa Francisco;</li><li>- Gestão regular de <i>e-mail</i> e calendário;</li><li>- Continuação da criação da listagem de referências bibliográficas para a escrita do Relatório de Estágio.</li></ul>
<b><i>Observações</i></b>	Nada a assinalar.

<b>Aprendizagens e competências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuação do aprofundamento do conhecimento sobre os projetos <i>Desafios Globais</i> e <i>Ca(u)sa Comum</i>, através da participação nas reuniões com parceiros e do trabalho efetuado no âmbito desses projetos;</li> <li>- Em termos teóricos: continuação das semanas anteriores.</li> </ul>
<b>Atividades externas</b>	Nada a assinalar.
<b>Acompanhamento da faculdade</b>	Contactos por <i>e-mail</i> com o Professor José Lúcio. Realização da Tutoria N°6 com o Professor José Lúcio (12 de janeiro).

### ***Semana de 16 a 20 de janeiro de 2017***

<b>Sumário</b>	Continuação do trabalho nos projetos <i>Ca(u)sa Comum</i> e <i>Desafios Globais</i> ; Continuação da participação nas reuniões com instituições parceiras dos projetos; Apoio geral ao Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento; Continuação da colaboração com o Departamento de Comunicação e Relações Institucionais e com a Direção; Participação na Reunião do Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento; Continuação do apoio ao Centro de Documentação da FGS.
<b>Descrição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião com instituição parceira do projeto <i>Ca(u)sa Comum</i>, com Anita Cruz, Jorge Cardoso e Estela Cameirão (representante da Casa Velha): calendarização da avaliação intermédia e da primeira reunião com a <i>designer</i> do projeto, início da preparação do II Encontro <i>Ca(u)sa Comum</i>, com professores e educadores, ponto de situação da candidatura ao CICL, das candidaturas a cofinanciamentos;</li> <li>- Continuação do trabalho no projeto <i>Desafios Globais</i>: apoio à elaboração da ficha-síntese da candidatura ao CICL;</li> <li>- Reunião do DCGD, com Hugo Marques, Jorge Cardoso e Anita Cruz, com a presença de Teresa Paiva Couceiro (Diretora Executiva) e Rita Caetano (DCRI): ponto de situação dos projetos financiados pelo CICL de Educação para o Desenvolvimento e de Cooperação para o Desenvolvimento, do contrato-programa sobre o Referencial ED nas Instituições de Ensino Superior e da colaboração num projeto europeu;</li> <li>- Reunião interna do projeto <i>Desafios Globais</i>, com Anita Cruz e Hugo Marques: distribuição de tarefas acerca da memória da avaliação intermédia, ponto de situação sobre o recurso pedagógico e respetivo guia pedagógico e cofinanciamento;</li> <li>- Apoio pontual ao projeto <i>Sinergias ED</i>, através de transcrição de informações recolhidas em papel para computador;</li> <li>- Continuação da colaboração com o Departamento de Comunicação e Relações Institucionais: reunião com Rita Caetano para revisão da nova proposta de projeto de angariação de fundos através da plataforma de <i>crowdfunding</i> PPL;</li> <li>- Apoio à Direção e ao Departamento de Comunicação e Relações Institucionais: redação de uma parte do Relatório de Atividades de 2016 referente ao projeto <i>Desafios Globais</i> e à Rede ECG;</li> <li>- Continuação das leituras sobre metodologias de avaliação de impacto social;</li> <li>- Pesquisa regular de financiamento e cofinanciamento para projetos;</li> <li>- Continuação do apoio ao Centro de Documentação da FGS: continuação da semana anterior;</li> <li>- Continuação da leitura detalhada e da ficha de leitura da Encíclica <i>Laudato Si'</i> do Papa Francisco;</li> <li>- Pesquisa de bibliografia e continuação da organização de uma pasta com os artigos guardados;</li> <li>- Continuação da criação da listagem de referências bibliográficas para a escrita do Relatório de Estágio;</li> <li>- Gestão regular de <i>e-mail</i> e calendário;</li> <li>- Redação do Relatório Quinzenal N°8.</li> </ul>

<b><i>Observações</i></b>	Nada a assinalar.
<b><i>Aprendizagens e competências</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuação do aprofundamento do conhecimento sobre os projetos <i>Desafios Globais</i> e <i>Ca(u)sa Comum</i>, através da participação nas reuniões com parceiros e do trabalho efetuado no âmbito desses projetos;</li> <li>- Em termos teóricos: continuação das semanas anteriores.</li> </ul>
<b><i>Atividades externas</i></b>	Nada a assinalar.
<b><i>Acompanhamento da faculdade</i></b>	Contactos por <i>e-mail</i> com o Professor José Lúcio.

## **Apêndice 20: Entrevista a Teresa Paiva Couceiro**

### **Entrevista a Teresa Paiva Couceiro**

#### **Diretora Executiva da FGS**

**Data:** 23 de agosto de 2017

**Hora:** 14h30-15h45 (1h15)

**Local:** Fundação Gonçalo da Silveira

### **Apresentação pessoal e profissional da entrevistada**

#### ***1. Descreva o seu percurso académico, profissional e pessoal até chegar à FGS.***

Teresa Paiva Couceiro, tenho 47 anos, sou solteira, tenho 3 irmãos, vários sobrinhos e afilhados.

Sou Diretora Executiva da Fundação Gonçalo da Silveira, Presidente da Direção da Fundação desde 2009. Estudei no Liceu Sebastião e Silva de Oeiras, área de humanísticas, que ninguém faz hoje em dia [risos]. Licenciiei-me em Relações Internacionais na Universidade Lusíada, não tenho pós-graduações porque não sou nada amiga de estudar [risos], mas fiz sempre muita coisa fora dos estudos. Com a Câmara Municipal de Oeiras ganhei alguns concursos e andei aí a viajar, não tive muito parada. Sou muito ligada ao desporto também e ao voluntariado da paróquia.

Quando em 1998 o meu pai morreu, estava a estudar e fui trabalhar para puder continuar a estudar e para sobreviver (e também mal não me fez!) e aí comecei também muito com este “bichinho” de ir para fora.

Na Universidade Lusíada convidaram-me para criarmos uma associação, a ASSUL (Associação de Ação Social da Universidade Lusíada), e começamos logo a preparar grupos de 30 pessoas, que durante um ano trabalhavam em ações pontuais na universidade de recolha do que fosse para irmos para Cabo Verde. Em Cabo Verde começávamos aí então um trabalho que ainda hoje existe. Já vão quase vinte e tal anos e ainda existe, tanto a ASSUL como o trabalho em Cabo Verde de apoio à comunidade local em duas ilhas, Santiago e São Vicente – e depois houve uma altura em que também fui abrir na ilha do Fogo, mas acho que a ilha do Fogo agora já não está a funcionar –, era também trabalho no apoio aos hospitais, visitas a doentes, famílias afastadas, e depois claro a recuperação escolar. Isto foi sempre ficando.

Depois comecei a trabalhar na FEC, na altura era Fundação Evangelização e Culturas, onde fiquei responsável por dinamizar o início da Associação Missão, que congregava todos estes grupos de ação social de âmbito universitário, e a ideia era criar aqui uma plataforma onde todos tivessem momentos de encontro. Esta Associação Missão caiu e foi dando origem ao atual Voluntariado Missionário da FEC, que tem neste momento tudo o que é grupos de voluntariado missionário, ou seja, ligado a institutos religiosos, e tudo o que é voluntariado universitário e tem ações de formação conjunta e tem momentos de encontro. A FEC também tinha a parte da dinamização de cursos de línguas africanas, de Timor, de Macau e da Índia. Depois tive também ligada aos projetos de cooperação com as Igrejas, porque a FEC trabalhava e trabalha a relação entre as Igrejas Lusófonas, é da Conferência Episcopal Portuguesa, e a ideia é pôr os Bispos todos das igrejas das diferentes

conferências episcopais dos PALOP a conversar, a trabalhar em conjunto, a dinamizar, a encontrar formas de potenciar as realidades locais. Estive na FEC, e pelo meio ia trabalhando no Banco Alimentar.

No meu percurso pessoal e profissional tive também quatro anos como voluntária com os Leigos para o Desenvolvimento em Moçambique, e quando regresssei já tinha, um ano antes, um convite para criar a Fundação e então quando vim, vim com este objetivo de criar a FGS.

## **2. *Quais são as principais responsabilidades enquanto Diretora da FGS?***

As responsabilidades enquanto diretora da Fundação passam por um bocadinho de tudo, ou seja, não estou envolvida diretamente em nenhum projeto, mas estou a par de todos. No início da Fundação Gonçalo da Silveira eu tinha a responsabilidade de tudo. Depois contratámos uma pessoa e eu deixei de ter a responsabilidade na área da Educação para o Desenvolvimento. Depois a FGS vai crescendo no âmbito tanto de projetos como de recursos humanos, eu entro para Diretora então em 2009 – que aliás acumulo a função de Presidente da Direção com a Direção Executiva – e a partir daí é que vai mudando um bocadinho este foco do meu trabalho: tenho a responsabilidade dos *reports* financeiros, dos *reports* administrativos, tenho a representação institucional, tenho a relação com a Província Portuguesa da Companhia de Jesus, sou a “cara” da instituição, sou eu que obrigo a Fundação a nível de documentos, a nível estratégico sou eu que digo se avançamos ou não... A minha voz tem um bocadinho mais de força do que a dos outros, mas aqui não são tomadas decisões unilateralmente: eu não chego e aqui digo “hoje vamos trabalhar com Bruxelas!”, porque é um caminho que é discutido em conjunto. Enquanto Diretora tenho de manter a FGS dentro da moldura dos seus princípios e valores que é uma ONGD jesuíta e tem determinados princípios e maneiras de funcionar e de estar.

De resto, alguma contratação é minha responsabilidade também – não sou eu que escrevo os TdR [termos de referência] – é a equipa que vai contratar que o faz. Eu acompanho e faço a entrevista – também foi assim contigo para o estágio [risos] – mas nem aí estou sozinha... Não sou só eu que decido se fica ou não fica, mas se é uma pessoa com quem eu não me entendo e não há entendimento mínimo não fica.

Tenho a parte burocrática da casa, vou aos correios e ao banco [risos]. Tenho a parte mais estratégica e institucional da Fundação também: tenho de dinamizar reuniões mensais com a equipa toda [reuniões gerais], tenho que animar a equipa quando há mais dificuldades, vou provocando momentos de *team building*. Com a restante direção faço a ligação em reuniões de 3 em 3 semanas.

Eu acho que ser diretora da FGS é uma graça, ou seja, é uma coisa muito boa, porque é lidar com um uma equipa em que somos amigos, e enquanto Diretora trabalho para que isso não se perca, é um dos meus papéis: manter esta mais-valia enorme que é a equipa.

## **O passado da FGS**

### **3. *Qual foi o contexto dentro da Província Portuguesa da Companhia de Jesus que levou à criação da Fundação Gonçalo da Silveira?***

O contexto não é tanto dentro da Província Portuguesa, é mais a nível mundial, ou seja, ao nível da Companhia Universal, porque a Fundação nasce em 2004, numa altura em que apenas existia em Portugal o Secretariado das Missões. Este Secretariado das Missões encarregava-se de toda a relação com os missionários, e na altura começou-se a sentir e a nível europeu a necessidade de junção de tudo o que era este tipo de organização de apoio às missões de Espanha, Alemanha, Itália e Portugal numa plataforma a que se chamou Rede Xavier.

O Secretariado das Missões de Portugal não era muito organizado, era uma pessoa, o Padre Afonso Herédia, e a Catarina era a secretária. O Padre Afonso tinha uma relação de informalidade com os missionários e ligação ao Provincial.

Sentiu-se que para Portugal participar na Rede Xavier tinha que ser através de um organismo mais estruturado, tanto financeira como juridicamente e ter alguma independência a nível da Província. A Fundação nasce com um nome próprio, número fiscal, com independência jurídica e independência financeira. Como? Constituímos uma fundação canónica, que nasceu com um fundo fundacional da Província de 25 000 euros. É canónica porque a sua criação é aceite pela Conferência Episcopal Portuguesa, ou seja, é uma parte da Igreja portuguesa.

Trabalhou-se no primeiro ano no reconhecimento enquanto ONGD, o que proporcionou que nos pudessemos candidatar a algumas linhas de financiamento do Estado. O secretariado das missões não podia fazer este tipo de candidaturas porque era a própria Companhia de Jesus que estava a fazê-lo. No primeiro ano foi feita esta parte mais legal, mais institucional, e concorremos a linhas de financiamento do Estado para irmos criando aqui uma base financeira, que depois nos permitiu ir avançado, criar uma comunicação, um *site*, materiais, indo criando uma identidade própria.

Em síntese, a Fundação nasce neste contexto: os jesuítas criaram uma plataforma onde se juntaram organizações jesuítas ligadas ao apoio à cooperação. Portugal não tinha uma assim mais formal. É quase um ‘parto provocado’ pelo Padre Geral [Superior Geral dos Jesuítas em Roma], ao dizer à Província Portuguesa que tinha de ter um instrumento, uma instituição formal. Por isso criou-se a Fundação.

Quando eu vinha de Moçambique – tinha estado como voluntária 4 anos, como há pouco disse – a FGS já estava construída enquanto fundação canónica jesuíta, mas só no papel, porque não havia nenhum documento de reconhecimento, tive de ir à Conferência Episcopal, ao Governo Civil, tive que tratar dos estatutos... E a partir daí comecei a constituir a Fundação. É este o contexto: a Província Portuguesa precisava de uma instituição para fazer parte da Rede Xavier.

#### ***4. Porquê a escolha deste nome para a ONGD criada?***

Quem fica responsável inicialmente pelo nascimento da Fundação Gonçalo da Silveira é o Padre João Caniço, que estava a regressar de Angola, e o Padre João Caniço é uma pessoa com uma grande ligação à História da Província Portuguesa. O Padre Gonçalo tinha sido o primeiro reitor da Igreja São Roque, tinha sido assim uma grande figura da Província portuguesa, e o Padre João achava que nunca tinha sido suficientemente reconhecido: o Padre Gonçalo era um homem das missões, um missionário, esteve na Índia, depois foi para Moçambique, em Moçambique foi martirizado no Reino de Monomotapa, atual Zimbabué, na altura do Francisco Xavier. Francisco Xavier estava em Moçambique e o Gonçalo da Silveira na Índia e eles trocaram, e o Gonçalo vai para Moçambique, é martirizado depois de andar a batizar. Não há prova física porque foi atirado aos crocodilos, é o que se conta. Há um tríptico que conta a história da evangelização que o Gonçalo da Silveira fez no Reino de Monomotapa e é a única imagem assim de referência. Há um ou outro quadro em Almeirim [de onde é originário].

Era o primeiro mártir da Província Portuguesa, um jesuíta que esteve lá fora, uma cabeça inteligentíssima, primeiro reitor de São Roque que é um marco grande da Companhia de Jesus em Portugal e no mundo, e nunca lhe foi dado nada... Então decidiu-se vamos dar este nome à Fundação. Criou uma situação engraçada, porque depois de criada a Fundação com este nome foi sentida a necessidade de fazer um livro com a história do Padre Gonçalo da Silveira, para mandar a todos os jesuítas portugueses porque alguns jesuítas portugueses não sabiam quem era o Gonçalo da Silveira. No Zimbabué sabem muito bem quem é, é um nome muito presente e muito forte.

### **5. *Quais eram os objetivos da Fundação em 2004?***

Os objetivos da Fundação em 2004 eram apenas apoiar as missões da Província Portuguesa Companhia de Jesus, ou seja, apoiar os jesuítas portugueses que estavam em missão na altura em Angola, Moçambique e Timor.

### **6. *Como foram os primeiros anos? Como se organizou a FGS e como conseguiram criar a autonomia e identidade da FGS face à Província?***

Os primeiros anos foram de primeiro de criação da própria Fundação. Como disse, existia no papel, mas não existia mais nada, nem se sabia o que é que se queria... Queria-se uma organização para pertencer à Rede Xavier e depois, em Portugal, ir procurar fundos de financiamento ao Estado.

Nos primeiros anos houve muitas conversas e muitas visitas a outras ONGD. Conversámos com muitas pessoas. Estruturámos algumas linhas de trabalho para o futuro, fizemos um plano de atividades para os dois anos, tratámos do reconhecimento da Fundação como ONGD, que demorou muito tempo, quase 6 meses... Depois foi ver quais são as linhas de financiamento, entender o que é que é ir ao financiador Estado.

Nos primeiros anos era eu sozinha na Fundação. O Padre Afonso estava no apoio direto aos missionários. As prioridades foram: vamos tornar isto uma ONGD, depois vamos aos financiamentos, mas para isso é preciso conhecer o que é que existe na Companhia de Jesus. Estive mais de um mês a visitar todas as casas dos jesuítas em Moçambique, fiz um levantamento, conheci todos os jesuítas. Cheguei, preenchi umas candidaturas para Instituto Camões, na altura apresentei três e foram aprovadas as três, duas para Moçambique e uma para Timor.

Foi-se conseguindo criar esta autonomia e identidade, não face à Província propriamente, mas enquanto organização da Província, enquanto obra da Província que é: tínhamos dinheiro, tínhamos projetos, eu ia a Moçambique e havia projetos a funcionar, com financiamento conseguido pela Fundação. Íamos a Timor e havia um sonho do Padre Felgueiras que era construir uma escola, que foi construída com apoio do nosso financiamento.

Nestes primeiros anos o foco foi arranjar dinheiro e depois gerir esta relação tanto com as missões como com o próprio financiador Estado, que na altura era o IPAD.

A identidade face à Província não era uma preocupação porque a Fundação fazia parte da Província, foi criada pela Província. A questão de maior dificuldade foi quando a Fundação se separa do Secretariado das Missões em 2006, aí sim foi mais complicado.

### **7. *Como descreve a evolução da FGS, de 2004 até 2017? Quais foram os momentos mais marcantes dos últimos 13 anos?***

A evolução da Fundação nota-se a nível de conteúdos, a nível de recursos humanos, a nível de estratégia e de linhas de ação. Entre 2004 e 2006 havia um só funcionário, que era eu, e havia só o trabalho de Cooperação para o Desenvolvimento, apoio aos projetos dos missionários, porque havia uma relação muito próxima com os padres que estavam nas missões. Eu visitava Moçambique com muita regularidade e ia todos anos a Timor.

Em 2007, o crescimento da Fundação a nível de projetos, a nível financeiro e a nível da presença na Rede Xavier notava-se. O Padre Afonso Herédia, que era o Presidente da Direção, não percebia muito bem o que se estava a passar, que lidar com uma ONGD tem algumas obrigações jurídicas, fiscais, que não se tem quando se é meramente uma obra da Companhia de Jesus... Houve algumas dificuldades de entendimento. Entra o Padre Vaz Pato, que foi ótimo, também não sabia o que é que era lidar com uma ONGD, mas também não era “do contra” e pelo contrário interessou-se em saber o que é que se fazia.

Foi nesta altura também que eu comecei a estar mais presente na Direção. Nos primeiros anos eu não ia sequer à Direção, não os conhecia, nem o Conselho Fiscal, e aqui começo a participar nas reuniões da Direção e do Conselho Fiscal. Em 2007 entra também mais um recurso humano, a Margarida Alvim, passámos a ser duas. De 2004 a 2006 era três projetos e era só eu. Com a Margarida começámos a Educação para o Desenvolvimento. A Educação para o Desenvolvimento vem fruto da presença na Rede Xavier, sem dúvida, porque as duas grandes ONGD da Rede Xavier são as espanholas Entreculturas e Alboan e o foco deles era muito a Educação para o Desenvolvimento, mais até que a Cooperação, ao contrário de nós na altura. Percebemos a necessidade de sensibilizar e de trabalhar a sociedade civil portuguesa para a importância de apoiar projetos fora, de diminuir esta dicotomia Norte-Sul, de acabar com a ideia de assistencialismo, esta mentalidade... Isso também foi um marco grande, tivemos de perceber o que é que era a Educação para o Desenvolvimento. Mesmo em Portugal ainda se estava apenas a começar a falar sobre isto. Ligámo-nos ao ACIDI e fomos às escolas.

Internamente começa aqui também uma movimentação diferente, entra o Jorge Cardoso, entra a Sandra Fernandes, saem a Carolina e o Tiago... Estávamos com duas áreas muito distintas, muito estanques, que era a Cooperação para o Desenvolvimento, o trabalho com os missionários em África e Timor, e a Educação para o Desenvolvimento em Portugal. Mas sempre conversámos muito que era necessário haver aqui mais proximidade entre as duas áreas, no sentido dos conteúdos: estamos a dar dinheiro para lá e depois cá estamos a sensibilizar porque é que é importante fazer esse apoio ao desenvolvimento. Foi importante passar o conhecimento destas realidades cá, de que não são pobrezinhos, têm é de ser apoiados e alavancados nas capacidades que têm para poderem sozinhos avançar. Começa a questão dos Direitos Humanos, tudo isto não fazia sentido discutido em separado: falávamos de situações que são completamente contra os Direitos Humanos que trazíamos da realidade das nossas missões e assim começa a haver ligações. Em 2014 então há esta fusão total entre o Departamento de Educação para o Desenvolvimento e de Cooperação para o Desenvolvimento.

Também aconteceu que a nível da PPCJ foi começando a haver diminuição da influência nas missões em África e Timor, os projetos foram diminuindo, por isso o nosso trabalho fora de Portugal estava a diminuir... Contrariamente o trabalho na ED em Portugal estava desde 2008-2009 a ganhar muita força. Houve necessidade de perceber então onde é que a FGS se colocava... Na Cooperação? Na ED? Nas duas? Mas neste momento era a ED que estava em força, com vários projetos a serem financiados, a promoverem ações e a fazer a FGS ganhar espaço na realidade das ONGD em Portugal, mais enquanto organização de ED do que de Cooperação.

Da parte dos jesuítas portugueses havia reservas, não estavam a perceber muito bem. Nascemos para apoiar as missões, mas neste momento estávamos a trabalhar cá... Perguntavam “então o que é que vocês fazem?”, devido a estas mudanças que se foram sentindo.

O ano de 2015 foi um momento que marcou, com a avaliação das obras da Companhia, ou seja, tudo o que está na parte social da Companhia de Jesus foi avaliado por pessoas externas às obras. Foram formadas equipas que depois iam com um questionário e esta avaliação durou 6 meses, foi uma avaliação muito estruturada com o Provincial e com os jesuítas. Houve relatórios a serem apresentados, com *timings* e várias formalidades. Para a Fundação foi um momento marcante, primeiro pelo olhar cirúrgico de pessoas que não faziam ideia do trabalho da Fundação. Isto foi muito bom porque nos ajudou a pensar 12 anos da Fundação, o que era bom e era mau, uma análise SWOT feita à Fundação, mas com muito pormenor. Foi importante para mim perceber que a Fundação fazia sentido – eu já estava a deixar de perceber o que é que estamos aqui a fazer, com tanta gente a questionar “para que é que existem?”! –, e uma das perguntas era “Se a FGS deixar de existir, o trabalho que fazem vai-se notar a falta?” e foi importante perceber que sim. Por isso 2015 foi um momento muito forte, que acaba quando em 2016 o Provincial fez uma visita de dois dias à Fundação e enviou-nos uma carta em que são afirmadas uma série de coisas: faz todo o sentido que a Fundação



exista, tem notoriedade a nível nacional, leva este 'ser jesuíta' para fora da Igreja, a Província tomou consciência que a Fundação fora do contexto jesuíta é conhecida, tem lugar, é uma organização considerada importante, que faz um trabalho com qualidade e transparência no modo de agir e não só na parte financeira, que tem uma maneira de trabalhar específica, sempre de parceria. Foi importante também para as pessoas da Província e ligadas às outras obras da Companhia de Jesus perceberem qual é o nosso papel. De facto, trabalhamos sempre em parceria, mas nenhum desses projetos é feito com outra obra social da Companhia, apenas com os colégios.

#### **8. *Quando começou a diminuição da componente de cooperação e o aumento da importância da educação para o desenvolvimento? O que motivou esta mudança?***

Já respondi acima: em 2008 a presença dos missionários da Província diminui nas missões. Também está relacionado com a conjectura nacional: financeiramente os pacotes de apoio aos projetos de Cooperação diminuíram muito e, por outro lado, foram beneficiadas as organizações que tinham projetos europeus, sendo que o cofinanciamento do Camões ia na sua maioria para as organizações que tinham já projetos europeus em curso, o que diminuía brutalmente o pacote financeiro para as organizações que iam com projetos com parceiros locais, como nós que íamos com o CISA [Centro de Investigação Santo Agostinho – Universidade Católica de Moçambique], por exemplo. Não havia dinheiro para Cooperação, havia 100 000 euros, que não é nada, sobretudo se fossem distribuir num universo de mais de 100 organizações que podem concorrer.

A Educação para o Desenvolvimento era uma novidade ainda, e os nossos projetos foram reconhecidos como sendo bons e com uma diversidade de parceiros interessante e foram financiados.

### **O presente e o futuro da FGS**

#### **9. *Como descreve o sector das ONGD em Portugal?***

O sector das ONGD em Portugal tem uma questão que é: está sempre em debate. Estamos sempre a pensar o sector das ONGD. Há uma questão sempre à volta do sector, que é o que é que de facto nos distingue, o que é que de facto nós fazemos e o que é que é deve ser o fator diferenciador em relação às IPSS, em relação às outras associações que não são ONGD, é um dos debates dentro da própria plataforma das ONGD, o órgão que supostamente nos representa a todos. Nos últimos anos sobretudo, há outro debate, o do tamanho... São grandes? São pequenas e médias? Pessoalmente isto enerva-me muito... O que é que faz que sejamos grandes ou pequenos? É o número de recursos humanos? O número de voluntários? O orçamento? O número de projetos? O número de países onde estamos com trabalho? O número de parceiros que temos? Ou seja, esquece-se a qualidade do trabalho e parece que o que interessa é a quantidade... Mas a quantidade de quê? Também é importante definir a quantidade de quê.

Depois ultimamente apareceu a questão da profissionalização das ONGD. A profissionalização passa pelo quê? Se somos capazes de gerir projetos fora? Se somos capazes de fazer relatórios? Se somos capazes de ser uma equipa organizada?... Há aqui este debate constante e quando o debate começa a esmorecer aparece uma nova variante para acrescentar e alimentar todo este debate.

A nível nacional de facto este sector invisível, ou seja, nós próprios não nos expomos, no bom sentido, não aparecemos. Uma vez lembro-me num encontro com o Secretário de Estado Cravinho, já há alguns anos, em que uma senhora de uma ONGD portuguesa disse que não nos davam importância e ele senta-se e diz: "Pois a senhora Dra. está a dizer isso, mas esquece uma coisa: eu todos os dias entro no carro e na primeira meia hora o que eu faço é ler os jornais. Folheio todos os jornais da imprensa portuguesa e em nenhum encontro uma única notícia sobre uma ONGD... Por isso a senhora está-me a falar do quê? De quem? Eu não conheço, eu posso dizer que vocês não existem". Isto é duro

de ouvir, mas é verdade e acho que continua. Também saiu aí um artigo que era “A invisibilidade de milhões”, porque na prática nas ONGD mexemos muito dinheiro seja a nível de recursos humanos, seja a nível de recursos financeiros de trabalho prático. Há projetos lá fora de 40 mil, mas também de 8 milhões... Somos transparentes, eu quero acreditar que sim e eu acho que sim, porque os relatórios de contas estão todos nos *sites*, quem quiser sabe onde é que esse dinheiro está, onde é que é gasto, etc. Somos todos sem fins lucrativos por definição. Movimentamos muito dinheiro, mas com seriedade.

Em resumo: um sector muito em debate, muito invisível para fora, é um setor muito em discussão sempre internamente... E depois há o “Eu sou melhor que tu! Não vou partilhar contigo porque tenho medo que me roubes o financiador, tenho medo que me roubes a minha intervenção com este parceiro não sei aonde...” E isso cria muitas invejas, competição que não é saudável. A competição é sempre boa se for para o crescimento parte a parte. Se for para avançar porque temos os mesmos recursos, temos acesso às mesmas coisas, temos aqui uma partilha de conhecimento. Mas não, é uma competição pelo lado negativo da coisa, de esconder, ratear até, bloquear até... E isso é pena. Estamos sempre a levantar questões, sempre a questionar, sempre a questionar. Está bem, temos que questionar, mas também temos que agir, temos que ter o mínimo de vontade de ajudar. Acho que temos o problema de termos muitas capelinhas e não termos Igreja [risos].

Acho que somos um sector muito diverso, muito diversificado, somos organizações de muitos tipos... Podemos ser associação, podemos ser fundação, podemos ser só organização, mas isto implica a nossa base, os nossos valores, princípios, maneiras de estar... O trabalho que fazemos também é diferente, também a maneira de trabalhar é diferente, a maneira de agir, de estar nas parcerias, de estar nos sítios onde trabalhamos é diferente... Mas isso é bom, não é? Nesse aspeto não somos monótonos e acho que a diversidade só traz crescimento e conteúdo. Temos uma capacidade muito grande de, dentro desta diversidade, trabalharmos com muitos instrumentos diferentes, somos muito imaginativos e criativos, somos capazes de ter várias agendas ao mesmo tempo, porque temos uma presença em Portugal, temos uma presença em África, uma presença em plataformas e redes europeias, e isto implica aqui uma gestão de agendas grande e nós temos capacidade para isso, com mais ou menos dificuldade – e tu já experimentaste isso aqui dentro da Fundação –, mas nós conseguimos e acho que as ONGD são criativas nesse sentido... É criativo e tem grande potencial.

Temos um problema grande, que é lidar com o nosso coordenador estatal, que também não está estruturalmente organizado [risos]... O Camões, portanto. Acho que eles não estão consolidados nesta nova organização interna, de juntar a língua com a cooperação. Para além disso houve também tempos em que não tínhamos Secretário de Estado, tivemos muito tempo sem secretário de Estado, e depois vem um Secretário de Estado que não está virado para envolver as organizações da sociedade civil... Este coordenador, o Camões, também não se mexe muito para fortalecer e por vezes até cria uns mecanismos que vêm fazer mais ruído, como a cooperação delegada e outras coisas que aparecem, que vão beneficiar só uns e não outros... O coordenador é destruturado, podia ajudar à coordenação, mas ele próprio não está organizado, e isso transmite-se para as organizações.

A nível europeu também é um contexto que não nos ajuda. Os envelopes financeiros que existem a nível da Europa são para as grandes, pequenas e médias ONGD. Se nós vamos pela definição o que a Europa tem, em Portugal só há pequenas e algumas médias. E estas médias são fundações civis. O Camões segue as regras da Europa, e financia quem tem financiamento europeu, ou seja, vai dar dinheiro sempre às mesmas... Nem todas em Portugal, como é o caso da FGS, têm financiamento europeu. Durante muito tempo, por opção estratégica, não concorremos a estas linhas de financiamento; neste último ano temos estado a tentar entrar, e tu ainda acompanhaste algumas... Não é fácil, como vês, mas já estamos a tentar entrar, não porque achamos que é uma maneira de resolver problemas, mas porque de facto acreditamos nesta resolução de problemas que são globais têm de ser resolvidos a uma escala global.

A Plataforma das ONGD também está desestruturada neste momento fim de mandato... Está sem conseguir encontrar uma Direção e com umas linhas estratégicas difusas. O que é ponto forte também é ponto fraco: a diversidade, a criatividade e a capacidade de trabalhar com poucos recursos, seja humanos seja financeiros, também se torna uma fraqueza, porque depois também não temos representatividade em órgãos que devíamos estar com força. Não temos uma Plataforma forte porque como temos poucos recursos financeiros e humanos não podemos estar a emprestar ninguém para ir para a Plataforma, e, portanto, a Plataforma fica fraca, mas a Plataforma é quem faz a ligação com o Camões... Internamente cada organização tem de repensar o que é que para ela significa esta ligação ao Estado, que passa pela Plataforma.

#### ***10. Atualmente, como é que a FGS se encontra organizada?***

Então, temos o Padre Providencial, que nomeia os órgãos sociais: Conselho Fiscal, Direção e Conselho de Curadores. Dentro do Conselho Fiscal e da Direção o Padre Provincial também nomeia e indica quem é o Presidente de cada um dos órgãos.

Existe a equipa de funcionários. Somos seis funcionários, que estamos a tempo inteiro, e uma funcionária a *part-time*. Temos também alguns voluntários e vamos tendo alguns estágios académicos. A equipa está dividida em três departamentos: Departamento de Comunicação e Relações Institucionais, com a comunicação e a parte de angariação de fundos; o Departamento Financeiro, que é a Filipa Cardoso e, como não trabalha neste espaço, reúno-me à hora de almoço e ao fim do dia com ela; e o Departamento Cidadania Global e Desenvolvimento que, como eu costumo dizer, é onde realmente se trabalha [risos].

O funcionamento prático é o seguinte: reuniões com toda a equipa de duas em duas semanas; reuniões de três em três semanas com a Direção; duas reuniões por ano com o Conselho de Curadores; uma reunião por ano com o Conselho Fiscal; vários encontros regulares com o Padre Provincial.

#### ***11. Quais são as principais forças e fraquezas atuais?***

A Fundação Gonçalo da Silveira está a solidificar a questão de trabalhar para a transformação social. Trabalhar para a transformação social não é para hoje, é trabalhar para o futuro, e trabalhar para o futuro implica que não se vejam os resultados nem hoje nem amanhã. Por um lado, isso pode ser uma fraqueza ao nível do ânimo, porque embora nós acreditemos neste trabalho para o futuro, não se vão vendo resultados palpáveis todos os dias. Acreditar nesta transformação social com base no diálogo é uma força, porque nós acreditamos mesmo muito nisto, que trabalhamos para a justiça social. A fraqueza pode vir no desânimo, por não ir vendo tantos resultados.

Por outro lado, um dos pontos mais fortes da Fundação é, sem dúvida, a equipa, os recursos humanos. São pessoas animadas, incentivadas, focadas, direcionadas. São pessoas que sabem o que é que se pretende, mas não são fechadas. São pessoas com abertura, pessoas criativas. São pessoas que sabem que tem que haver diálogo, que sabem não estar satisfeitas – trabalhar aqui é não estar satisfeito! Não estamos satisfeitos, mas ambicionamos algo de concreto, o que é uma fortaleza da Fundação. Este caminho é uma das forças grandes da Fundação, e acho que isso vê-se.

Depois outro ponto forte é o trabalhar em parceria, que também pode ser uma fraqueza no sentido em que dá trabalho [risos]. Outro ponto forte relacionado com este é a notoriedade que vamos tendo dentro da realidade das ONGD pelo trabalho que fazemos e pela maneira sobretudo como o fazemos... Este reconhecimento que o que fazemos é bem feito por causa da maneira como o fazemos... Trabalhar em parceria e ouvir sempre de facto as pessoas, implica determinados princípios e valores que as pessoas reconhecem em nós como sendo universais e que levamos para fora da Igreja.

Outra força é a ligação à própria Companhia de Jesus porque é a ela que nós vamos beber muito do conhecimento que levamos para aquilo que entendemos como sendo transformação social.

Há muitos documentos de reflexão, que são feitos pela Companhia Universal, que de facto são uma base para nós. Depois temos ligações a nível europeu e a nível mundial fruto de estar em redes da Companhia de Jesus que também são uma força.

O Conselho de Curadores é outra força, porque são pessoas interessantes, interessadas, que se querem envolver, e que trazem coisas, cada uma na sua área, que nos ajudam a crescer.

Depois fraquezas. A fraqueza maior é da parte dos recursos financeiros, a eterna luta de arranjar dinheiro. O facto de trabalharmos pela transformação social, que é algo pouco palpável, torna difícil quantificar e explicar ao financiador o que fazemos, pois preferem dar dinheiro para uma carrinha, um telhado, uma janela.

Na FGS temos o problema da falta de diversidade de financiamentos, estamos muito dependentes do financiamento do Estado, do Camões, que é o nosso grande financiador. O Camões reconhece-nos bom trabalho, por isso financia os nossos projetos, reconhece a capacidade de trabalho e intervenção, reconhece os nossos conteúdos, mas se amanhã deixarem de o dar... Neste âmbito financeiro, tanto o Estado como empresas, privilegia-se financiar grandes projetos. Os nossos projetos de educação para a transformação social são de 40, 50, 60 mil euros, que não são grandes valores, e quando aparecerem projetos de milhões lá vai o dinheiro todo para ali, e nós não temos como nos defender.

Desta instabilidade financeira às vezes vem a própria instabilidade da equipa, porque há alguma rotatividade... Se bem que não me posso queixar: nos últimos 4 anos a equipa tem estado muito estável, o cerne da equipa, o Jorge, a Sandra, a Rita e eu, temos estado aqui. O Hugo entrou e foi ficando e já está também há quase quatro anos. Da minha parte há este receio, de se aparecer uma coisa melhor eles saírem.

Mais fraquezas: às vezes a incapacidade de resposta por já estarmos envolvidos em tanta coisa e queremos responder a uma coisa mais pontual e não temos capacidade para responder com tempo e qualidade.

Mais um ponto forte: a ligação à Companhia Universal, por estarmos na Rede Xavier... Na Rede Xavier, ao nível do trabalho da Educação para o Desenvolvimento, já nos reconhecem de tal maneira que nos já convidaram para fazer parte do *Core Group*, ou seja, do grupo principal que discute o direito à educação dentro da Companhia de Jesus, a nível mundial. Esta ligação à Companhia Universal é, para mim, um ponto forte também por tudo o que nos traz, de redes, de conhecimento, materiais e parte técnica.

## ***12. O trabalho em Moçambique é uma herança das missões jesuítas. Como se desenvolve hoje a presença da FGS neste país?***

É uma herança das missões jesuítas, uma herança do trabalho do Secretariado das Missões. A presença desenvolve-se muito através de parceiros locais que nós fomos encontrando, como o CISA – Centro de Investigação Santo Agostinho da Faculdade de Gestão e Economia da Universidade Católica de Moçambique. É um centro que foi criado por um jesuíta português que esteve em Moçambique dois anos a fazer o seu magistério, que faz parte da formação dos jesuítas. O Padre Manuel Cardoso criou o Centro e promoveu esta ligação à Fundação, nós fomos sempre alimentando como fomos podendo, e neste momento é assim o nosso grande parceiro.

Temos também uma presença numa zona, que é a zona de Nhangau, na Beira, uma zona onde era tradicionalmente o noviciado dos jesuítas em Moçambique, onde eles faziam a parte pastoral. Um padre foi para lá, viu uma série de necessidades. Era preciso manter e arranjar dinheiro para combater essas necessidades, como construção de escolas, acessibilidades para as próprias comunidades, a parte da sustentabilidade da educação que ia sendo criada, edifícios, tentar arranjar professores, tentar arranjar bolsas de estudo... Esta ligação desenvolvida através também de um jesuíta que nos dizia

“Olha aqui este trabalho que podia ser interessante e eu preciso de dinheiro”. O que fizemos foi ligar o padre que nos pede apoio de Nhangau, o CISA e são eles que desenvolvem o trabalho. Nós estamos aqui, de cá para lá vamos apoiando, vamos conversando e agora, graças às tecnologias, com bastante regularidade, pelo *Whatsapp* [risos].

A Fundação neste momento procura parceiros locais, com capacidade efetiva de implementar os projetos e que tenham proximidade aos valores da Fundação e à maneira de atuar da Fundação, e desenvolvemos os trabalhos com eles. Atualmente é o CISA, o Graal de Moçambique, os Pabhodzi (grupo de estudantes da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Católica de Moçambique), a *Silveira House* (uma organização da Companhia de Jesus do Zimbabué, que trabalha muito a questão da intervenção comunitária, da luta contra a pobreza, questão de género, questão da alimentação e segurança alimentar), que também convidámos a fazer parte desta intervenção e são eles localmente que estão a intervir. Nós aqui vamos tendo a presença três vezes ao ano, com uma no início, no meio e no fim, vamos conversando, vamos mandando documentos de apoio para refletirem, vamos tendo quinzenalmente discussões via *Skype* com a equipa do CISA, mas é o CISA que desenvolve.

A Fundação nunca trabalha chegando a um sítio e dizer “É isto que queremos fazer!”. As necessidades têm de ser identificadas pelo Padre e com a comunidade, ele foi falar com a comunidade. A comunidade acaba por ser o grande agente e o motor do trabalho que é feito localmente. São eles próprios que estão à procura do técnico agrícola que precisam, são eles que estão a procurar o professor e a contactar o Ministério por causa disso. O CISA está como uma entidade forte jurídica, de peso, porque é um centro de investigação de uma Faculdade, e apoia o trabalho que as próprias comunidades estão a fazer, mas são as comunidades que estão a fazer, os líderes dessas comunidades, que estão a ir aos sítios para procurar os meios para resolver os problemas locais. Nós arranjámos o dinheiro e damos uns conselhos [risos].

### ***13. Como é a inserção da FGS em associações, grupos ou redes de trabalho portuguesas? E internacionais?***

Estamos na Plataforma Portuguesa da ONGD, onde estamos no Grupo de Ética e Grupo de ED, que reúne as ONGD portuguesas e que é muito institucionalizada. Depois estamos na Rede ECG, somos membros da rede e pertencemos à Equipa de Dinamização, que surgiu depois de um projeto nosso. Estamos também na Comissão de Apostolado Social (CAS), que reúne as obras sociais da Companhia, no Grupo de Formação e no Grupo de *Advocacy*. As redes também aparecem fruto das relações que vamos tendo. Há quem venha ter connosco para sugerir uma intervenção, começamos a pensar, depois oficializa-se com protocolo e então a partir daí desenvolvemos... Ou então é ao contrário: alguém trabalhou com esta associação ou conheceu esta associação acho que devia ser interessante trazê-la para o âmbito do trabalho que estamos a desenvolver, nos processos que estejamos a trabalhar. A Fundação diz “Estamos aqui a fazer isto... O que é que vos parece? Nós achamos que vocês nos podem trazer alguma coisa de novo nesta escola/comunidade!”. Trabalhamos muito par a par... É óbvio que no papel e nas candidaturas tem sempre que aparecer um líder, mas é porque alguém tem de tomar responsabilidade financeira. A Fundação está sempre nestes grupos e nestas redes de igual para igual. Estamos em várias redes, mas ainda há pouco tempo estivemos a pensar o modo em que estamos nessas redes, e se calhar há redes pelas quais fazemos pouco ou nas quais não justifica a nossa presença pelo esforço, porque a equipa que está muito em esforço. Para estar, temos que estar ativamente e *win-win*. Estamos num momento de reflexão e concluímos que das cinco redes nacionais que estamos temos de nos empenhar mais em algumas.

A nível internacional estamos na Rede Xavier, porque somos parte da Companhia de Jesus, mas que para nós faz todo o sentido, temos muitos ganhos. Por um lado, somos pequeninos, ainda não encontrámos a nossa maneira de estar no âmbito da Rede Xavier, porque aí estamos a falar de

organizações com uma capacidade financeira muito grande, com uma intervenção em média de dez ou quinze países... Neste momento nós temos intervenção apenas em dois países, Portugal e Moçambique! O nosso orçamento é equivalente a um projeto delas... Temos de encontrar a capacidade de ter mais voz aí, de forma mais marcante. Por outro lado, a Rede Xavier convidou-nos a fazer parte do grupo de decisão da Companhia de Jesus, a nível mundial, para refletir sobre o direito à educação e redigir documentos base que orientem a intervenção, o GIAN Edujesuit. Fazemos ainda parte do GENE... Há outra rede ainda, não é ainda formal, mas temos uma presença forte numa rede europeia das revistas científicas de debate e sistematização sobre Educação para o Desenvolvimento, inclusivamente o Jorge esteve numa reunião em Londres no âmbito do projeto Sinergias.

***14. Em que medida o facto de serem uma ONGD de inspiração cristã e jesuíta vos distingue das outras?***

Eu acho que uma das coisas que nos distingue é a maneira de gerir a equipa e a maneira de gestão da Fundação, o modelo de gestão. Vou falando com outras organizações e aqui há uma partilha de documentos total e uma flexibilidade de gestão dos funcionários de modo a conciliar a vida pessoal e profissional o melhor possível. Distingue-nos o facto de, enquanto organização da Igreja Católica, levarmos determinados valores e princípios iniciais a sítios onde a Igreja não está, como a Rede ECG, a outras ONGD com quem trabalhamos – como o CIDAC, que é agnóstico e tudo o mais, mas nos reconhece a nós uma narrativa e conteúdo com o qual se identifica. Depois esta radicalidade, o que nós estamos a propor, de pensar a transformação social passando pelo diálogo com a justiça social, não a nível local, mas a um nível universal, isto é muito cristão, eu acho que isto também nos distingue, e o próprio Estado reconhece, que nos financiou cinco projetos que falam exatamente sobre isto da transformação social e o diálogo entre a justiça social universal. A nossa forma de estar nas missões está para além do assistencialismo, às vezes até com um choque com alguns jesuítas no terreno... Dar dinheiro só para amanhã não, a nossa ideia é sempre dar um olhar para o futuro, não é ficar lá a vida eterna, é ajudar e sair. A nossa intervenção está para além do assistencialismo, o que curiosamente criou muito atrito dentro da Província Portuguesa da Companhia de Jesus.

Em síntese, acho que é o modelo de gestão, a vontade de ir para lá do assistencialismo, o radicalismo na maneira de pensar a transformação social, promovendo esse diálogo de justiça social universal, é o dizermos que não às vezes (é preciso alguma humildade para dizer não!) e a resiliência que nós temos de estar à espera que a transformação social venha [risos].

***15. Qual a orientação da FGS para os próximos anos? Quais os principais desafios e oportunidades?***

Um desafio da Fundação para os próximos anos é solidificar esta missão dentro da Província... O facto de ela ter sido assumida pelo Provincial, e por uma equipa à volta do Provincial, fez com que ele redigisse também à sua maneira o que é que é a missão da FGS. Acho que neste momento temos esta obrigação grande de afirmar a FGS dentro da Província Portuguesa, ou seja, dar conhecer a Fundação às outras obras, o que é que nós fazemos, como é que o fazemos, quem somos e o que é que queremos.

A orientação da Fundação para os próximos anos está traçada, é continuar a desenvolver a ECG e a trabalhar valores de justiça, equidade e solidariedade para a transformação social, promovendo diálogo. Continuamos a acreditar que a transformação é possível, temos esperança nisto e queremos manter a equipa animada para isto. Em termos de projetos, neste momento vamos focar-nos nestes que temos, pensando sempre no financiamento e em fazer-los bem-feitos. Não nos dispersarmos e não desanimarmos já é um grande desafio [risos].

A oportunidade vem de acreditarmos na transformação social, num mundo mais humano, que a educação multiplica oportunidades. Depois há uma oportunidade individual, tal como este sector se está sempre a questionar, a FGS também está e, por consequência, nós próprios nos questionamos, aos nossos comportamentos e valores. Acho isto muito importante e por isso vamos continuar a acreditar em nós e num mundo melhor [risos].

*Muito obrigada!*

## **Apêndice 21: Entrevista a Jorge Cardoso**

### **Entrevista a Jorge Cardoso**

**Coordenador do Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento da FGS**

**Data:** 23 de agosto de 2017

**Hora:** 16h00-17h15 (1h15)

**Local:** Fundação Gonçalo da Silveira

### **Apresentação pessoal e profissional do entrevistado**

#### ***1. Descreva o seu percurso académico, profissional e pessoal até chegar à FGS.***

Fiz a licenciatura em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE e, depois de ter regressado da experiência de 2 anos de voluntariado em Moçambique, ingressei no mestrado em Estudos Africanos, também no ISCTE, mas acabei por fazer só a parte letiva, por isso sou pós-graduado em Desenvolvimento Social e Económico Africano.

Como disse, quando terminei a licenciatura fui 2 anos como voluntário pelos Leigos para o Desenvolvimento para Moçambique, em dois sítios diferentes. Estive ligado a alguns projetos de desenvolvimento, mas a ocupação principal, quer no primeiro quer no segundo ano, foi a de professor em duas escolas públicas.

Quando regressei tive muito tempo à procura de emprego. Tive uma experiência de um mês numa empresa, onde percebi que não era mesmo isso que queria fazer na vida. Depois tive a sorte de depois haver uma oportunidade na Cáritas, e então aí entrei na Cáritas Portuguesa. Trabalhei lá cerca de um ano e meio a coordenar um projeto nacional na área da formação a públicos vulneráveis, trabalhávamos com quatro ou cinco Cáritas Diocesanas e eu estava na coordenação nacional.

Depois tive um interregno de 2 anos na minha vida profissional, porque entrei para o noviciado dos jesuítas. No final decidi que não era por aí e então não fiz os votos e saí da Companhia de Jesus.

Voltei a estar à procura de emprego e então concorri a uma bolsa financiada pela FCT [Fundação para a Ciência e Tecnologia] que, entretanto, tinha aberto no Centro de Estudos Africanos, com a ideia de terminar o mestrado. Era um projeto sobre migrações forçadas. Estive um ano aí, tive a oportunidade de fazer trabalho de campo. O projeto era sobre migrações forçadas, mas muito centrado na questão dos refugiados também, no modelo do campo dos refugiados e nas fragilidades desse modelo. Acabei por ter a oportunidade de fazer trabalho de campo, durante 3 meses novamente em Moçambique. Estive na zona de Nampula e nesses 3 meses descolávamo-nos com frequência a um campo de refugiados que lá existe, a 30 km e fiz trabalho de campo aí: visitar o campo, entrevistas, histórias de vida...

Quando voltei decidi sair do projeto porque achei que a realidade das pessoas com quem tinha estado era muito fora do que eu tivesse próximo, e não me vi nada a fazer *papers* e a escrever coisas com base nesta realidade... Naquela altura achei que aquela realidade só podia ser escrita, pensada e partilhada por quem foi refugiado... Existem investigadores que foram refugiados, e, portanto, viveram experiências similares, e que têm coisas muito interessantes a dizer, mas eu senti-me um



bocado hipócrita a fazer grandes reflexões enquanto estava bem instalado a beber chá [risos], a escrever sobre um assunto assim tão violento e tão cru.

Depois tive a sorte de, enquanto estava a fazer este trabalho de investigação, começar também a dar formação na bolsa de formadores na altura do ACIME, que era o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, que era dentro da área das migrações que era também a área de investigação. Recebi formação e depois comecei a fazer parte dessa bolsa. Depois, como me estava a desvincular do projeto, surgiu uma proposta por parte do ACIME para eu ir trabalhar lá, substituir uma licença de maternidade, na altura no Gabinete de Apoio às Associações de Imigrantes. Foi uma boa altura e aceitei. Ao fim dos meses da licença propuseram-me continuar, e eu continuei. Então tive dois anos no ACIME, que depois passou a ACIDI [Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural], e estive a trabalhar no Gabinete de Apoio às Associações de Imigrantes. Passado mais ou menos 1 ano comecei a coordenar a rede dos CLAI, que são os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, que é uma rede grande, acho que agora ainda continua a ser relativamente grande, com 80-90 centros a nível nacional. Nessa altura houve uma transição ao nível do Alto Comissário, saiu o Rui Marques e entrou a Rosário Farmhouse, eu comecei a ter um ritmo de trabalho *kamikaze*, que não dava muito para respirar...

Entretanto casei-me e depois a Filipa [esposa e responsável financeira da FGS] ficou grávida e eu comecei a achar que não era bem aquilo que queria quando a minha filha nasceu... Eu gostava do que fazia, era um instituto público e era interessante estar a trabalhar lá, mas eu sempre me identifiquei mais com a sociedade civil, não por ser melhor ou pior, mas por interesse pessoal. Fui juntando esta vontade de estar mais no lado da sociedade civil e a ideia de que quando a minha filha nascesse não queria estar com aquele tipo de horários, pressão, com aquele *stress* que levava muito trabalho para casa, e comecei a achar que gostaria de fazer outra coisa na área das ONG. Na altura queria um trabalho mais de Cooperação para o Desenvolvimento – e não da Educação para o Desenvolvimento, que na altura não sabia bem o que era, ou antes, não sabia o que era, embora trabalhasse na área da educação intercultural; depois quando entrei na Fundação fiz várias pontes entre uma coisa e outra... Procurei algumas oportunidades, sempre de uma maneira muito superficial, mas nessa altura fui convidado pela Margarida Alvim, que foi quem iniciou a Educação para o Desenvolvimento aqui na FGS e estava de saída, e ela e a Teresa lembraram-se de me convidar para a substituir. Este convite calhou exatamente numa altura em que eu próprio estava a querer ligar-me mais à sociedade civil... Outra coisa é que apesar do ACIDI ser um instituto público, ninguém estava vinculado a nada, éramos todos mediadores socioculturais, com a instabilidade e a precariedade que isso acarreta e também até com um valor remuneratório. Acumularam-se estes fatores, da pressão, da responsabilidade, porque politicamente já era uma coisa de responsabilidade, e depois também sabia que a qualquer momento poderia vir alguém do quadro e de repente saias e pronto... Era uma coisa precária, a qualquer momento podia sair e ao mesmo tempo aquilo que fazia e a remuneração que recebia não correspondiam se tivesse no quadro...

O convite da FGS surgiu nesta altura e eu aceitei, não precisei de pensar muito, nem refletir muito para aceitar esta oferta e então em janeiro de 2009 comecei a trabalhar na Fundação.

## **2. *Quais são as principais responsabilidades enquanto Coordenador do DCG&D?***

Enquanto coordenador não vejo grandes diferenças em relação àquilo que os meus colegas fazem, e acho que em termos de trabalho e capacidades estamos todos no mesmo pé... O que eu me vejo, em termos mais específicos da minha função, é com uma preocupação mais organizativa da própria equipa, de ir pensando a equipa, de ir pensando os momentos de reunião e de interligação uns com os outros, e também uma preocupação mais de visão estratégica, de pensar a médio e a longo prazo – não de fazer essa visão, nem essas ligações, mas pensar nos momentos em que se pode fazer

isso... Proponho uma data e então vamos a isso... É um bocadinho fazer as coisas acontecerem, ter essa preocupação, e pôr os meios para que isso possa acontecer, encontrar os momentos, preparar um bocadinho estes momentos, facilitá-los...

Outra função é fazer a ligação com a Teresa em questões mais específicas, porque trabalho cá há mais tempo. Também tenho uma ligação mais próxima com a parte financeira, e isso decorre também um bocadinho da minha formação na área da Gestão: antes de termos a Filipa eu era responsável pela parte dos orçamentos, dos relatórios, e, portanto, aí não sei se é bem por ser coordenador ou por ter esta formação [risos], mas também tenho uma ligação um bocadinho mais direta com a parte financeira.

### **Desenvolvimento, Cidadania Global e o sector das ONGD**

#### ***3. Como descreve o sector das ONGD em Portugal atualmente?***

O que eu vou dizer tem a ver com uma perceção: eu acho que é um sector relativamente frágil, porque os recursos para trabalhar nesta área sejam da Educação para o Desenvolvimento ou da Cooperação são sempre recursos relativamente escassos e são recursos de curto e médio prazo, sobretudo de curto prazo, portanto tornam as instituições frágeis, com exceção de 3 ou 4 em Portugal. Isto cria uma fragilidade grande relacionada com o número de pessoas e com uma rotatividade muito grande, exatamente por esta instabilidade e por os financiamentos serem de muito de curto prazo. Isso acarreta várias consequências... A fragilidade infelizmente acarreta uma certa competição, e acho que isso às vezes se observa infelizmente no sector, embora também se observa movimentos de ligação, de união, como é o caso de uma ou pelo menos de algumas partes da Plataforma das ONGD. Esta fragilidade também faz com que o *know how* e o conhecimento acumulado não sejam aproveitados: são poucas pessoas, é pouco tratado, é pouco trabalhado muitas vezes, o investimento na formação é pouco porque as pessoas rapidamente saem, e, portanto, esse investimento vai-se perdendo...

Outra fragilidade é que é um sector que continua muito dependente dos apoios públicos, o que também faz algum sentido, mas pronto como em Portugal o *fundraising* não é muito forte, mesmo pela própria cultura portuguesa que mais facilmente dá dinheiro para uma raspadinha do que para uma instituição [risos], faz com que de facto o sector continue muito dependente.

Isso depois fragiliza um bocadinho uma ação mais política, que embora a nível da plataforma exista, as reivindicações da plataforma estão sempre muito direcionadas para o próprio sector... Vai sobrevivendo, pronto, mas isto é uma opinião pessoal... Eu acho que o facto de haver poucos fundos e o facto de haver muitas pequenas ONG não é necessariamente mau, mas isso acarreta consequências...

Depois há questões ideológicas. Este sector é um sector sistémico, foi criado dentro do sistema. A ideia de transformação social, transformação sistémica, mostra que é um sector sistémico, não é anti sistémico, ao contrário de outros sectores mais ligados aos movimentos. É um sector que foi criado exatamente dentro uma lógica de sistema ligando à dicotomia desenvolvidos vs. não desenvolvidos, à ideia de ajuda ao desenvolvimento, da Cooperação para o Desenvolvimento, onde as ONGD acabam por ter um papel dentro do sistema, não fora. Atualmente queremos trabalhar ao nível da transformação social, e isso muitas vezes aparece como uma incoerência, como um contrassenso, e faz com que às vezes o sector também possa ser um bocadinho partido, entre um conjunto de organizações, que é o maioritário, com uma maneira mais tradicional na sua visão do mundo, na sua visão de cooperação, na sua visão até de transformação social, e um grupo mais minoritário (ao nível da ED não tão minoritário), que não é tão tradicional e que questiona exatamente essa visão

tradicional... O sector também por isso fratura um bocadinho, as pessoas não se compreendem muito bem... Acho que existem dois registos um bocadinho diferentes e há uma tendência natural para um registo não gostar do outro, o que às vezes cria barreiras entre pessoas e às vezes entre instituições. Mas eventualmente é uma coisa relativamente natural dos sectores.

**4. *Ao contrário da Cooperação e da Ajuda Humanitária, a ED implica não só a política externa de cooperação, mas também a política de educação. Esta dupla implicação ministerial em Portugal é uma vantagem ou, pelo contrário, traz dificuldades à implementação de projetos?***

Bom, é uma vantagem, e se houvesse mais implicados melhor ainda. Torna as coisas eventualmente um bocadinho mais complexas, mas é claramente uma vantagem, e o trabalho que tivemos oportunidade de fazer ao nível do Referencial ED com a DGE [Direcção-Geral de Educação] e a ligação que temos tido com a DGE, mesmo com a Rede ECG, eu acho que tem sido positiva. É claramente uma vantagem e é algo que também diferencia as ONGD ligadas à ED daquilo que falámos antes, por exemplo, das ONGD com outro registo. É uma vantagem, pode complexificar, mas não complica (no mau sentido).

**5. *Na sua opinião, o que distingue o conceito de Educação para o Desenvolvimento do de Educação para a Cidadania Global?***

O conceito em si não sei, mas pelo menos a carga, por aquilo que eu falei, acho que há uma distinção grande em termos de carga ideológica. Eu acho que o conceito de Educação para a Cidadania Global é um conceito mais liberto do que Educação para o Desenvolvimento. Educação para o Desenvolvimento, por mais que se queira, está sempre preso naquilo que eu falei antes, numa visão mais tradicional, mais dicotómica entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Não é por acaso que por exemplo todos os parceiros e as pessoas com quem trabalhamos fora da Europa nunca falam de Educação para o Desenvolvimento, não utilizam esse termo. Educação para a Cidadania Global é um termo que consegue libertar-se e estar mais livre exatamente para questionar estes paradigmas do desenvolvimento, e tem também um espaço maior de aceitação fora do espaço europeu e ocidental e isso vê-se. Quando falamos com o Óscar Jara [pedagogo peruano de referência] de Educação para o Desenvolvimento ele não gosta, mas se falarmos de Educação para a Cidadania Global eles, sul-americanos, aderem e escrevem. A Educação para a Cidadania Global também tem algumas questões: por exemplo, o próprio conceito de cidadania tem vários problemas, até porque o conceito de cidadania historicamente tem sido uma forma também de exclusão – os cidadãos e os não cidadãos. Portanto também tem uma carga ideológica. O “global” também tem uma carga ideológica grande porque o global está ligado à globalização e à mercantilização. No encontro que tivemos em Londres por acaso foi interessante porque uma das comunicações era de um italiano que estava a fazer uma comparação entre os cursos/mestrados que usam o termo. São sobretudo americanos e ingleses. Depois analisava o currículo e que significado davam ao conceito e não correspondiam... É utilizado pelas universidades como uma ideia de cidadão global e empreendedor em qualquer lado, que tem sucesso em qualquer lado, que sabe muitas línguas, que conhece o mundo, que viaja... Isso é uma visão muito adaptativa e não transformativa. Portanto, a Educação para a Cidadania Global também levanta muitas questões. Eu acho que a grande diferença, mais do que propriamente se é isto ou se é aquilo, é mesmo a conotação e o que isso traz em termos de maior ou menor liberdade e maior ou menor ligação daquelas pessoas com quem queremos trabalhar.

**6. *Em que medida os valores cristãos, nomeadamente a matriz jesuíta, se relacionam com a Educação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global?***

É uma coisa que eu tenho vindo a descobrir aqui. Eu já vinha com uma bagagem antes, ao nível dos valores cristãos e jesuítas, e tenho vindo a descobrir imensas ligações com a Educação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global. A Doutrina Social da Igreja faz imensas ligações com esta questão das causas, dos problemas, da necessidade de transformação a nível pessoal, a nível social... E a parte da visão jesuíta também: a ideia de ligar a fé e a justiça, de a fé não ser completa sem a justiça. É claramente uma ligação aos princípios básicos da ED: quando falamos da justiça social, de solidariedade, de equidade, estamos a falar dos valores que também formam a doutrina social cristã. Os documentos da pastoral social dos jesuítas, e também as encíclicas papais, vão muito ao encontro da ED/ECG: um olhar mais estrutural, um olhar do ponto de vista daqueles que não têm e da impossibilidade de terem... Eu tenho feito sempre muitas ligações porque há muitas coisas interessantes que, infelizmente, são pouco lidas mesmo dentro da própria Igreja.

Ao nível da FGS, a ligação que tínhamos com o Secretariado de Justiça Social e Ecologia de Roma [da Companhia de Jesus] é até mais forte que a ligação da maioria dos jesuítas em Portugal. A reflexão que vem de lá, valorizando a importância da criação de redes globais de *advocacy*, a maneira como falam de transformação social, é muito inspiradora e próxima daquela que é a nossa visão. Depois percebemos que cá [outras obras da PPCJ] quase ninguém lê aquilo e os poucos que leem ainda estão muitas vezes ainda um bocadinho afastados, especialmente de todo o pensamento a nível mais de ecologia integral – que cai que nem uma luva naquilo que a FGS vai trabalhando! É algo que queremos procurar ligar mais ainda, mas há falta meios para isso... Tinha de ser a Província a querer que assumíssemos o papel de sensibilizadores dentro da própria PPCJ, mas tinha de ser bem feito porque as pessoas do outro lado [Secretariado de Justiça Social e Ecologia de Roma da Companhia de Jesus] são pessoas exigentes e fazê-lo sem recursos é dar tiros nos pés, é criar anticorpos e por isso mais vale não fazer do que fazer mal [risos].

## **O trabalho da FGS**

**7. *O que considera distintivo do trabalho da FGS na ED face às restantes ONGD portuguesas que trabalham nesta área?***

Características distintivas no sentido de serem únicas... Não sou muito apologista disto...! [risos]. Uma coisa em relação a outras ONGD, que não é totalmente distintiva, mas que existe muito pouco, é que de facto fomos assumindo esta identidade da ED/ECG e tornámo-la como área principal de trabalho e, portanto, estamos muito mais direcionados para aqui do que propriamente para a Cooperação, embora depois façamos a ligação. A maioria das ONGD está mais focada no mundo da Cooperação. Acho que essa opção que fomos tomando e refletindo é algo que nos distingue, e que nos aproxima às vezes mais de outros mundos, como a área do desenvolvimento local e de movimentos de base mais nacional.

Também esta ideia de que os nossos projetos vão desenvolvendo processos de ligação entre diferentes atores, eu acho que acaba por ser um bocado distintivo, seja olhar um bocado para a nossa realidade nacional e também internacional... Mas nunca tivemos um projeto internacional que nos permitisse fazer isso com a mesma dimensão, acaba mais por ser uma consequência, um resultado não esperado... Portanto, fazer um diagnóstico, perceber que atores, que temas, que coisas é que estão desligadas e que fazia sentido poderem ser mais ligadas, e como essa ligação pode ser originadora de transformação social. Eu acho que esta visão, que acaba por ser transversal aos nossos projetos, também é distintiva e ajuda-nos a sair de nós mesmos... E acho que às vezes há muita tendência para as pequenas organizações se irem fechando, nos seus projetos, nas suas coisas, nos seus públicos, e

esta direção estratégica permite-nos constantemente a sair de nós mesmos e procurar os outros, o que é exigente mas distintivo. Por isso convidamos os outros a participar em vários projetos nossos, o *Ca(u)sa Comum*, o *Sinergias ED*, a Rede ECG...

A forma como trabalhamos internamente em termos de equipa também é distintiva, face àquilo que a gente vai ouvindo e também daquilo que foi a minha experiência de trabalho noutros sítios.

#### **8. *Quais são os principais desafios na implementação de um projeto de ED/ECG?***

Eu acho que já conheces [risos]... Há muitos...! Depende do tipo de projeto... Eu posso falar dos desafios que nós temos nos nossos projetos.

O principal desafio é o desafio relacional: a partir do momento em que fazemos sempre projetos em parceria, e que estão apostados em ligar ainda outros atores para além dos da parceria, é necessário criar as condições para a ligação, criar um equilíbrio entre o que é convidar e o que é obrigar, entre o que é dinamizar e o que é fazer... Ou seja, todo o equilíbrio entre o facilitar e dar a autonomia suficiente de resposta, esse é um grande desafio... Implica respeitar os tempos uns dos outros e há sempre momentos em que há menos acordo.. É preciso criar empatia entre os intervenientes, e isso é claramente um dos principais desafios.

Depois outro grande desafio acho que é o próprio tema, que é um tema complexo. Transformar o mundo não é o mesmo que descascar batatas [risos]...! O próprio tema é complexo e nós queremos abordá-lo de forma complexa, não queremos simplificá-lo porque achamos que o resultado da simplificação é exatamente o oposto daquilo que nós pretendemos. É um tema que nos obriga a estar abertos, não temos respostas... Vamos encontrando respostas, o que nos obriga a ter uma certa humildade em relação a isso e nos obriga a ir sempre procurando conhecer um bocadinho mais, com o muito pouco tempo que temos [risos]. A complexidade do tema é claramente um dos principais desafios.

O outro desafio é conseguir passar essa complexidade para processos pedagógicos, ou seja, conseguir que os processos pedagógicos tenham essa complexidade mas sejam construtivos e não destrutivos, que sejam empoderadores e capacitadores, que não sejam culpabilizadores.

O desafio maior é gerir isto tudo com uma escassez de recursos... Voltando um bocadinho ao início: a fragilidade do setor e das linhas de financiamento fazem com que se esteja sempre em subconsumo de recursos... Muitas vezes entramos em projetos com determinados orçamentos, mas que precisavam de um reforço.

Conseguir fazer isto tudo, procurando gerir estes esforços de maneira a que não sejam destrutivos dentro da equipa e dos parceiros, não é fácil... Estes equilíbrios são os maiores desafios.

#### **9. *Quando começou a diminuição da componente de Cooperação e o aumento da importância da Educação para o Desenvolvimento? O que motivou esta mudança?***

Não foi uma coisa assumida no sentido de vir de um plano estratégico... Foi uma coisa que foi acontecendo naturalmente porque o modelo de Cooperação da FGS é um modelo diferente, é um modelo que é muito do trabalho com os atores locais, com os parceiros locais e não tanto mais o modelo tradicional de cooperantes.

Houve uma altura em que os nossos principais parceiros, que são naturalmente os jesuítas, começaram a ter menos intervenção em diversos países: Angola deixou de ser da Província Portuguesa, e portanto a ligação ficou mais pontual com as Doroteias; a ligação com Timor também se foi desvanecendo um bocadinho, porque Timor foi acolhido pela Província das Filipinas, havendo menos necessidade do nosso apoio, mas fomos mantendo ligação; a Região de Moçambique passou por um momento conturbado, quer em termos de mudanças nos contactos de ligação e de entendimento do nosso trabalho, quer nalguma fragilidade e instabilidade dos nossos parceiros, sendo

que podíamos ter procurado novos parceiros ou novas formas de atuação mas não fizemos isso porque achámos que não fazia sentido... Com Moçambique mantivemos sempre a ligação, mas em termos de projetos estruturantes foi diminuindo durante 2 ou 3 anos, mas agora voltámos a ter projetos exatamente porque o parceiro local passou a ser a Província Zimbabué-Moçambique [da Companhia de Jesus] e a própria Região de Moçambique passou a estar mais estruturada, então começamos a ter outra vez...

Este movimento na CD foi acompanhado por um movimento inverso na ED. Por um lado foi acontecendo algum sucesso dos projetos de ED, houve ligação a outros parceiros, houve surgimento de outras ideias que foram tendo espaço... Foi por isso um movimento natural.

Há 2 ou 3 anos começámos a perceber que não nos fazia sentido esta dicotomia de CD vs. ED, e então deixámos de ter Departamento de ED e Departamento de Cooperação e passámos a ter o Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento, que incorpora projetos de âmbito nacional e internacional, eventualmente mais ligados ao cariz educativo... Neste temos projetos aprovados tanto pela linha de ED como de CD do CICL, mas olhamos a área como um todo – Cidadania Global e Desenvolvimento – e procuramos trabalhar assim.

#### ***10. O trabalho em Moçambique é uma herança das missões jesuítas. Como se desenvolve hoje a presença da FGS neste país?***

Neste momento já não estamos focados na ideia das missões jesuítas, isso foi-se abandonando... Até mesmo a ideia de missões nesta fase é questionável [risos].

Houve uma mudança importante dentro da Região de Moçambique, que deixou de ser Província de Portugal e passou a ser parte da Província do Zimbabué-Moçambique [ou seja, antes a Região de Moçambique era uma região da Província Portuguesa da Companhia de Jesus e atualmente é uma região da Província Zimbabué-Moçambique da Companhia de Jesus].

O trabalho que temos feito... Primeiro ligarmo-nos à Província Zimbabué-Moçambique. Depois procurarmos manter e aprofundar as ligações que já tínhamos do passado, concretamente na zona da Beira, na comunidade de Nhangau e também na zona da Angónia, onde até tivemos uma ação maior logo no início da FGS, embora aqui menos estruturada.

Neste momento temos um projeto estruturado, o *Semear e Cuidar* em Nhangau, que está a procurar fazer um trabalho de capacitação e intervenção ao nível das comunidades rurais, através do fortalecimento das suas associações, que já foram criadas antes, capacitando a nível da produção mas também da comercialização dos bens... A grande preocupação é a capacitação dos atores: em desenvolvimento rural, em igualdade de género, em cidadania e até em cidadania global. Este trabalho não é a FGS que faz no terreno, são os parceiros locais do CISA da Universidade Católica de Moçambique, os voluntários Pabhodzi da Faculdade de Ciências da Saúde, a *Silveira House*, que é uma instituição do Zimbabué que trabalha nesta área da Educação para a Cidadania, Educação para o Desenvolvimento Rural, capacitação, etc. O nosso principal trabalho aqui é de ajuda directa ao trabalho dos parceiros locais com as comunidades.

Temos depois uma segunda agenda, que passa pela interligação e criação de relação. Graças ao *Semear e Cuidar* a *Silveira House* foi a Moçambique pela primeira vez, também ligar o GRAAL Moçambique, embora esteja mais no Sul... Mas também de interrelação entre a Universidade Católica e as comunidades... Entre obras jesuítas também, porque agora estão na mesma província mas as obras moçambicanas desconhecem as do Zimbabué e vice-versa, porque esta província é muito recente e falam-se línguas diferentes, portanto também queremos promover um bocadinho esta ligação entre os jesuítas das duas regiões para criar bases...

É uma intervenção agora bem mais estruturada.

**11. Sobre os projetos: é notória a diversificação de parcerias, formas de trabalho e de temas nos projetos atualmente em curso na FGS. Essa diversificação é uma mais-valia em que sentido?**

É uma mais-valia... Mas mais do que uma mais-valia é para nós uma forma de coerência com a nossa visão. Não trabalhar desta forma, não faz sentido para nós.

Ao mesmo tempo é uma mais-valia porque, por um lado, acho que temos aprendido imenso com os parceiros com quem temos trabalhado; por outro, acho que o sucesso dos nossos projetos também acaba por ser muito maior, devido ao efeito das redes: nós temos as nossas redes e os outros têm as suas e, por isso, todos juntos temos uma rede muito mais interessante.

O aspecto relacional é muito exigente, mas também muitas vezes é compensatório. Têm aparecido várias oportunidades ligadas exatamente aos parceiros, como por exemplo o Referencial ED: a DGE convidou o CIDAC, e o CIDAC disse “ok nós fazemos, mas com a Fundação Gonçalo da Silveira, pois trabalhamos com eles nesta área da educação formal”. Estas oportunidades também aparecem porque trabalhamos em parcerias.

**12. Façamos agora de alguns projetos em específico. O Sinergias ED é um projeto bastante inovador pois procura criar conhecimento científico nesta área, através de parcerias entre a sociedade civil e as universidades. Em que medida estas novas relações contribuem para a criação de um conhecimento diferente do proveniente apenas do meio académico?**

Isso é uma parte do Sinergias ED, que eu acho que importante, mas o Sinergias vai para além dessa parte do conhecimento....

Nesta questão do conhecimento acho que é um bocadinho uma semente de transformação social. Não desvalorizamos o conhecimento que já existe e o que é feito, porque isso não é para desvalorizar, mas a ideia é valorizar outros tipos de conhecimento, outros atores que possam intervir, um bocado naquela ideia do Boaventura Sousa Santos da “ecologia dos saberes”. Apesar de ser um conhecimento diferente, consideramos tão válido o conhecimento de uma comunidade – seja uma comunidade de práticas, seja uma comunidade de pessoas – como outro tipo de conhecimento. Mais interessante ainda será se estes diferentes atores possam dialogar e, a partir do seu diálogo, encontrarem outras formas de produzir este conhecimento.

O conhecimento está crescentemente mercantilizado... Isto sim é uma visão crítica. É quase visto como um bem comercializável, onde se paga para publicar, saciando carreiras pelas publicações... Quem não tem possibilidade fica prejudicado, vai criando cada vez maior desigualdade... O conhecimento que muitas vezes que temos acesso não é necessariamente o mais interessante ou melhor, no sentido mesmo académico, mas é aquele que tem possibilidade de pagar para ser publicado. Queremos criar uma reflexão crítica sobre o assunto, ou pelo menos, uma ação crítica em relação a isso.

**13. Também recentemente se iniciou um projeto que visa a inserção da ED na formação inicial de professores efetuada nas Escolas Superiores de Educação e nos Institutos de Educação. Porquê agora esta preocupação com a formação de professores?**

Não é de agora. A formação de professores já é uma preocupação desde o início do trabalho nas escolas, embora no início o trabalho com as escolas fosse mais centrado na ação sobre os alunos, mas foi sempre tendo um grupo de educadores e com alguns momentos de formação dos próprios educadores.

Há aqui uma preocupação que é básica, que é trabalhar com multiplicadores. Pela nossa fragilidade enquanto setor sabemos que estes temas nunca vão estar na cultura escolar se não for da cultura dos professores e dos educadores, para que estes temas possam naturalmente ser abordados. Isso faz-nos tomar atenção à formação de professores, quer seja inicial, quer seja contínua. É

fundamental, pois os professores são os principais atores do processo pedagógico nas escolas, são naturalmente multiplicadores, e portanto se não se atua sobre eles será sempre uma coisa muito pouco sustentável e muito pontual.

Agora neste caso em concreto, deste projeto de intervenção na formação inicial, é tentar aproveitar o momento em que há um referencial que é nacional, que é público, que é da Direção-Geral da Educação, para poder introduzir isto nas instituições de ensino superior que dão formação inicial e onde estes temas ainda são muito marginais.

#### ***14. A implementação de projetos nas escolas é, talvez, a mais antiga forma de trabalho de ED da FGS. Que evolução teve esse trabalho nos últimos anos?***

Começámos muito com uma intervenção nas escolas, mas centradas nos alunos, e depois quando terminou o *M=?* fomos pensando que fazia mais sentido trabalhar ao nível dos educadores – no sentido lato: professores, educadores de infância, educadores sociais, outros educadores que intervêm no âmbito escolar – na sua capacitação. Foi também a altura em que nos ligámos mais ao trabalho do CIDAC, que também estava com esta ideia de procurar trabalhar com grupos de professores, e que depois acabou por evoluir para a ideia da Rede ECG.

O nosso trabalho com as escolas tem sido centrado não tanto na escola e no espaço escolar, mas mais nos atores que intervêm ao nível do espaço escolar, ligando-os, procurando dar espaços de formação, procurando dar oportunidades a nível de materiais, como é o caso da *newsletter M=?*. Nós próprios [a FGS] continuamos a criar recursos pedagógicos. O Referencial acabou também por ser muito importante, criou um documento de referência nesta área para as escolas e para os professores.

Pontualmente vamos intervindo ao nível da escola mesmo, mas tem de nos fazer algum sentido e tem de estar ligado com os projetos. Vamos estando ligados aos colégios dos jesuítas, sobretudo ao das Caldinhas [Instituto Nun' Alvres (INA), nas Caldas da Saúde em Santo Tirso], mas também ao de Cernache [Colégio da Imaculada Conceição, em Cernache, Coimbra] e ao São João de Brito [Colégio São João de Brito, em Lisboa]...

Portanto o foco do trabalho tem sido ao nível dos educadores. Já tivemos um trabalho muito centrado na Rede ECG, sobretudo no seu processo de construção [projeto *Co-construindo uma Rede ECG em meio escolar*], mas atualmente já se procura ir para além da Rede, e no futuro, em termos estratégicos, queremos cada vez mais ter membros da Rede e trabalhar a nível da educação formal com a Rede enquanto parceiro e ator, mas ir mais longe.

#### ***15. Um dos temas mais debatidos atualmente na agenda global são as problemáticas ambientais. Que contributos o projeto Ca(u)sa Comum pode dar?***

O primeiro contributo que se procura dar é ligar alguns atores que já estavam desligados. Temos conseguido isso e acho que só por si já é um contributo, independentemente dos resultados... O processo de ligação, o que se pode aprender com ele, e aquilo que fica, só isso acho que já é um primeiro contributo.

O outro contributo é o trabalho também de reflexão que se está a procurar fazer, através de ligação entre a Ecologia e a Educação para a Cidadania Global, que eu acho que pode reforçar um e outro, uma e outra área, porque pode ajudar a ECG a trabalhar mais estes temas, que são pouco trabalhados sem ser de uma maneira muito geral, mas ao mesmo tempo também pode dar à Educação Ambiental uma abordagem um bocadinho mais sistémica, mais crítica, mais globalizante, mais global e menos fechada em si mesmo. É esse o contributo que procuramos começar a dar.



O facto de trabalharmos com as escolas também pode vir a ser um contributo através dos materiais que forem criados.. Um contributo para que as escolas possam mais facilmente acolher estas propostas, numa vertente diferente da atual, que tem sido muito mais ligada ao eco-escolas, onde a reflexão mais sistémica, mais estrutural, está pouco presente.

**16. *Outro projeto em execução é o Alternativas, que procura estudar e mapear Iniciativas Locais de Mudança em Portugal que podem dar pistas para mudanças globais. Podemos dizer que este projeto funda o seu propósito nas interdependências entre global e local?***

Acho que não [risos]... Acho que o propósito do projeto funda-se na ideia de que a transformação social já está a acontecer, para o bem e para o mal. A transformação social já é uma realidade em comunidades, movimentos, associações... Que procuram vivê-la mesmo! Portanto funda-se então nesta ideia de que a transformação social já está acontecer, que já existem atores no terreno que estão a propôr-se fazê-la...!

A FGS quer-se ligar mais a estes movimentos e realidades, queremos aprender com elas, e, ao mesmo tempo, também queremos trazer a estas iniciativas alguma da nossa bagagem e do nosso questionamento... Porque queremos contribuir para questionar se realmente estas experiências existentes são realmente transformadoras, se é uma transformação sistémica/estrutural, ou se é mais do mesmo... Nós também trazemos vários questionamentos e que queremos aprofundar.

Depois a ligação ao global será, espero eu, naturalmente a partir destes questionamentos... Estes questionamentos que trazemos vêm exatamente das nossas preocupações globais.

O *Alternativas* surgiu enquanto estava a assistir a mais uma conferência sobre transformação social... Eu fiquei a pensar “A gente tem que falar menos e conhecer melhor o que é que já existe” [risos]. Acho que é essa a ideia.

**17. *Quais são as principais diferenças e semelhanças entre o trabalho feito pela FGS e as restantes ONGD jesuítas internacionais, nomeadamente aquelas que a FGS trabalha mais proximamente como as espanholas Alboan e Entreculturas?***

Falando da Alboan e Entreculturas... As outras também não são assim tantas...! As outras ONGD jesuítas continuam a ser maioritariamente Procuradoria de Missões, de países relativamente abastados e que têm imenso dinheiro [risos]... Pronto, aí são mesmo outras realidades...! [risos].

Quanto à Alboan e à Entreculturas: há uma diferença brutal de dimensão... Mesmo com a Alboan [a mais pequena das duas] há uma diferença brutal a nível de dimensão, relacionada com o investimento que cada província fez e com a importância e envolvimento direto dos jesuítas, pois no caso espanhol há vários jesuítas a tempo inteiro que estão dedicados a esta área... Aqui nunca aconteceu e nem me parece que vá acontecer, embora os espanhóis tenham muito mais jesuítas, eu acho que é sobretudo uma questão de prioridades... Ao mesmo tempo em Espanha os fundos públicos existentes a nível da CD e da ED serem brutalmente superiores aos nossos, há linhas de financiamento regionais também... Há algumas linhas de financiamento regional de ED que têm mais dinheiro do que a de linha nacional [risos]. A linha do País Basco, à qual a Alboan vai buscar financiamento, tem mais dinheiro do que a linha nacional espanhola [risos]...! As autonomias dos Governos Regionais fazem com que haja financiamento regional elevado e depois existe a linha nacional de Cooperação e de ED. Portanto, a Alboan financia-se na linha regional do País Basco e ainda vai buscar financiamento à linha nacional... A linha nacional espanhola também não sei quantas vezes é maior que a nossa, mas é muitas vezes... Uma vez estava num encontro e ouvi uma pessoa da InteRed [Rede de Educação para a Transformação Social espanhola] dizer que tinha um orçamento para dinamizar uma rede de educadores de três milhões de euros para três anos! [risos] Não há comparação em termos de valores e a assinatura de contratos-programa tem muito mais estabilidade, ainda que agora isso se tenha

modificado um bocadinho e as queixas dos espanhóis sobre os cortes na Cooperação e na ED ainda são um bocado de rir para nós, porque os valores absolutos deles continuam muito elevados face a nós... Portanto, em Espanha houve essa janela de oportunidades de linhas de financiamento muito superiores às portuguesas e isso criou dimensões completamente diferentes... Por isso somos dificilmente comparáveis [risos].

Mas o que tenho sentido e que me parece interessante nas reuniões com eles é que eles realmente valorizam o nosso trabalho, desde os primeiros contactos notamos que eles realmente valorizam, temos ideias que eles acham mesmo interessantes, como foi o caso do *Sinergias*, do *Alternativas*... O facto de termos conseguido avançar com a Rede ECG da forma como está, porque eles também têm redes, mas as Redes deles são financiadas... A avaliação que eu faço é que nós, apesar de sermos mais pequenos e se calhar até por isso, vamos procurando focar o nosso trabalho. Na altura do *M=?* decidimos fazer protocolos com as escolas e criar níveis diferentes de ligação do projeto às escolas, em vez de ser só um protocolo, a escola poderia optar por ser uma escola participante, ou escola envolvida, etc., onde um dos patamares era serem mesmo parceiros – e houve duas escolas que foram parceiras – e isso foi utilizado para facilitar um bocadinho, mas também para integrar... Eu lembro-me que quando falei disso à Entreculturas, que é a que trabalha mais com as escolas, eles acharam isso espetacular [risos], porque eles nunca tinham pensado nisso, mas que fazia todo o sentido e que era mesmo interessante, e então mandei para lá os nossos modelos de protocolo...! [risos] São estas coisas um bocadinho pequenas que são muito valorizadas por eles. Não sei se é distintivo, mas o que fazemos aqui é valorizado.

As semelhanças vêm da matriz jesuíta, da ligação de fé e justiça, e da inspiração e ligação ao Secretariado de Justiça Social e Ecologia da Companhia de Jesus, da importância de trabalho em rede, eu acho que essa semelhança é grande. A Entreculturas e Alboan têm culturas de trabalho em parceria e em rede. Isso são semelhanças.

#### **18. O que espera do futuro da FGS? E da ED em Portugal?**

Ah isso não sei... [risos]. Eu não gosto de fazer este tipo de previsão do futuro...

Da FGS eu espero que vá continuando a manter a coerência do seu trabalho, idealmente procurando uma maior estabilidade e sustentabilidade, ao nível dos recursos e da equipa, que não é necessariamente um crescimento, é mesmo estabilidade, um ponto de equilíbrio em termos da sua dimensão, em termos dos projetos que faz e daquilo que se propõem fazer.

A nível da ED em Portugal, eu cada vez tenho mais a certeza que a ED/ECG enquanto tiver no mundo das ONGD terá sempre uma coisinha muito marginal. O que eu gostaria é que a ED/ECG fosse ganhando alguma força e relevância dentro das instituições que se preocupam com a área da transformação social, seja ONGD ou outras, ligada à educação não formal e aos próprios processos de intervenção das organizações.

Outra área que de alguma maneira esperaria que a ED/ECG possa caminhar é relacionada com a parte da educação formal. Na parte da educação formal, gostaria que a ED fosse ganhando força e que idealmente os nossos filhos – os nossos filhos já não, mas os nossos netos! [risos] – tivessem contacto com o que a gente vai propondo agora e que ainda parecem como marginais... Que no futuro fossem mais *mainstream*, nem tanto pelos temas, mas mais pela abordagem, metodologia e atitude de reflexão crítica, pela forma de ver a própria educação e o papel de cada ator dentro da educação... Que a ED pudesse ser um motor de transformação social e pudesse apoiar a transformação social desejável na área da educação formal.

*Muito obrigada!*

## **Apêndice 22: Entrevista a Hugo Cruz Marques**

### **Entrevista a Hugo Cruz Marques**

**Técnico de projetos do Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento da FGS e orientador local de estágio**

**Data:** 23 de agosto de 2017

**Hora:** 10h30-11h345 (1h15)

**Local:** Fundação Gonçalo da Silveira

### **Apresentação pessoal e profissional do entrevistado**

#### ***1. Descreva o seu percurso académico, profissional e pessoal até chegar à FGS.***

Então começo pelo pessoal. O meu percurso foi sempre muito marcado pela ideia dos contextos educativos, isto porque como a minha mãe era Educadora de Infância, eu ia muitas vezes para o trabalho dela. A primeira vez que fui à escola tinha 2 meses, fui para o trabalho dela. Até ela se reformar fui sempre indo lá, até mesmo para ajudar e não sei quê... Portanto os contextos educativos e a presença nos contextos educativos foram determinante no meu percurso para estar neste momento ligado à ideia de uma educação transformadora. Começou por aqui e foi importante ter sempre estas preocupações em relação à Educação e isso refletiu-se também no percurso académico.

Quando escolhi Antropologia, a par de milhares de outras preocupações antropológicas e etnográficas, os contextos educativos sempre estiveram presentes. A minha tese de licenciatura também foi sobre Educação. Depois, profissionalmente, mesmo antes de acabar o curso, comecei a trabalhar em escolas. Portanto, sempre foi um bocado esta a minha orientação. Houve vários outros interesses despoletados pela Antropologia e pelos processos reflexivos que Antropologia nos coloca, mas a Educação sempre esteve lá e acima de tudo sempre encontrei um papel complementar aos outros todos, portanto foi muito fácil chegar aqui à Fundação com esta ideia de Educação Transformadora...

Educação Transformadora, exatamente porque refletindo nos processos educativos percebe-se que existem várias lacunas muito difíceis de suprimir nas estruturas da Educação... Em ATL's onde eu trabalhei, em mediação escolar onde eu trabalhei, em Cooperação para o Desenvolvimento na área da Educação onde eu trabalhei... Fui sempre acumulando ou colecionando coisas que eu achava que deviam ser diferentes... Aqui tenho espaço pessoalmente e em equipa para refletir e permitir pensar uma mudança dessas estruturas.

Mas como estava a dizer, academicamente tirei a licenciatura em Antropologia, com tese de licenciatura sobre espaços formais e informais de uma escola e os processos de aprendizagem nesses espaços. Trabalhei a fazer acompanhamento de crianças numa estrutura de amas, depois em ambiente de ATL, depois do ATL passei para mediação escolar, onde tive muito tempo a trabalhar no Casal Ventoso, depois fui para o Bairro Padre Cruz e depois para o Seixal, para a Amora... Trabalhei em Setúbal num projeto com adolescentes.

Entretanto estive na Guiné a trabalhar, e em Cabo Verde, em Cooperação para o Desenvolvimento em projetos de Educação.

Quando voltei tive outra vez em escolas, colaborei com a AIDGlobal [ONGD] muito tempo, no enquanto formador externo no projeto *Educar para Cooperar*, e foi bastante bom, aprendi muito. Trabalhava diretamente com professores a planear e a realizar as sessões com os miúdos, o que foi muito interessante, muito cansativo, muito frustrante [risos] mas ao mesmo tempo também muito gratificante. Isto foi muito importante para chegar aqui onde estou agora na Fundação.

Comecei aqui na Fundação Gonçalo da Silveira há três anos, no Departamento de Cidadania Global e Desenvolvimento.

## **2. *Quais são as principais responsabilidades enquanto técnico de projetos no DCG&D?***

Neste momento acho que a principal responsabilidade é conseguir integrar todos os projetos que temos num todo coerente com aquilo que é a FGS. Eu acho que isso é uma responsabilidade grande, mas ao mesmo tempo também é um gozo, porque não faria muito sentido olhar os projetos enquanto separados, enquanto não contribuindo para a visão, para os objetivos e missão da Fundação. Essa é a grande responsabilidade.

Depois a nível mais micro, a responsabilidade é fazer com que os projetos corram bem, que não se atrasem [risos], que é uma visão um bocado utópica [risos] e, acima de tudo, haja uma ideia ou uma prática colaborativa dentro dos projetos, o que só por si é um grande desafio.

Trabalhar colaborativamente é uma aprendizagem, que tenho vindo a desenvolver desde que comecei a trabalhar aqui... Havia muitas coisas que eu não pensava colaborativamente que agora já tenho essa perspetiva, até porque é muito mais coerente com aquilo que eu próprio defendo... Portanto a responsabilidade de mantê-los enquanto projetos colaborativos, de pô-los a correr, de envolver pessoas, de me deixar envolver, são responsabilidades importantes que ao mesmo tempo são prazerosas no meu trabalho.

## **Desenvolvimento, Cidadania Global e o sector das ONGD**

### **3. *Como descreve o sector das ONGD em Portugal atualmente?***

Não tenho assim um grande conhecimento acerca das ONGD ou do setor... Até porque às vezes, quase propositadamente, mantenho-me não muito informado.

Quanto ao setor: ainda bem que existe, ainda bem que tem alguma relevância em pontos muito concretos, na questão da educação, na questão da Cooperação para o Desenvolvimento e no envolvimento que proporciona à população... Também proporciona alguns serviços que o próprio Estado não consegue proporcionar e colabora com o Estado, se calhar com muito mais relevância de algumas ONGD do que de outras.

Tenho a visão das ONGD enquanto um corpo um bocado partido ideologicamente, nas práticas, na ideia do que é que é o setor, que também depois nos deixa algumas dificuldades em lidar com posicionamentos perante as problemáticas...

No entanto, acho que nos últimos tempos tem havido tanto por parte do Governo como por parte das próprias ONGD muita preocupação em trabalhar esta ideia de colaborar entre instituições, não só ONGD, como de Associações, como o próprio Governo, como outro tipo de entidades... A própria União Europeia e setores internacionais obrigam também a essa colaboração... Portanto acho que no futuro possivelmente as coisas vão ser mais fluídas e se calhar mais partilhadas. Neste momento ainda não estão e acho que existem alguns problemas com isso.

### **4. *Ao contrário da Cooperação e da Ajuda Humanitária, a ED implica não só a política externa de cooperação, mas também a política de educação. Esta dupla implicação***

***ministerial em Portugal é uma vantagem ou, pelo contrário, traz dificuldades à implementação de projetos?***

Pode ser uma vantagem e pode trazer dificuldades, dependendo do Governo e da ligação entre os dois ministérios. Acho que não é mau haver dupla implicação de ministérios até porque os dois são importantes.

A ED está muito mais ligada à política externa. Acho que ultimamente também com a elaboração de alguns documentos, com a implicação também da DGE nalguns processos da ED e ECG têm havido mais ligação ao Ministério da Educação. Não conheço muito bem a história destas ligações, o Jorge aí tem mais conhecimento. O que me parece é que neste momento a implementação dos projetos está mais ligada a uma parte financeira e essa parte financeira vem de financiamento da política externa com o Camões [CICL]. Mas é uma vantagem ter também algum *feedback* do Ministério da Educação.

Acho que a existência ou não de dificuldades está muito relacionada com os Governos. Passámos de um Governo em que havia montes de problemas, para este atual Governo onde existe muito mais preocupação com este espaço dentro da escola, e estou a falar por exemplo do Ministério da Educação, e aí já é uma vantagem ter o Ministério da Educação alinhado com estas coisas. Portanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem sido um financiador, através do Camões, que nos deixa bastante espaço para trabalhar... E isso neste momento é vantajoso. Mas se calhar daqui a uns tempos se mudar o governo já existe outros problemas... E, claro, quanto menos comunicação existir entre ministérios, pior vai ser a questão.

***5. Na sua opinião, o que distingue o conceito de Educação para o Desenvolvimento e do de Educação para a Cidadania Global?***

Eu acho que essa resposta ainda não está muito bem definida. Na minha opinião acho que as duas coincidem, os dois conceitos são o mesmo.

Parece-me que existe aqui um fator estratégico forte que leva a esta distinção e que pouco se tem investido na discussão destes conceitos. Talvez se houvesse mais discussão dos conceitos já não teríamos uma distinção.

O conceito de Educação para o Desenvolvimento implica pensar o Desenvolvimento e implica pensar as relações entre diferentes países e geografias, relações de poder, que estão de alguma forma ligadas no espaço e no tempo. A Educação para o Desenvolvimento pretende também, ao pensar nisto, propor novas relações entre estes poderes... Mas também a Educação para Cidadania Global pretende isso, repensar as ligações, as interligações entre pessoas e estruturas a nível global... A Educação para a Cidadania Global pretende que pensemos que aquilo que fazemos tem consequências que não são só locais, existe uma relação entre local e global. Na verdade, se nós formos a dissecar a Educação para o Desenvolvimento pretende o mesmo [risos].

O que me parece é que a Educação para a Cidadania Global encontrou um espaço maior nos espaços educativos formais e que a Educação para o Desenvolvimento encontrou espaço no trabalho das ONGD. Acho que aqui a grande questão é estratégica. Na minha opinião, vejo mais estes dois conceitos como estratégicos do que propriamente como operacionais.

No entanto, na nossa discussão e reflexão aqui na Fundação, temos tendido para uma nova forma de chamar tudo isto tudo, que é Educação para a Transformação Social ou Educação Transformadora. As duas [ED e ECG] cabem nesta grande, na Educação Transformadora... A Educação Transformadora é que é o conceito mais abrangente, porque remete para uma transformação em vários níveis, não só de cidadania. A Educação Transformadora pretende transformar.

Portanto, se precisamos de usar ED de uma forma institucional, usamos. Se precisamos de o fazer com ECG, fazemos. Mas isto não me impede de pensar que é o “Desenvolvimento” e ter muitas dúvidas em relação a esse conceito... O mesmo para o de “Cidadania Global”... E para o de

“Cidadania”... E para o próprio de “Educação”...! [risos] Utilizar o termo “Educação” enquanto um formato fechado, unidirecional e vertical, que as escolas utilizam, não é coerente com aquilo que se pretende enquanto processo pedagógico para este tipo de Educação... “Aprendizagem Transformadora” seria melhor.

Portanto há uma grande discussão. Acho que acima de tudo é não nos podemos apartar na discussão e temos de estar abertos às novas entradas nesta discussão e contribuir para ela.

## **O trabalho da FGS**

### ***6. O que considera distintivo do trabalho da FGS na ED face às restantes ONGD portuguesas que trabalham nesta área?***

Não acho distintivo um bom termo [risos]. Acho o que a Fundação faz é procurar complementar ou colaborar o que as outras ONGD fazem. Se calhar se é isso que é distintivo, a abordagem colaborativa.

A transformação que se pretende com a ED não se pode fazer por uma ONGD, por isso mesmo é que a FGS não trabalha sozinha. A gestão dos projetos é sempre em parceria e dentro da própria FGS também nunca se trabalha sozinho. Esta ideia de colaboração poderá ser o distintivo, já que existem outras organizações que não o fazem.

De resto, acho que também há uma cultura importante aqui, que não sei se é distintivo, mas que é importante: esta ideia de estarmos sempre assim abertos ao conhecimento. Olhamos o conhecimento enquanto prática, a experiência enquanto forma de construir conhecimento e o aprofundamento teórico enquanto forma de construir conhecimento.

Estas duas formas [o trabalho colaborativo e a abertura ao conhecimento] concorrerem para o nosso posicionamento no setor... Não diria distintivo porque não quero estar a dizer que os outros não fazem [risos].

### ***7. Quais são os principais desafios na implementação de um projeto de ED/ECG?***

O desafio financeiro é um grande desafio. Se houvesse um formato em que a questão financeira não fosse tão carregada poderíamos gastar mais energias noutros desafios.

Na implementação dos projetos, o principal desafio é ter foco nos objetivos, desde o início do projeto até ao seu final... É resistir a sermos encaminharmos por atalhos que são normais no dia-a-dia, e isso tem sido também uma grande aprendizagem para mim, é difícil e tenho tido a ajuda de pessoas que têm mais experiência, como a Sandra e o Jorge.

Depois outro desafio: é uma área que não é assim tão fácil de perceber, não é fácil de explicar... Não é de uma sessão para a outra de formação ou de uma reunião para outra que as pessoas ficam a perceber o que fazemos. Portanto, a implementação de um projeto de ED/ECG está muito ligado também ao entendimento do que é isto... É um desafio muito grande e que não se consegue rapidamente resolver... Quanto mais tempo estivermos no terreno mais fácil é esse entendimento começar a surgir. É importante vermos os projetos como os processos, ou seja, enquadrados no processo que os criou... Se não virmos o projeto enquanto projeto só, que acaba, mas olharmos um projeto enquanto uma parte de um processo, provavelmente os desafios tornam-se mais fáceis de lidar, até porque se vê um bocadinho mais à frente e vê-se um bocadinho mais atrás. Curiosamente tem sido mais fácil explicar os projetos partindo dos processos.

A relação com as escolas por vezes também é um desafio, porque as escolas estão também cheias de desafios. Não é imediato o interesse que estas nossas propostas trazem aos professores, portanto o desafio passa por explicar que o espaço formal da escola é transformador, porque transforma... A transformação pode ser para qualquer coisa... Qualquer professor a quem

perguntamos qual é o objetivo do seu trabalho, responde que tem a ver com aprendizagem ou com transformação, que é isso que nós trabalhamos... Portanto aproximar os currículos da escola à ED, aproximar os currículos da escola ao que entendemos como justiça social, é um grande desafio... Mas isto daria para outra entrevista muito grande [risos].

**8. *Sobre os projetos: é notória a diversificação de parcerias, formas de trabalho e de temas nos projetos atualmente em curso na FGS. Essa diversificação é uma mais-valia em que sentido?***

É uma consequência das reflexões que temos vindo a fazer e acima de tudo é uma consequência da própria mudança... Tem sido bastante recorrente, nas introduções dos vários projetos [introdução dos dossiers dos projetos] falar-se que o mundo está a mudar, que as mudanças do mundo atual são muito rápidas, começa quase tudo assim... Vejo a diversidade de temas como uma consequência desta velocidade, que já vários autores falaram, a Antropologia nos anos 80 já falava da velocidade dos processos, da 'hiper comunicabilidade', do modernismo, etc. ... Portanto esta velocidade da mudança leva que a adaptação às novas temáticas também seja ela própria mais rápida... A diversificação das parcerias, das formas de trabalho e dos temas é uma forma estratégica de adaptação para conseguirmos dar a resposta a essa transformação.

A visão e a missão da Fundação são concretas, não se mudam, por isso a questão é como é que vamos adaptar os projetos ou as parcerias de forma a chegar às temáticas e às problemáticas que nos aparecem quase todos os dias...

A diversificação é uma estratégia para irmos apreendendo, porque temos esta ideia de sermos uma instituição aprendente... A diversificação também é uma forma de estarmos abertos à aprendizagem e, a partir daí, continuarmos a pensar e a agir para a transformação e para um mundo mais justo.

**O estágio da mestrandia Maria Laranjeiro na FGS**

**9. *Falemos um pouco sobre o estágio. Como avalia a experiência de ser orientador de estágio de mestrado?***

Formalmente eu fui o orientador, mas acho que era importante dizer aqui que a orientação foi da FGS toda. Eu fiquei o orientador porque éramos da mesma faculdade, da FCSH; a Sandra também é, mas ia estar de licença de maternidade... O Jorge, como é coordenador, por inerência é sempre a pessoa que está com mais coisas. Noutra instituição poderia ter sido um trabalho mais até isolado, só contigo, mas a forma de trabalho da Fundação Gonçalo da Silveira não é essa, como já falámos anteriormente.

Como a orientação foi da Fundação, a experiência como orientador foi mais gratificante, porque não fui 'o' orientador, fui uma parte da orientação. Mas pronto, foi um prazer [risos], gostei muito! [risos]

**10. *A estagiária trabalhou essencialmente em dois projetos: Desafios Globais e Ca(u)sa Comum. Porquê estes projetos?***

Houve duas razões. Primeiro, pela forma como se trabalha na FGS, uma pessoa não está sozinha num projeto, nem está só num projeto. Portanto havendo uma equipa já constituída e havendo também projetos com mais e outros com menos pessoas, pensámos que o *Desafios Globais* e o *Ca(u)sa Comum* podiam necessitar de mais uma pessoa a refletir e a agir no projeto.

A segunda razão foi porque na primeira entrevista que tu tiveste aqui com o Jorge e a Teresa deixaste claro que a parte educativa era importante para ti. Tanto o *Desafios Globais* como o *Ca(u)sa*

Comum têm ambos uma parte muito importante de trabalho com professores e trabalho em contextos educativos, achámos que era adequado.

***11. Quais são as competências profissionais e pessoais que considera essenciais para o trabalho numa ONGD e, especificamente, na área da Educação para a Cidadania Global?***

Em primeiro lugar tem de se gostar, ter prazer em fazer isto.

Existem competências profissionais importantes: a questão de conseguir gerir bem um projeto, de conseguir gerir bem os tempos, a dedicação, o enquadramento teórico, conseguir fazer ligações entre os enquadramentos teóricos, de literatura que possamos ler, seja de teorias de Ciências Sociais e Humanas, seja de teorias de Educação... Ou seja, fazer ligações entre essa parte, que é uma parte quase de informação e de capacitação teórica, com o nosso dia-a-dia, acho que é uma competência muito importante para este trabalho.

Em relação à parte pessoal, a questão das relações humanas é muito importante. Eu acho que é difícil fazer este trabalho se não houver uma tendência inata de investimento na relação humana... O relacionamento direto com as pessoas com quem trabalhamos e o relacionamento indireto com as pessoas que vão trabalhar no projeto ou que vão receber o que o projeto vai gerar é um fator essencial para o trabalho. É importante também trazer algo à equipa, não só de trabalho, mas também do dia-a-dia, porque é uma área difícil e se não houver um espírito de equipa forte, as coisas tendem a ser muito mais difíceis... Tem de ter esta parte da relação de equipa, de solidariedade entre as pessoas, capacidade de reconhecer se o outro está a precisar ou não de algum apoio profissional ou pessoal.

Especificamente na Educação para a Cidadania Global tem de se gostar de processos educativos, percebê-los e saber agir sobre eles é uma parte importante, fazer relação entre o que é trabalhar numa escola, o que é trabalhar com processos de aprendizagem ou espaços de aprendizagem e relacioná-los com as nossas temáticas.

É uma mistura disto tudo, sendo que às vezes é mais difícil, outras vezes é mais fácil... E digo-te: acho que tanto as competências profissionais como pessoais que eu falei agora, tu tens, tu possuis [risos]. Foi importante teres passado por aqui, a vários níveis, ajudou a Fundação e ajudou-te... Foi coerente com o próprio processo da ECG, foi uma relação de aprendizagem mútua [risos]. Agora é ir para a frente [risos].

*Muito obrigada!*